



**DIÁRIO**

**República Federativa do Brasil**  
**DO CONGRESSO NACIONAL**

**SEÇÃO II**

**ANO XLII — Nº 14**

**TERÇA-FEIRA, 14 DE ABRIL DE 1987**

**BRASÍLIA-DF**

**SENADO FEDERAL**

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Humberto Lucena, Presidente, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO Nº 17, DE 1987**

**Autoriza a Prefeitura Municipal de São Luís de Montes Belos, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 79.625,81 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.**

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de São Luís de Montes Belos, Estado de Goiás, nos termos do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 79.625,81 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de agente financeiro da operação, destinada a financiar a execução de obras de infra-estrutura urbana e de equipamentos comunitários referentes ao Plano Integrado de Apoio aos Municípios (PROMUNICÍPIO).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de abril de 1987. — **Humberto Lucena**, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Humberto Lucena, Presidente, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO Nº 18, DE 1987**

**Autoriza o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de São Paulo, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 991.730,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.**

Art. 1º É o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de São Paulo, Estado de São Paulo, nos termos do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizado a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 991.730,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de

**EXPEDIENTE**  
**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

PASSOS PÓRTO  
Diretor-Geral do Senado Federal  
AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor Executivo  
LUIZ CARLOS DE BASTOS  
Diretor Administrativo  
JOSECLER GOMES MOREIRA  
Diretor Industrial  
LINDOMAR PEREIRA DA SILVA  
Diretor Adjunto

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**  
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

**ASSINATURAS**

Semestral .....	Cz\$ 264,00
Despesa c/ postagem .....	Cz\$ 66,00
(Via Terrestre)	
<b>TOTAL</b>	<b>330,00</b>
Exemplar Avulso .....	Cz\$ 2,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à ampliação das instalações físicas voltadas às atividades técnico-administrativas de ensino e pesquisa no Instituto do Coração, no Estado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de abril de 1987. — **Humberto Lucena**, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Humberto Lucena, Presidente, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO Nº 19, DE 1987**

**Autoriza a Prefeitura Municipal de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente a Cz\$ 25.536.000,00 (vinte e cinco milhões, quinhentos e trinta e seis mil cruzados).**

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente a Cz\$ 25.536.000,00 (vinte e cinco milhões, quinhentos e trinta e seis mil cruzados), junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de agente financeiro da operação, destinada a promover a execução integrada de obras referentes aos projetos específicos de sistema viário, esgoto pluvial no Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de abril de 1987. — **Humberto Lucena**, Presidente.

**SUMÁRIO**

**1 — ATA DA 13ª SESSÃO, EM 13 DE ABRIL DE 1987**

**1.1 — ABERTURA**

**1.2 — EXPEDIENTE**

**1.2.1 — Mensagem do Sr. Presidente da República**

— Nº 68/87 (nº 92/87, na origem), submetendo à deliberação do Senado o seguinte projeto de lei:

— Projeto de Lei do Senado nº 11/87-DF, que dispõe sobre o aproveitamento de funcionários, em cargos da Carreira Policial Civil do Distrito Federal, e dá outras providências.

**1.2.2 — Requerimentos**

— Nº 35/87, de autoria do Senador João Menezes e outros, solicitando que em data a ser fixada seja realizada sessão especial para comemorar o "Dia Nacional da Mulher".

— Nº 36/87, de autoria do Senador Pompeu de Sousa, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 114/84, que dispõe sobre a criação de um Conselho de Desenvolvimento para a Região Geoeconômica de Brasília.

**1.2.3 — Comunicações**

— Dos Senadores Nelson Wedekin e Ivan Bonato, que se ausentarão do País.

**1.2.4 — Comunicações da Presidência**

— Recebimento da Mensagem nº 69/87 (nº 93/87, na origem), pela qual o Sr. Presidente da República submete à deliberação do Senado o pedido de ratificação de alienação do imóvel "Fazenda Baía de Pedra", situado no Município de Cáceres, no Estado do Mato Grosso.

— Recebimento, do Prefeito de Oeiras, Piauí, do Ofício nº S/4, de 1987 (nº 19/87, na origem), solicitando a retificação da Resolução nº 383/86, que autorizou aquele Município a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 7.443.152,00.

**1.2.5 — Discursos do Expediente**

**SENADOR RONAN TITO** — Reivindicação dos favelados de Belo Horizonte — PROFAVELA.

**SENADOR JARBAS PASSARINHO** — Análise da política econômica do Governo.

**SENADOR JAMIL HADDAD** — Demissão de auxiliares do Ministério da Saúde. Aumento abusivo dos medicamentos.

**SENADOR MAURÍCIO CORRÊA** — Viagens ao exterior do Sr. Governador do Distrito Federal, sem nenhuma autorização de qualquer órgão legislativo. Indagando da Presidência se já obteve resposta oficial sobre violência praticada pela polícia contra parlamentares, na greve dos bancários.

**O SR. PRESIDENTE HUMBERTO LUCENA** — Responde à indagação do Sr. Maurício Corrêa.

**SENADOR JOSÉ FOGAÇA** — Resposta ao Sr. Senador Jarbas Passarinho sobre a política econômica do Governo.

**1.2.6 — Comunicação da Presidência**

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se no dia 22 do corrente, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

**1.2.7 — Leitura de projetos**

— Projeto de Lei do Senado nº 12/87, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Bancária — SENAB, nos moldes do SENAI e SENAC com as adaptações pertinentes, criados respectivamente pelo Decreto-lei nº 4.048, de 22-1-42, e Decreto-lei nº 8.621, de 10-1-46.

— Projeto de Resolução nº 21/87, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que dispõe sobre a autorização prévia do Senado Federal a viagens do Governador do Distrito Federal ao exterior, bem como da indicação de seu substituto eventual.

**1.3 — ORDEM DO DIA**

— Projeto de Lei da Câmara nº 105/86 (nº 7.679/86, na Casa de origem), que atribui ao Tribunal de Contas da União, a partir do exercício de 1986, a fiscalização da aplicação pelos

Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, inclusive por suas entidades da Administração Indireta e Fundações, das transferências de recursos federais. **Discussão adiada**, a fim de ser feita no dia 11 de maio próximo, nos termos do Requerimento nº 37/87, após usarem da palavra no encaminhamento de sua votação os Srs. João Menezes e Jamil Haddad.

— Projeto de Resolução nº 10/87, que autoriza o Governo do Estado do Pará a alienar à empresa Santa Marta Agro-Indústria Ltda. terras públicas de sua propriedade localizadas no Município de Moju e medindo até 12.000 hectares. **Discussão adiada**, a fim de ser feita no dia 11 de maio próximo, nos termos do Requerimento nº 38/87, após usarem da palavra no encaminhamento da votação os Srs. João Menezes, Nelson Wedekin, Chagas Rodrigues, Jamil Haddad, Maurício Corrêa e José Fogaça.

— Requerimento nº 27/87, de autoria do Senador Itamar Franco, solicitando informações ao Governo do Estado de Minas Gerais sobre empréstimos externos no montante de US\$ 105.000.000,00 autorizados pelo Senado, através das Resoluções nº 61/74 e 86/75, com o objetivo de financiar o Projeto FIAT. **Aprovado.**

— Mensagem nº 161/86 (nº 210/86, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 363.919,81, para os fins que especifica. **Aprovada**, nos termos do Projeto de Resolução nº 22/87, tendo proferido parecer o Senador João Calmon.

— Redação final do Projeto de Resolução nº 22/87. **Aprovada.** À promulgação.

— Mensagem nº 337/86 (nº 468/86, na origem), relativa à proposta para que seja autorizado o Governo do Estado de Rondônia, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 150.000,00 OTN, para os fins que especifica. **Apreciação adiada**, a fim de ser feita no dia 11 de maio próximo, nos termos do Requerimento nº 39/87.

— Mensagem nº 363/86 (nº 523/86, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 24.997,16 OTN, para os fins que especifica. **Aprovada**, nos termos do Projeto de Resolução nº 23/87, tendo proferido parecer o Senador Nelson Wedekin.

— Redação final do Projeto de Resolução nº 23/87. **Aprovada.** À promulgação.

**1.3.1 — Matéria apreciada após a Ordem do Dia**

— Requerimento nº 35/87, lido no Expediente. **Aprovado.**

**1.3.2 — Discursos após a Ordem do Dia**

**SENADOR AFFONSO CAMARGO** — A Ferrovia do Aço e a construção da Ferrovia Norte-Sul.

**SENADOR JOÃO MENEZES** — A sua eleição para o Senado Federal.

**SENADOR DIVALDO SURUAGY** — Aposentadoria proporcional por tempo de serviço, no Estado de Alagoas.

**SENADOR NABOR JÚNIOR** — Suspensão do asfaltamento da BR-364.

**SENADOR ITAMAR FRANCO** — Inconveniência do afastamento do Sr. Presidente da República do País.

**SENADOR MAURÍCIO CORRÊA** — Considerações sobre o Projeto de Lei do Senado nº 12/87, que "cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Bancária — SENAB, nos moldes do SENAI e SENAC.

**SENADOR JUTAHY MAGALHÃES** — Menores carentes e abandonados, os negros, as mulheres e os idosos. Problemas e propostas de soluções a partir de textos constitucionais.

**SENADOR NELSON WEDEKIN** — Administração do Sr. Dejaldir Dalpasquale à frente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo — BNCC.

**SENADOR ALUIZIO BEZERRA** — Suspensão de empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, ao Governo brasileiro, para pavimentação da BR-264, no trecho Porto Velho—Rio Branco.

**1.3.3 — Comunicação da Presidência**

— Convocação de sessão extraordinária a realizar-se no próximo dia 23, quinta-feira, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

**1.4 — ENCERRAMENTO****2 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES**

— Do Sr. Senador Divaldo Suruagy, proferido na sessão de 30-3-87.

— Do Sr. Senador Leite Chaves, proferidos na sessão de 8-4-87.

— Do Sr. José Ignácio Ferreira, proferido na sessão de 10-3-87.

**3 — ATO DA COMISSÃO DIRETORA**

— Nº 18, de 1987.

**4 — ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**

— Nº 89, de 1987 (republicação).

— Nº 111 a 115, de 1987.

**5 — PORTARIA DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO**

— Nº 6, de 1987.

**6 — ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO**

— Nº 6, de 1987.

**7 — PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL**

— Nº 9 e 10, de 1987.

**8 — INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS**

— Resolução nº 5, de 1987.  
— Ata da 22ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo.

— Edital de convocação para a 24ª Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 23 de abril de 1987.

**9 — ATA DE COMISSÃO****10 — MESA DIRETORA****11 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS****Ata da 13ª Sessão, em 13 de Abril de 1987****1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura**

*Presidência dos Senadores Humberto Lucena, José Ignácio Ferreira,*

*Jutahy Magalhães e Dirceu Carneiro*

**ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Mário Maia — Aluizio Bezerra — Nabor Júnior — Odacir Soares — João Menezes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Edison Lobão — João Lobo — Chagas Rodrigues — Hugo Napoleão — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Beneditos — José Agripino — Lavoisier Maia — Humberto Lucena — Nivaldo Machado — Mansueto de Lavor — Guilherme Palmeira — Divaldo Suruagy — Albano Franco — Francisco Rollemberg — Luiz Viana — Jutahy Magalhães — Ruy Bacelar — José Ignácio Ferreira — Gerson Camata — João Calmon — Jamil Haddad — Itamar Franco — Alfredo Campos — Ronan Tito — Severo Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Mario Covas — Iram Saraiva — Pompeu de Souza — Maurício Corrêa — Meira Filho — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — Afonso Camargo — José Richa — Ivan Bonato — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekin — Carlos Chiarelli — José Paulo Bisol — José Fogaça.

**O SR. PRESIDENTE** (José Ignácio Ferreira) — A lista de presença acusa o comparecimento de 50 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário irá proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

**EXPEDIENTE****MENSAGEM DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

*Submetendo à deliberação do Senado projeto de lei:*

**MENSAGEM**

**Nº 68, de 1987**

(Nº 92/87, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

Nos termos do artigo 51, combinado com o artigo 42, item V, da Constituição, tenho a honra de submeter à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Governador do Distrito Federal, o anexo projeto de lei que "dispõe sobre o aproveitamento de funcionários, em cargos da Carreira Policial Civil do Distrito Federal, e dá outras providências".

Brasília, 10 de abril de 1987. — **José Sarney.**

E.M.E.  
Nº 005/87

Brasília, 11 de março de 1987

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo anteprojeto de lei, que dispõe sobre o aproveitamento de funcionários, em caráter excepcional, em cargos da Carreira Policial Civil do Distrito Federal e dá outras providências.

2. A medida proposta visa permitir o aproveitamento de ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do Distrito Federal que, em 12 de março de 1976, se encontravam e ainda estejam lotados e em efetivo exercício na Secretaria de Segurança Pública.

3. Na realidade, o que se pretende é dar oportunidade a servidores que, não obstante estejam enquadrados funcionalmente em cargos burocráticos como Agente de Portaria, Motorista, Agente Administrativo, Artífice, Auxiliar Operacional de Serviços Diversos e Datilógrafo exercem, há longos anos, funções típicas de Agente de Polícia e de Agente Penitenciário, correndo todos os riscos inerentes às funções policiais.

4. Cabe esclarecer que, quando da implantação do atual Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.920/73, medidas restritivas impediram que os mencionados servidores tivessem acesso àqueles cargos, o que não ocorreu com outras categorias funcionais.

5. O aproveitamento nos termos da referida minuta será de até 20% (vinte por cento) das vagas existentes e dependerá de aprovação em processo seletivo idêntico ao de concurso público, dispensando-se a comprovação de escolaridade e o limite de idade fixado na Lei nº 7.176/83.

6. Ressalto, por outro lado, que as despesas decorrentes da presente proposta correrão à conta dos recursos orçamentários do Distrito Federal.

7. Estando Vossa Excelência de acordo com o anteprojeto de lei ora apresentado, encareço-lhe seja o mesmo encaminhado ao Senado Federal, para os fins pertinentes.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos do meu mais elevado respeito. — **José Aparecido de Oliveira**, Governador do Distrito Federal.

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, DE 1987-DF****Dispõe sobre o aproveitamento de funcionários, em cargos da Carreira Policial Civil do Distrito Federal e dá outras providências.**

O Senado Federal decreta:

Art. 1º Poderão ser aproveitados, nos cargos de Agente de Polícia e de Agente Penitenciário, da Carreira Policial Civil do Distrito Federal, mediante a transposição ou transformação dos respectivos cargos, os atuais ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, não integrantes da mencionada Carreira, que, em 12 de março de 1976, se encontravam e ainda estejam lotados e em efetivo exercício na Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Art. 2º O aproveitamento de que trata o artigo precedente será de até 20% (vinte por cento) das vagas existentes na data da publicação desta Lei e dependerá de aprovação em processo seletivo idêntico ao de concurso público, sendo dispensados a comprovação de escolaridade e o limite de idade prevista na Lei nº 7.176, de 15 de dezembro de 1983.

Parágrafo único. O funcionário classificado na forma desta lei ingressará no padrão I da Segunda Classe do cargo a que concorrer.

Art. 3º Em nenhuma hipótese haverá um segundo processo seletivo destinado ao aproveitamento de que trata esta Lei.

Art. 4º O Governo do Distrito Federal baixará os atos necessários à regulamentação desta lei.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas à conta dos recursos orçamentários do Distrito Federal.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.176,  
DE 15 DE DEZEMBRO DE 1983

**Modifica a redação do artigo 2º da Lei nº 6.334, de 31 de maio de 1976, que fixa idade máxima para inscrição em concurso público destinado ao ingresso em empregos e cargos do Serviço Público Federal.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. O artigo 2º da Lei nº 6.334, de 31 de maio de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Para inscrição em concurso destinado ao ingresso nas categorias funcionais do Grupo-Polícia Federal e Polícia do Distrito Federal são fixados os seguintes limites de idade:

I — mínima de 21 (vinte e um) anos;

II — máxima de 28 (vinte e oito) anos, quando se tratar de ingresso em categoria funcional que importe exigência de curso de nível médio; e

III — máxima de 35 (trinta e cinco) anos, quando se tratar de ingresso nas demais categorias funcionais.

Parágrafo único. Independência dos limites fixados neste artigo a inscrição de candidato que ocupe cargo integrante do Grupo-Polícia Federal e Polícia do Distrito Federal."

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de dezembro de 1983; 162º da Independência e 95º da República. — **JOÃO FI-  
GUEIREDO — Ibrahim Abi-Ackel.**

LEI Nº 5.920,  
DE 19 DE SETEMBRO DE 1973

**Estabelece diretrizes para a classificação de cargos do Serviço Civil do Distrito Federal e de suas Autarquias e dá outras providências.**

O Presidente da República, faço saber que o Senado Federal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A classificação de cargos do Serviço Civil do Distrito Federal e de suas Autarquias obedecerá as diretrizes estabelecidas na presente lei.

Art. 2º Os cargos serão classificados como de provimento em comissão e de provimento efetivo, enquadrando-se, basicamente, nos seguintes Grupos:

#### De Provimento em Comissão

I — Direção e Assessoramento Superiores

#### De Provimento Efetivo

II — Polícia Civil

III — Tributação, Arrecadação e Fiscalização

IV — Serviços Auxiliares

V — Artesanato

VI — Serviços de Transporte Oficial e Portaria

VII — Outras Atividades de Nível Superior

VIII — Outras Atividades de Nível Médio

Art. 3º Segundo a correlação e afinidade, a natureza dos trabalhos ou nível de conhecimentos aplicados, cada Grupo, abrangendo várias atividades, compreenderá:

I — Direção e Assessoramento Superiores: os cargos de direção e assessoramento superiores da administração cujo provimento deva ser regido pelo critério da confiança, segundo for estabelecido em regulamento.

II — Polícia Civil: os cargos com atribuições de natureza policial.

III — Tributação, Arrecadação e Fiscalização: os cargos com atividades de tributação, arrecadação e fiscalização de tributos do distrito Federal.

IV — Serviços Auxiliares: os cargos de atividades administrativas em geral, quando não de nível superior.

V — Artesanato: os cargos de atividades de natureza permanente, principais ou auxiliares, relacionados com os serviços de arte em suas várias modalidades.

VI — Serviços de Transporte Oficial e Portaria: os cargos de atividades de portaria e de transporte oficial de passageiros e cargas.

VII — Outras Atividades de Nível Superior: os demais cargos para cujo provimento se exija diploma de curso superior de ensino ou habilitação legal equivalente.

VIII — Outras Atividades de Nível Médio: os demais cargos para cujo provimento se exija diploma ou certificado de conclusão de curso de grau médio ou habilitação equivalente.

Parágrafo único. As atividades relacionadas com transporte, conservação, custódia, operação de elevadores, limpeza e outras semelhantes serão, de preferência, objeto de execução indireta, mediante contrato, de acordo com o artigo 10, § 7º, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Art. 4º Outros grupos com características próprias, diferenciados dos relacionados no artigo anterior, poderão ser estabelecidos ou desmembrados daqueles, se o justificarem as necessidades da administração, mediante decreto do governo do Distrito Federal.

Art. 5º Cada Grupo terá sua própria escala de nível, a ser aprovada mediante decreto atendendo primordialmente, aos seguintes fatores:

I — importância da atividade para o desenvolvimento do Distrito Federal;

II — complexidade e responsabilidade das atribuições exercidas; e

III — qualificações requeridas para o desempenho das atribuições.

§ 1º Não haverá correspondência entre os níveis dos diversos Grupos, para nenhum efeito.

§ 2º Os vencimentos correspondentes aos níveis da escala de que trata este artigo serão fixados por lei.

Art. 6º A ascensão e a progressão funcionais obedecerão a critérios seletivos, a serem estabelecidos através de regulamentação própria, associados a um sistema de treinamento e qualificação destinado a assegurar a permanente atualização e elevação do nível de eficiência do funcionalismo.

Art. 7º O Governo do Distrito Federal elaborará e expedirá o novo Plano de Classificação de Cargos, total ou parcialmente, mediante decreto, observadas as disposições desta Lei.

Art. 8º A implantação do Plano será feita por órgãos, destinada a assegurar a prioridade na qual se levará em conta preponderantemente:

I — a implantação prévia da reforma administrativa, com base na Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, e Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;

II — o estudo quantitativo e qualitativo da lotação dos órgãos, tendo em vista a nova estrutura e atribuições decorrentes da providência mencionada no item anterior; e

III — a existência de recursos orçamentários para fazer face às respectivas despesas.

Art. 9º A transposição ou transformação dos cargos, em decorrência da sistemática prevista nesta Lei, processar-se-á gradativamente, considerando-se as necessidades e conveniências da Administração e, quando ocupados, segundo critérios seletivos a serem estabelecidos para os cargos integrantes de cada Grupo, inclusive de treinamento intensivo e obrigatório.

Art. 10. A Secretaria de Administração do Distrito Federal expedirá as normas e instruções necessárias e coordenará a execução do novo Plano, para aprovação, mediante decreto.

§ 1º A Secretaria de Administração do Distrito Federal promoverá as medidas necessárias para que o plano seja mantido permanentemente atualizado.

§ 2º Para correta e uniforme implantação do Plano, a Secretaria de Administração do Distrito Federal promoverá gradativa e obrigatoriamente o treinamento de todos os servidores que participarem da tarefa, segundo programas a serem estabelecidos com esse objetivo.

Art. 11. Fica a Secretaria de Administração do Distrito Federal com a incumbência de:

I — determinar quais os Grupos ou respectivos cargos a serem abrangidos pela escala de prioridade a que se refere o artigo 8º desta Lei.

II — orientar e supervisionar os levantamentos, bem como relatar os estudos e análises indispensáveis à inclusão dos cargos no novo Plano; e

III — manter com o órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal os contatos necessários para que haja uniformidade de orientação dos trabalhos de elaboração e execução do Plano de Classificação de Cargos de que trata esta lei, com os de elaboração e execução do Plano previsto na Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970.

Art. 12. O novo Plano de Classificação de Cargos, a ser instituído em aberto de acordo com as diretrizes expressas nesta Lei, estabelecerá um número de cargos inferior, em relação a cada grupo, aos atualmente existentes.

Parágrafo único. A não-observância da norma contida neste artigo somente será permitida:

a) mediante redução equivalente em outro grupo, de modo a não haver aumento de despesas; ou

b) em casos excepcionais devidamente justificados, se inviável a providência indicada na alínea anterior.

Art. 13. Observado o disposto na Seção VIII do Capítulo VII do Título I, da Constituição e, em particular, no seu artigo 97, as formas de provimento de cargos, no Plano de Classificação decorrente desta Lei, serão estabelecidas e disciplinadas mediante normas regularmente específicas, não se lhes aplicando as disposições a respeito contidas no Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União.

Art. 14. Os atuais Planos de Classificação de Cargos do Serviço Civil do Distrito Federal, a que se referem a Lei nº 3.780, de 12 de junho de 1960, e o Decreto-lei nº 274, de 27 de fevereiro de 1967, e legislação posterior, são considerados extintos, observadas as disposições desta Lei.

Parágrafo único. À medida que for sendo implantado o novo Plano, os cargos remanescentes de cada categoria, classificados conforme o sistema de que trata este artigo, passarão a integrar um Quadro Suplementar e, sem prejuízo das promoções e acessos que couberem, serão suprimidos, quando vagarem.

Art. 15. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de setembro de 1973; 152ª da Independência da República. — **EMÍLIO G. MÉDICE**  
— **Alfredo Buzaid**.

**O SR. PRESIDENTE** (José Ignácio Ferreira) — A matéria que acaba de ser lida será despachada à Comissão do Distrito Federal, para exame, inclusive, dos aspectos de constitucionalidade e juridicidade e, ainda, suas implicações financeiras.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

## REQUERIMENTO Nº 35, de 1987

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno, requeremos que, em data a ser fixada, seja realizada sessão especial para comemorar o "Dia Nacional da Mulher", que foi instituída, no dia 30 de abril, pela Lei nº 6.791, de 9 de junho de 1980.

Sala das Sessões, 1ª de abril de 1987. — **João Menezes** — **Carlos Chiarelli**, Líder do PFL — **Fernando H. Cardoso**, Líder do PMDB — **Jarbas Passarinho**, Líder do PDS — **Itamar Franco**, Líder do PL — **Jamil Haddad**, Líder do PSB — **Maurício Corrêa**, Líder do PDT.

**O SR. PRESIDENTE** (José Ignácio Ferreira) — De acordo com art. 279, inciso II, alínea c do Regimento Interno, esse requerimento será objeto de deliberação após a Ordem do Dia. (Pausa.)

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

## REQUERIMENTO nº 36, de 1987

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal

Nos termos do Art. 367, do Regimento Interno do Senado Federal, e do Art. 11, da Resolução nº 01, de 1987, requero a Vossa Excelência o desarquivamento do Projeto de Lei nº 114, de 1984, de autoria do Senador Henrique Santillo, atual Governador do Estado de Goiás, que "dispõe sobre a criação de um Conselho de Desenvolvimento para a Região Geoeconômica de Brasília"

### Justificação

O presente requerimento justifica-se pela importância da proposição em tela, que visa estabelecer, através do Conselho, uma indispensável e urgente política de desenvolvimento integrado para a Região Geoeconômica de Brasília.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1987. — Senador **Pompeu de Souza**.

**O SR. PRESIDENTE** (José Ignácio Ferreira) — Esse requerimento será publicado e incluído em Ordem do Dia, nos termos do disposto no art. 279, inciso II, alínea c do Regimento Interno. (Pausa.)

Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidas as seguintes

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, de acordo com o disposto no art. 43, alínea a, do Regimento Interno, que me ausentarei dos trabalhos da Casa a partir do dia 16-04-87, para breve viagem ao estrangeiro, em caráter particular.

Atenciosas saudações. — Senador **Nelson Wedekin**.

Brasília, 9 de abril de 1987

Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, de acordo com o disposto no art. 43, alínea a, do Regimento Interno, que me ausentarei dos trabalhos da Casa entre os dias 15-4 e 26-4-87, para breve viagem ao estrangeiro, em caráter particular.

Atenciosas saudações. — Senador **Ivan Orestes Bonato**.

**O SR. PRESIDENTE** (José Ignácio Ferreira) — As Comunicações lidas vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Ignácio Ferreira) — A Presidência recebeu a Mensagem nº 69, de 1987 (nº 93/87, na origem), de 10 de abril do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República, nos termos do art. 171 da Constituição, combinado com o Art. 2º da Lei nº 6.925, de 25 de junho de 1981, submete à deliberação do Senado, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, o pedido de ratificação de alienação do imóvel "Fazenda Baía de Pedra", com 7.713,5419 ha (sete mil, setecentos e treze hectares, cinquenta e quatro ares e dezenove centiares), situado no Município de Cáceres, no Estado de Mato Grosso, feito por Lúcio Pinto de Arruda.

Nos termos da Resolução nº 1, de 1987, a Presidência designará, oportunamente, o relator da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (José Ignácio Ferreira)

— A Presidência recebeu, do Prefeito de Oeiras, Piauí, o Ofício nº s/4, de 1987 (Nº 19/87, na origem), solicitando a retificação da Resolução nº 383, de 1986, que autorizou aquele Município a contratar Operação de Crédito no valor de cz\$ 7.443.152,00 (sete milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, cento e cinquenta e dois cruzados).

... Nos termos da Resolução nº 1, de 1987, a Presidência designará, oportunamente, o Relator da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (José Ignácio Ferreira)

— Concedo a palavra ao nobre Senador Ronan Tito, primeiro orador inscrito.

**O SR. RONAN TITO** (PMDB — MG. Pronun-

cia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Faço uso da palavra para registrar um documento que entendo da maior importância e o mais avançado no que tange à legalização de solo urbano das grandes cidades. Trata-se do PROFAVELA.

PROFAVELA é um diploma legal que recebeu o nº 3.532 e foi aprovado em 6 de janeiro de 1983. No entanto, só com a ascensão do Sr. Governador Tancredo Neves foi possível, por pressão do Chefe do Executivo mineiro, criar as normas que deveriam guiar esse projeto e a execução do PROFAVELA em Belo Horizonte.

No dia 5 de abril próximo passado estivemos em Belo Horizonte, quando participamos de uma reunião em que estavam presentes representantes de todos aglomerados de favelas da Capital mineira. São mais de quatrocentos mil habitantes que se fizeram representar por seus líderes. Estava lá o líder maior dos favelados de Belo Horizonte, que foi fundador e presidente da União dos Trabalhadores que residem na periferia, Sr. Francisco Nascimento; representante da Pastoral de Favelas, o Padre Pier Luigi Benareggi; a Srª Dalva, Presidente da Associação dos Moradores de Favelas; o Vereador Francisco Luciano; o Líder Cupertino, e o representante de uma organização italiana, que tem ajudado muito as favelas de Belo Horizonte, Sr. Lívio Micheline.

Ouvimos representantes de todos os aglomerados de favelas e a reivindicação deles era uma só: queriam imediatamente a legalização das terras; queriam, inclusive, que essa legalização precedesse a urbanização de favelas que o Prefeito Sérgio Ferrara, de Belo Horizonte, está promovendo neste instante. Os favelados têm medo de que, após a urbanização, haja valorização nos preços dos terrenos e que eles possam perder a oportunidade de receber as escrituras.

Depois das conclusões, foi encaminhado ao Sr. Governador do Estado e ao Prefeito Municipal esse anseio de todos os moradores das favelas.

Gostaria de registrar que, nesse encontro, ouvimos coisas interessantíssimas, Sr. Presidente. Além desse anseio de os favelados verem tituladas as suas terras, porque pelo PROFAVELA eles passam a ter o direito de morar lá com o título de propriedade, pode também o prefeito, autorizado pelo PROFAVELA, titular áreas urbanas inferiores

às do Plano Diretor Municipal. Com isso e com outras medidas tomadas pelo diploma legal, pode, então, um favelado morar num terreno de quarenta ou cinquenta metros quadrados para, em seguida, pleitear a urbanização.

Achei interessantíssimos os depoimentos. Vale aqui a assertiva de que o povo não é erudito, não é culto, mas é sábio, sabe de tudo, Sr. Presidente. Impressionou-me muito uma líder de favela dizer que o leite remetido para os favelados, para os desempregados, pode aliviar alguma dor passageira, mas o que os trabalhadores de favela, os trabalhadores da periferia de Belo Horizonte querem mesmo é garantia de emprego e um salário justo. Nesse momento ela foi aplaudida de pé por todos os representantes.

Faço questão de frisar essa intervenção justamente porque muitas vezes ouvimos, no meio da burguesia, algumas assertivas de que moram nas favelas os malandros, os vagabundos. Não é verdade! Lá moram trabalhadores que por incúria dos administradores municipais do passado e do sistema que tivemos, elitista, não permitiu que fossem previstas moradias e bairros para os trabalhadores. Os trabalhadores estão organizados e pedem uma audiência ao prefeito da capital e ao Governador do meu Estado. E já marcaram para o dia 5 de junho uma reunião de todos os favelados no centro da cidade. Se o prefeito e o governador do Estado resolverem titular as terras, essa reunião será de alegria e de agradecimento; se até lá não tiverem nenhuma decisão por parte das autoridades, será, sem dúvida, uma reunião de protesto.

O que mais me impressionou em tudo é a unanimidade das pessoas no pedido de que haja uma mudança nesse modelo. Há, neste momento, um princípio de desemprego. Os moradores de favelas de Belo Horizonte estão apavorados e querem, antes mesmo da moradia, garantia de emprego.

Parece ser uma constante, Sr. Presidente, porque no dia 11 próximo passado estive presente, com líderes rurais, a uma reunião num distrito da cidade de Uberlândia, e eles estão também pedindo uma mudança na política econômica e financeira. Reclamam de terem aceitado o apelo do Presidente da República para plantar mais, para ampliar os seus plantios e que agora, porque atenderam a Sua Excelência e produziram a maior safra de que este Brasil já teve notícia — devemos chegar a mais de 65 milhões de toneladas — estão penalizados. Penalizados pelos preços, penalizados porque não têm infra-estrutura de armazenamento, porque os transportes são insuficientes, falta, até, sacaria. Estão protestando mais ainda pelo preço, principalmente o preço do arroz, hoje, que não acompanha de maneira nenhuma a inflação e o preço mínimo que havia no passado. Por isso mesmo eles não sabem nem se vale a pena colher o resto do arroz, pois ele está alcançando, no mercado da região, o preço de 110 cruzados em casca, em sacas de 60 quilos, e para colher o lavradorista paga à colheitadeira 25 cruzados, quando encontram um saco este custa 20 cruzados e o transporte fica no mínimo em 20 cruzados.

Vejam, Sr. Presidente, o que sobra para o agricultor. Com a dificuldade de mão-de-obra rural que existe no momento, estão desesperançados. Acho que as autoridades do setor devem pronun-

ciar-se imediatamente para dar segurança ao homem do campo. Esse homem que vive de insegurança em insegurança, porque planta sem saber se terá chuva, se o sol virá na época certa e se terá uma boa safra. E quando tem uma boa safra, como aconteceu este ano, não tem a segurança de que o produto terá preço remunerador.

Impressionou-me, nessa reunião, o nível de consciência dos líderes rurais. Impressionou-me profundamente o líder Joaquim Ferreira, quando pede aos Constituintes que façam uma reforma tributária já no bojo da Constituição, aquinhoando o município com uma maior parcela de tributos, pois que, principalmente a educação e a saúde devem ser municipalizadas. Eles pedem que municipalizem os recursos, pois os problemas já vivem em todos os municípios.

Se percorremos todo o Brasil, hoje, se formos ouvir os municípios, se formos ouvir os homens que vivem nas periferias das cidades, nos distritos e até na área rural, vamos ouvir de todos a mesma coisa: uma melhor distribuição tributária.

Impressionou-me, também, a presença do prefeito no meio daquela comunidade, quando ele revelou números extraordinários de arrecadação, principalmente para a área Federal, da ordem de 7 bilhões e 900 milhões de cruzados, de IPI; enquanto o Governo Federal devolveu apenas 90 milhões de cruzados para a Prefeitura de Uberlândia.

Isso tudo, Sr. Presidente, nos diz que urge uma reforma tributária, para que os municípios, que têm todos os problemas, tenham também recursos para solucioná-los.

Peço, Sr. Presidente, que mande constar dos Anais desta Casa o texto da Lei nº 3.532, que está decodificada, escrita de uma maneira que o povo possa ler e entender e não daquela maneira cifrada como normalmente se fazem as leis, para que algum outro município brasileiro que ostente favela, tenha direito ao acesso a este diploma legal e possa dele fazer uso, porque não conheço, em todo o Brasil, nenhum diploma legal mais adiantado, mais progressista e mais sucinto do que este.

Éra o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado. (Muito bem!)

#### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. RONAN TITO EM SEU DISCURSO:

##### MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

LEI Nº 3.532, DE 4 DE JANEIRO DE 1983

(Lei do Profavelas)

**Observação:** Esta é uma apresentação da Lei do Profavelas em palavras mais simples para o povo entender, sem mudar o sentido da lei.

Responsável: A Pastoral de Favelas da Região Pastoral Norte de Belo Horizonte.

**A lei autoriza a prefeitura a criar o Programa de Legalização de Favelas — Profavelas — e toma outras providências para isto.**

O povo do Município de Belo Horizonte, por seus representantes, os Vereadores da Câmara Municipal, decreta a seguinte lei:

Artigo 1º Fica autorizada a Prefeitura a criar o Programa Municipal de Legalização de Favelas — Profavelas, que só poderá ser aplicado nas favelas densamente ocupadas por população carente. O programa vale para as favelas que existiam em Belo Horizonte até o levantamento feito por avião no início de 1981.

Parágrafo único. O Profavelas visa urbanizar e legalizar as favelas mencionadas no artigo 1º

Artigo 2º Fica criado, dentro da lei que regula o uso da terra na cidade (Lei de uso do solo), o Setor Especial 4 (SE 4), que abraça as favelas a que diz respeito esta lei.

§ 1º Compete à Prefeitura definir os limites das terras do SE 4, e regulamentar o seu uso.

§ 2º O SE 4 só se destina para urbanizar favelas. Esta urbanização deverá tudo fazer para manter as formas como estas favelas foram construídas pelos seus moradores.

Artigo 3º Para isto, na urbanização e na legalização das áreas do SE 4 não poderão ser aplicadas as normas gerais do Município, e deverão ser baixadas normas especiais, através da regulamentação desta lei. Estas normas diferentes deverão respeitar a maneira diferente como as favelas foram criadas pelos moradores.

Artigo 4º O Prefeito poderá aprovar as plantas das ruas e dos lotes do SE 4, de acordo com o inciso II do artigo 4º da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, por se tratar de "urbanização especial".

Parágrafo único. Para aprovar as plantas das favelas, deverá ser ouvida a PIAMBEL, conforme as disposições do Decreto Estadual nº 20.791, de 8 de dezembro de 1980.

Artigo 5º A Prefeitura fica autorizada a conceder isenção de impostos, contribuição de melhorias e taxas municipais, no SE 4, pelo prazo máximo de 5 anos após a regularização dos lotes.

Parágrafo único. Depois deste prazo, a Prefeitura ainda poderá conceder isenção parcial ou total, a seu critério, pelo prazo máximo de mais 5 anos.

Artigo 6º Os lotes, uma vez aprovados, poderão ser adquiridos diretamente pelos seus moradores, de acordo com a Lei Federal nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, com a Lei Complementar nº 3, de 28 de dezembro de 1972; também poderão ser adquiridos em asta pública.

§ 1º Esta passagem de propriedade das terras deverá obedecer às normas do Profavelas, que deverão ser determinadas pela Prefeitura.

§ 2º Na escritura dos lotes, deverá ser colocada a destinação para a moradia da família, ou então a outras finalidades os lotes poderão ter. Este documento, então, deverá favorecer a permanência do morador naquele local.

§ 3º A escritura deverá também trazer a obrigação de só vender o imóvel às pessoas que estão dentro das normas do Profavelas (veja o artigo 1º desta lei). Por causa disso, a Prefeitura deverá comparecer no ato da troca de propriedade, como interventora para decidir a respeito.

Artigo 7º e artigo 8º Não foram aprovados — ficam sem efeito.

Artigo 9º A Prefeitura fica autorizada a criar o "Fundo de Urbanização das Favelas". Este fundo será formado pelo dinheiro arrecadado na venda dos terrenos municipais no SE 4 ou de casas populares. Também de verbas estaduais, federais, ou até de outros países.



Artigo 10. A Prefeitura poderá fazer convênio com o Governo Federal, Estadual e outros Municípios da Grande BH para favorecer a execução do Programa Profavelas.

Artigo 11 Fica a Prefeitura autorizada a regulamentar a presente Lei, criando ou melhorando o funcionamento da repartição encarregada do Profavelas.

Artigo 12. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação. E estão revogadas as disposições contrárias.

Belo Horizonte, 6 de janeiro de 1983. — O Prefeito **Júlio Arnoldo Laender**.

**Observação:** Lei publicada no **Minas Gerais**, de 8 de janeiro de 1983.

#### OBSERVAÇÕES DA PASTORAL DE FAVELAS — REGIÃO NORTE

1º A Lei existe: portanto, todos os moradores das favelas acima já pertencem ao SE 4, gozando de seus direitos, como qualquer outro cidadão; só ocorre que a Lei não foi regulamentada até hoje: por isso, ela não está podendo ser posta em prática efetivamente;

2º Na própria Lei, aparece clarissimamente por 3 vezes a necessidade de o Prefeito regulamentá-la: é uma obrigação que a Lei faz o Prefeito, e a mesma tem a obrigação por Lei de fazer esta regulamentação, não faz favor nenhum — pelo contrário, se não fizer a regulamentação, está agindo contra a Lei; veja na Lei os trechos grifados por nós.

3º A Lei do Profavelas obedece aos mais altos ideais humanos e cristãos da convivência de seres humanos de iguais direitos na cidade. Por isso, ela já foi muito elogiada por técnicos de grande competência nacional. Quando ela for regulamentada, será um farol e um caminho aberto para as outras grandes capitais do Brasil.

4º Só unindo-nos, todos os cidadãos de boa vontade, é que conseguiremos que esta Lei tão boa seja regulamentada, e passe a funcionar. Porque, se não, há grupos interessados em não deixar que esta Lei funcione, sobretudo os donos dos terrenos particulares onde existem as favelas, nos locais mais valorizados da cidade, os especuladores edifícios, que têm muito apoio político. Só mesmo sensibilizando a opinião pública, a televisão, os jornais, o rádio, e os políticos responsáveis e humanos, é que poderemos eleger a fazer regulamentar a Lei e funcionar na Prefeitura o Profavelas.

5º O Parlamento Europeu já destinou 4000 mil dólares (700 milhões de Cr\$) para urbanização de favelas em BH pelo PRODECOM: mas só os liberará se o Profavelas for regulamentado...

Decreto nº 4.762, de 10 de agosto de 1987, do Sr. Prefeito de Belo Horizonte — Regulamentação do PROFATELAS.

(Aqui vai o decreto com palavras mais fáceis para o povo entender melhor.)

Responsável por esta versão: Pastoral de Favelas da Região Norte da Diocese.

O Decreto nº 4.762 cria o Programa Profavelas (a Lei aprovada em janeiro 83 dava condições para o Prefeito criar o Programa, mas era necessário ele fazer este Decreto para o Programa estar criado).

O Prefeito de Belo Horizonte, considerando o que a Lei Federal manda (Lei nº 6.766, de 1979) e a Lei Municipal nº 3.532, de janeiro de 83, decreta:

#### CAPÍTULO I

##### O Programa PROFATELAS

Art. 1º Fica criado o Programa Municipal de Regularização de Favelas — PROFATELAS — conforme manda o art. 1º da Lei Municipal nº 3.532.

#### CAPÍTULO II

##### Para que serve o PROFATELAS

Art. 2º Para regularizar as favelas, o Programa cuida das seguintes atividades que estão ao alcance da Prefeitura:

1 — Medir por fora as favelas que deverão ser incluídas no Setor Especial 43 (SE4) que foi introduzido na Lei do uso do solo da cidade pela Lei nº 3.532;

2 — Baixar o decreto que determina que estas favelas são SE4;

3 — Estabelecer as ruas, becos, praças, passagens etc., de forma que se possa definir quarteirões e lotes, respeitando a forma como a favela está;

4 — Aprovar a planta da favela — dando as normas para o uso e ocupação das áreas para que a favela possa ter um progresso futuro positivo;

5 — promover ou acompanhar o registro em Cartório da Planta aprovada — até o morador poder tirar sua escritura;

6 — promover a urbanização da favela — para que tenha melhores serviços e melhores condições de vida.

§ 1º Todas as favelas deverão ser medidas e incluídas nos SE4 juntas

§ 2º Se alguma favela, por motivo de força maior, ficar de fora poderá ser incluída no SE4 a qualquer momento.

#### CAPÍTULO III

##### Detalhes do funcionamento do PROFATELAS

Art. 3º Para regularizar as Favelas, deverão ser respeitadas as normas deste Capítulo, e não as normas gerais da Prefeitura, se estiverem contrárias ao modo como está organizada a favela ou contrárias ao Profavelas.

#### SEÇÃO I

##### O lote-padrão

Art. 4º Para comprar vender, somar ou dividir lotes, fica criado o lote-padrão.

Art. 5º Lote padrão é o lote básico, que é próprio para cada favela, em metros quadrados, e serve para preservar o tipo da favela; ele é definido no decreto de aprovação da planta dela.

Art. 6º Para poder se tornar dono de um lote na favela, o maior lote será 2 vezes o tamanho do lote-padrão; em caso nenhum poderá ser maior que 360 metros quadrados.

Parágrafo único. O que se diz neste artigo não se aplica aos lotes de uso comunitário ou de utilidade pública.

Art. 7º Para poder somar ou dividir lotes, o lote-padrão servirá de medida básica desta maneira:

1 — só serão aprovadas somas ou divisões de lotes que fizerem com que o resultado seja mais próximo ao lote-padrão.

2 — no caso de divisão de um lote deverá ser levado em conta, separadamente, cada um dos lotes resultantes da divisão. Os lotes divididos poderão ser somados a outros lotes, sempre que o resultado seja mais próximo ao lote-padrão.

Art. 8º Conforme o Artigo 5º da Lei nº 3.532, fica isento de impostos e taxas o morador que entra ao Profavelas por 10 anos.

#### SEÇÃO II

##### O loteamento no SE4

Art. 9º Os lotes serão definidos por normas especiais para loteamentos de interesse social e não segundo as normas gerais da Prefeitura respeitando a forma como está criada cada favela.

Art. 10. As plantas apresentadas para aprovar os lotes nas favelas deverão obedecer estas condições:

1 — terrenos nos quais não pode ser construída nenhuma moradia;

a) inclinados mais que 47 por cento (muita coisa);

b) sujeitos a enchentes, se não estiverem com obras de proteção;

c) em terrenos em que não existe condição de construir nada;

2 — as áreas não ocupadas por moradores serão destinadas ao uso que a Prefeitura determinar após ouvir as entidades que representam os Moradores;

3 — as ruas, becos, passagens etc., que estiverem na planta aprovada pela Prefeitura, passarão a fazer parte do terreno público, conforme a Lei Federal nº 6.766 de 1979;

4 — só serão aprovados lotes que estiverem diretamente ligados a estas ruas, becos ou passagens da Planta aprovada.

Parágrafo único. O que se diz no item 4 acima vale também nos casos de divisão de lotes.

#### SEÇÃO III

##### O Cadastro Oficial dos Ocupantes

Art. 11. Para cada favela que se torna SE4 será criado na Prefeitura o Cadastro Oficial dos Ocupantes que servirá para o morador poder tornar-se dono do seu terreno.

Parágrafo único. Por Ocupante se entende a pessoa que estava de posse diretamente do terreno na época em que se registrou no Cartório a Planta Aprovada para poder tirar Escritura do lote.

#### SEÇÃO IV

##### A passagem de propriedade ao Morador

Art. 12. Conforme o artigo 6 da Lei Municipal nº 3.532 só poderá tornar-se proprietário de um lote o seu Ocupante, qualquer que seja a natureza do anterior proprietário, e qualquer que seja a forma de adquirir a propriedade pelo Morador, e qualquer que seja o autor do pedido de Aprovação da Planta da Favela.

Parágrafo único. Quando se tratar de família não casados no Civil, a mulher é que diretamente receberá a propriedade, a não ser que os dois tenham chegado a um acordo, e neste caso serão co-proprietários.

Art. 13. Cada Ocupante só tem direito a ter um lote de morar ou de uso misto (morar e outra atividade): admite-se que possa tomar-se proprietário de um segundo lote, contudo que já construído, e destinado a atividade não de moradia, que comprovadamente sirva para sustento da fa-



mília. Para determinar estas coisas, se deverá observar o Cadastro Oficial dos Ocupantes da cidade toda.

Art. 14. O lote não de morar, e que sirva para uso público, será entregue à entidade que iniciou este uso, ou em falta desta às entidades que representam os Moradores.

## SEÇÃO V

### Normas de uso e ocupação dos terrenos

Art. 15. Estas normas deverão ser baixadas no Decreto de Aprovação da Planta de cada Favela, e sempre deverão visar a preservar o tipo da favela.

Parágrafo único. Estas normas deverão ser elaboradas ouvindo as Entidades que representam os Moradores da Favela.

## CAPÍTULO IV

### O Fundo de Urbanização das Áreas Faveladas

Art. 16. Fica criado este Fundo, conforme o Artigo 9 da Lei Municipal nº 3.532.

Parágrafo único. Este Fundo estará unido na Conta do Fundo de Habitação Popular criado pelo Parágrafo único do artigo 1º do Decreto nº 4.539, de 12-9-83, e regulamentado pelo artigo 12 do Decreto nº 4.651, de 23-2-84: forma uma subconta dentro desta.

## CAPÍTULO V

### Como organizar os processos do PROFAVELAS

Art. 17. Os processos para regularizar as favelas — aprovação das plantas, divisão ou soma de lotes, passagem de propriedade, etc., — deverão obedecer estas normas:

## SEÇÃO I

### Aprovação da planta da favela

Art. 18. Os interessados deverão apresentar à Prefeitura o projeto, com os seguintes documentos e informações:

1 — relação das quadras e lotes que estão no projeto;

2 — relação de tudo que pertence à Prefeitura (ruas, passagens, Becos, parcinhas, e outros equipamentos públicos).

Parágrafo único. A Prefeitura fornecerá as diretrizes técnicas para fazer as plantas da favela aos interessados.

Art. 19. No caso de terra devoluta, o poder público deverá apresentar: o registro da terra, se houver; se não, certidões negativas dos cartórios da Comarca.

Parágrafo único. Se a terra tiver uso definido anteriormente, o poder público deverá apresentar o documento pelo qual esta terra foi desagradada daquele uso.

Art. 20. Se o proprietário for particular, deverá apresentar o seu papel de propriedade.

## SEÇÃO II

### Os pedidos de somar ou dividir lotes

Art. 21. Estes pedidos deverão ser acompanhados dos seguintes documentos:

1 — Papel que demonstre a propriedade do terreno em questão;

2 — Planta da situação atual do terreno, demonstrando o acesso às vias públicas;

3 — Planta da situação que resultará depois de feita a soma ou divisão do terreno.

§ 1º No caso de somar lotes, o proprietário deverá apresentar o papel de propriedade dos lotes a serem somados;

§ 2º No caso de serem distintos os proprietários dos lotes a serem somados, os dois deverão assinar o pedido de soma dos lotes.

Art. 22. Na análise dos pedidos, a Prefeitura deverá observar as normas da Lei 3.532 e deste Decreto, e não as gerais da Prefeitura.

## SEÇÃO III

### Aquisição de lotes

Art. 23. No SE4 a venda e compra de lotes seguirá estas normas e princípios:

1 — Só poderão ter lotes pessoas economicamente pobres, observando a média do padrão de vida dos que moram no SE4, observando o Cadastro Oficial dos Ocupantes, que mostra quem é que deve receber o lotes;

2 — Não se pode entregar mais de 1 lote à mesma pessoa, observando o art. 13 deste Decreto;

3 — Não se podem entregar lotes que estão no caso das letras b e c do Artigo 10 deste Decreto; no caso de inclinação maior que 47 por cento, só para uso público, sem edificações.

Art. 24. No documento de passagem de propriedade ao Morador, além das cláusulas comuns no caso, deverão ser colocadas outras, específicas das favelas, como:

1 — No caso de lote para morar, deve ser colocado que o lote tem destinação para o ocupante morar com a sua família; devem ser colocados também outros usos que estejam permitidos pelo decreto do uso do solo naquela favela;

2 — No caso de adquirir a propriedade de um segundo lote com uso não de morar, conforme o Artigo 13 deste Decreto, deve ser colocado o comprometimento que o ocupante faz de só usar o lote para sustentar a sua família, conforme as normas de uso daquela favela;

3 — No caso de lote, de uso público, deve ser colocado o comprometimento a manter este uso, e só mudá-lo com o consentimento das entidades que representam os Moradores e a Prefeitura;

4 — No caso de venda dos lotes os compradores só poderão tornar-se proprietários se satisfizerem as normas contidas no Artigo 6º, e seus parágrafos da Lei nº 3.532.

Parágrafo único. No caso de terrenos da Prefeitura cedidos gratuitamente aos ocupantes, a Prefeitura poderá colocar determinadas condições para que o proprietário permaneça no lote adquirido gratuitamente.

## CAPÍTULO VI

### Quais as repartições que lidam com o PROFAVELAS

Art. 25. O PROFAVELAS será organizado na Prefeitura pelas Secretarias de Desenvolvimento Urbano e de Ação Comunitária, observando a competência de cada qual no seu campo.

Parágrafo único. A Secretaria de Ação Comunitária é que coordena o PROFAVELAS.

## CAPÍTULO VII

### Disposições finais

Art. 26. A alteração do uso dos lotes no SE4 só será feita se for compatível com o que se pode fazer em favela;

Art. 27. Os lotes que não puderem ser aprovados, todavia, permanecerão de posse de seus ocupantes, podendo os mesmos receber indenizações das construções e plantações em caso de remoção.

Art. 28. Este decreto entra em vigor no dia 11 de agosto de 1984, revogando-se qualquer disposição em contrário.

Belo Horizonte, 10 de agosto de 1984. — **Helio Garcia**, Prefeito.

## OBSERVAÇÕES

### DA PASTORAL DE FAVELAS

O decreto já é um passo adiante.

TODAVIA não pensemos que só esta regulamentação vai fazer com que todas as favelas de Belo Horizonte de um dia para o outro se tornem propriedade dos seus ocupantes... **UMA LONGA BATALHA AINDA ESTÁ PELA FRENTE:**

1º) porque é preciso que o novo Prefeito baixe o decreto determinando os limites de TODAS as favelas da cidade: será que a Sudacap está fazendo o trabalho determinado pelo Prefeito anterior, ou parou? Será que este novo Prefeito se interessa pelo Profavelas?

2º) porque OS INTERESSADOS — isto é, os favelados — é que devem mandar fazer a planta da favela para poder ser aprovada na Prefeitura. Será que as Associações de Moradores das Favelas estão dispostas a mandar fazer a planta de sua Vila? Uma coisa é certa: se esperarmos que a Prefeitura faça as plantas, estamos fritos: vai ser uma burocracia sem fim. Portanto, cada Vila é que tem que fazer a sua planta para mandar aprovar.

3º) mas tem mais um detalhe: quem faz o pedido para aprovar a planta é O PROPRIETÁRIO ANTIGO DA TERRA. Será que estes antigos proprietários (particulares ou governo) se interessam em fazer este pedido? Será que os antigos donos da terra se interessam por vendê-la ou doá-la aos favelados? É preciso então ir atrás dos antigos donos, sentar à mesa com eles, NEGOCIAR, até eles assinarem: senão, nada feito. Nos casos em que os antigos proprietários não aparecem, será necessário fazer um pedido de USUCAPÍAO ao Juiz, para poder ter a terra: é um processo que demora bom tempo... será que o pessoal não desanima?

4º) E tem mais: a Prefeitura é que vai dar as "diretrizes" para fazer as plantas; também deve estabelecer as normas de uso e ocupação do solo, após ouvir os moradores... quanto tempo vai levar isso para cada uma das mais de 100 Vilas da cidade? E para o Prefeito fazer o Decreto de Aprovação da Planta de cada uma Vila separada, quanto tempo vai demorar? E será que a Prefeitura tem os funcionários para orientar e acompanhar o Profavelas? Como se vê, há MUITAS INTERROGAÇÕES.

5º) O Cadastro Oficial dos Ocupantes também vai ser uma fonte enorme de burocracia:

será que vai ser feito dentro de um prazo razoável? São quase 50.000 famílias a serem cadastradas; e antes de TODAS CADASTRADAS, nenhuma delas poderá ter a propriedade, porque depende de conferir o Cadastro para ver se não tem lotes em outras favelas. Quanto vai demorar isto para funcionar?

A CONCLUSÃO, amigos, é uma só: MUITAS LUTAS E PRESSÃO AINDA NOS ESPERAM: PARA O POBRE TER OS SEUS DIREITOS RECONHECIDOS, VAMOS LUTAR.

**O SR. PRESIDENTE** (José Ignácio Ferreira) — A Presidência determina o atendimento ao requerimento de V. Ex<sup>a</sup>

Concedo a palavra ao eminente Senador Jarbas Passarinho.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Tenho em mãos a Mensagem que o Presidente José Sarney enviou ao Congresso Nacional e que foi lida no dia de abertura dos trabalhos do Congresso Nacional. Chama-me a atenção como é que um Presidente da República é levado pelos seus auxiliares a expor-se de uma maneira praticamente indefensável.

Vou ler rápidos tópicos que esta Mensagem traz na sua introdução.

O primeiro tópico diz, aqui, na página 2.

"Foi com o objetivo de preservar a normalidade e a estabilidade desse processo — Sua Excelência se referia ao processo de desenvolvimento — que tomei medidas da mais ampla repercussão para a política econômica do Governo, decretando a suspensão, por tempo indeterminado, do pagamento do Serviço de nossa dívida externa. Ao contrário dos que afirmam resultar essa iniciativa da emergência de nossas dificuldades internas, posso assegurar que este foi um ato soberano, de um país soberano no pleno exercício de sua soberania.

O segundo tópico, depois de tratarmos desta falácia, é com relação a um reconhecimento que Sua Excelência faz, ao contrário de muitos daqueles que hoje aqui defendem o Governo".

Diz o Presidente:

"O Brasil teve, nos últimos dez anos, o maior crescimento do Produto Interno Bruto entre as dez maiores economias do mundo."

Como S. Ex<sup>a</sup> está no Governo há dois, oito devem caber a tão famosa República Velha.

O terceiro tópico é ainda mais impressionante. S. Ex<sup>a</sup> diz:

"Aos que desejam ver nas conquistas do Plano Cruzado a efêmera vitória de um simples momento de euforia é conveniente lembrar que a variação anual do nível de preço, que atingiu em 1985 a taxa de 237,7%, e que no início de 1986 apontava para uma expectativa de cerca de 500%, graças às medidas de ajustamento e ao Programa de Estabilização Econômica, declinou para 62,4%."

O que naturalmente não concorda o homem do Imposto de Renda, porque não fazendo nenhum tipo de reajuste do ano anterior em termos de inflação, é como se a inflação fosse zero.

E ainda foi mais longe: zangado ele está de tal modo, que declarou que as pessoas que forem inadimplentes devem lembrar-se que têm bens, e esses bens podem e devem ser seqüestrados. Prossigo na leitura das palavras do Presidente, porque estas foram as que mais me aturdiram:

"Quem, em tais circunstâncias, ousará dizer que o Programa de Estabilização Econômica não deu certo, ou não reverteu as expectativas inflacionárias que ameaçavam inviabilizar a economia brasileira?"

São três tópicos da maior importância.

Quanto ao país soberano, todos nós sabemos que as reservas disponíveis chegaram ao ponto crítico de pouco mais de 3 bilhões de dólares e, portanto, a medida tomada, que encontrou apoio generalizado, de suspender os pagamentos, não foi uma medida tomada por quem dispusesse de reservas em alto montante e quisesse apenas renegociar essa dívida externa em condições mais altivas. Foi, evidentemente, uma situação de falta de caixa.

Paralelamente, o próprio Presidente da República queixou-se, num dos seus discursos, da evasão das moedas fortes, e citou, ao mesmo tempo, o retraimento de novos investimentos em moedas inconvertíveis no Brasil.

Isso mostra, portanto, que a falta de dinheiro existente na caixa para os pagamentos internacionais é a razão fundamental da nossa inadimplência.

A moratória, como aumento da dívida, e, consequentemente, como falta de dólar, parece-me, portanto, irresponsável. O périplo do Ministro Fuarero, que acaba fazendo a volta ao mundo — dentro de algum tempo fará pela segunda vez — procura duas coisas, ao que os jornais publicam, e me parece que o Governo, aqui nesta Casa, não nega: busca reescalonar a dívida em melhores condições, pensando em algumas maneiras de aliviar este pagamento, e tenta fundamentalmente, Sr. Presidente, buscar dinheiro novo, e buscar dinheiro novo para pagar empréstimos, não é buscar dinheiro novo para fazer investimentos reprodutivos, mas emprestar para pagar as dívidas resultantes de empréstimos anteriores.

Por outro lado, o Sr. Ministro tem uma atitude extremamente soberana quando se declara adversário de nossa ida ao FMI, e disse, todos nós ouvimos na televisão, "nunca mais o Brasil irá ao FMI". Com isto nós perdemos a simpática presença visual da Sr<sup>a</sup> Ana Maria Jul, que volta e meia percorria o Palácio do Planalto com uma pasta tumbida de documentos, e, guardada a nossa soberania, o Ministro da Fazenda vai às escondidas ao FMI. Quando eu digo "vai às escondidas", é porque nunca foi desmentido, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que S. Ex<sup>a</sup>, declarando ir ao encontro de determinada organização sediada em Nova Iorque, errou naturalmente o caminho, e não ousaria eu dizer que se seqüestrou o avião, e veio para Nova Iorque, mas pousou em Washington, para conversar com o ainda então Diretor-Geral do FMI, Jacques de Larosière, e pedir-lhe uma carta de recomendação para o Clube de

Paris, carta que, aliás, lhe foi dada simpaticamente.

Ora, o crescimento do PIB mostra, como eu dizia, que a chamada herança não foi tão maldita assim; se nesses 10 anos esse crescimento é dos melhores do mundo, e se ao mesmo tempo os presidentes Tancredo Neves e José Sarney falam com tanto orgulho da oitava economia do mundo ocidental — porque somos décima do mundo, em geral — é porque, evidentemente, isso vem também como uma herança razoavelmente elogiável.

Quanto às marchas e contramarchas da inflação: estávamos, aqui, em plena euforia, anestesiada a Nação brasileira inteira com o êxito aparente do "plano tropical", que depois passou a se chamar de "Plano Cruzado". Veio ao Brasil ninguém menos que o Sr. Raymond Barre, que não é acusado, como um determinado cavalheiro americano que anda por aí, de estar querendo conspirar contra a presença do Ministro Dilson Funaro no Ministério. Raymond Barre foi Primeiro-Ministro na França, foi Ministro das Finanças. Ouvido, declarou-se pessimista em relação à possibilidade de qualquer nação capitalista sustentar por muito tempo uma política de congelamento de preços e salários. Porque se congelam os salários, os preços essa política não congela, e, automaticamente, aparece o desvão do mercado negro, aqui batizado de áglio.

**O Sr. João Menezes** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Pois não, ouço V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador João Menezes.

**O Sr. João Menezes** — Eminente Senador Jarbas Passarinho, V. Ex<sup>a</sup> é, na realidade, um dos melhores oradores do nosso País.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Não exageremos, nobre Senador.

**O Sr. João Menezes** — V. Ex<sup>a</sup> tem uma acuidade mental a toda prova, e que este Senado e o Congresso, como V. Ex<sup>a</sup> está fazendo um exame do governo, eu queria, antes que entrasse em outros detalhes, comentar aqui três itens que V. Ex<sup>a</sup> abordou inicialmente. Aquele que V. Ex<sup>a</sup> falou, como se fosse uma novidade, a suspensão do pagamento da dívida externa do País, que V. Ex<sup>a</sup> leu na Mensagem do Sr. Presidente da República. Eminente Senador, parece que essa medida, tomada pelo Presidente da República, foi uma medida acolhida por toda a população brasileira. Toda a ordem política achava que era necessária a suspensão do pagamento dessa dívida externa. Eu, pessoalmente, tenho as minhas reticências. Mas o que é verdade é que, politicamente, na situação, a medida veio ao encontro dos interesses nacionais e até de todas as forças partidárias deste País, porque o que se via nos jornais era quase que o assédio diário para que o Brasil suspendesse o pagamento de sua dívida externa. O segundo item que V. Ex<sup>a</sup> falou, foi que o Presidente declarou que a posição do Brasil, nestes últimos dez anos, tinha alcançado determinado grau na política internacional. Mas S. Ex<sup>a</sup> falou, e falou muito bem, porque a Presidência da República não é o Presidente; S. Ex<sup>a</sup> continua o exercício de um mandato, continua o exercício da Presi-

dência. Então, se foi nesses 10 anos que o Brasil melhorou na sua economia e melhorou diante da economia do mundo, não disse nada demais; apenas por registrar um período mais curto não quer dizer que nesses 10 anos o Brasil não tenha alcançado um período de maior evolução. Finalmente, também V. Ex<sup>a</sup>, lendo a Mensagem do Senhor Presidente da República, declara que a expectativa de juros de 1986 era de cerca de 500% e que, no final do ano, chegou a 62,4%. Foi um fato, existiu, por essa ou aquela circunstância existiu, a expectativa existia, ou pode existir para 1987 até mais, mas em 1986 existia essa expectativa e, por essa ou aquela circunstância ou medida, correta ou incorreta, o fato é que, no final do ano, se chegou a esse índice inflacionário no País. Então a esses três primeiros itens que V. Ex<sup>a</sup>, com a proficiência habitual, examinou, eu queria deixar esse pequeno, não reparo, mas essa pequena interferência em nome da Liderança da Frente Liberal.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Muito obrigado, nobre Senador João Menezes. Devo confessar a V. Ex<sup>a</sup> ao fim do seu aparte, que não sei se V. Ex<sup>a</sup> está fazendo reparos a mim ou se concorda comigo. Fiquei em dúvida durante o raciocínio de V. Ex<sup>a</sup>. Porque, em primeiro lugar, o que li — só poderia ler o que o Presidente escreveu. Então, V. Ex<sup>a</sup> diz que, de fato, Sua Excelência não diz novidade alguma; é pena porque o Presidente achou que isso era tão importante que escreveu numa Mensagem anual; em segundo lugar, quanto à expectativa de inflação, salientei, no período inteiro, a pergunta do Presidente, uma pergunta quase prática, quando Sua Excelência diz — vou reler para V. Ex<sup>a</sup>:

"Quem, em tais circunstâncias, ousará dizer que o Programa de Estabilização Econômica não deu certo ou não reverteu as expectativas inflacionárias que ameaçavam inviabilizar a economia brasileira."

V. Ex<sup>a</sup> agora mesmo disse que quanto aos 500%, já deve estar dando mais. Claro que está dando mais, ilustre Senador. RDB de banco hoje já estão fechando com pré-fixação em 550 e 600% ao ano. Então, a possibilidade de inflação, que os juros compreendem também, ela é de tal ordem hoje que esta reversão da expectativa não se deu, foi uma ilusão — durante algum tempo nós vivemos sob essa ilusão, e talvez até o Plano pudesse ter sido salvo, se medidas enérgicas tivessem sido tomadas nos momentos adequados, inclusive no momento em que se cansava, havia fadiga do processo de congelamento de preços e salários. Mas era preciso ganhar uma eleição e, então, isso era impossível fazer desde logo.

De maneira que quando nós chegamos à triste verdade de verificar agora uma inflação prevista para março pela Fundação Getúlio Vargas de 15%, nós estamos praticamente voltando ao mês de janeiro do ano de 1986, com uma possibilidade de hiperinflação que nos atinge a todos.

Então não faço oposição masoquista, não me alegro isso. Não me alegro, porque sofro também e todos nós sofremos. O que desejamos é que o Governo tome uma iniciativa, avance no rumo certo do seu caminho financeiro e econômico, para que tenhamos, talvez amanhã até, o direito

de bater palmas a uma mensagem que não tenha as incoerências — com o perdão da palavra — mas incoerências que se encontram na introdução da mensagem.

**O Sr. João Menezes** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Pois não.

**O Sr. João Menezes** — V. Ex<sup>a</sup> vê que a minha participação teve procedência ou apartando V. Ex<sup>a</sup> ou apartando a mensagem. Porque o que V. Ex<sup>a</sup> fez, com a habilidade que lhe é peculiar, foi a crítica mais contundente em torno dessa situação, desses três fatos a que me reportei. E, a prova de que era é que V. Ex<sup>a</sup> está completando agora a sua idéia, o seu pensamento, como homem que tem visão grande dos problemas nacionais e confirma a razão lógica do aparte que dei a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Muito obrigado, Senador.

Veja que — se V. Ex<sup>a</sup> me permite que dialoguemos —, veja que uma das razões apresentadas para introduzir-se o sistema do compulsório foi exatamente o quê? O excesso de demanda. Então, em inflação de demanda havia uma necessidade de enxugar a moeda. E, para isso então se inventou o compulsório, para tornar difícil ou dificultar mais ainda, sem dúvida, a aquisição de bens duráveis.

Ora, hoje nós verificamos que o compulsório continua, mesmo depois que acabou aquele aspecto mais agressivo da inflação de demanda, quando aparece mais a inflação de custo.

Leio, estarecido, que a PETROBRÁS, que sempre defendi, se apropriou de "apenas" quatro bilhões de cruzados do compulsório da gasolina. Quem terá talvez se apropriado do compulsório dos automóveis? E, os compulsórios aí estão.

A demissão da Fundação Getúlio Vargas foi uma das coisas que mais me causaram espécie, porque é uma entidade altamente respeitada no mundo. Ela tem representação internacional. Mas quando a Fundação Getúlio Vargas disse que a inflação de um determinado mês era de 17%, ela foi demitida. Entregou-se ao IBGE a responsabilidade de se fazer a apuração da inflação mensal no País. O IBGE, em seguida, compôs — o que foi muito louvável — com o DIEESE e com outras entidades representantes dos trabalhadores uma comissão para esse trabalho e quando o IBGE declarou também que a inflação era de um determinado valor, demitiu-se o Sr. Edmar Bacha, que tomou a iniciativa de demitir-se para não ser violentado com os expurgos que tanto eram objeto dos ataques aqui nesta Casa, às vezes com ira jupiteriana, por parte da Oposição daquela ocasião.

Então, faz-se tudo, faz-se tudo semelhantemente ou faz-se tudo até mais avançadamente com uma diferença, com uma diferença que agora tudo se explica e tudo se justifica.

Houve medidas que a Nação delas tomou conhecimento e que, naturalmente, causaram também euforia, porque é muito fácil jogar o pobre contra o remediado, o remediado contra o abastado, e o abastado contra o rico. Então, quando fizeram apresamento dos bois gordos com a Polí-

cia Federal sobrevoando a área e depois descendo para fazer o apresamento, houve bate-palmas. E o que aconteceu? Ficaram os bois gordos na intenção do Governo; fizemos importação de gado e de leite ricamente adicionado pelas emanções de Chernobyl; compramos arroz da Tailândia para apodrecer em boa parte nos armazéns e, agora, vejo a notícia de que Estados produtores de arroz, como o Rio Grande do Sul e especialmente Goiás, queixam-se de que estão com os seus estoques inteiramente prejudicados porque não têm sequer como armazenar, não têm silos para isto porque estes silos estão ocupados pela importação que se fez no período, quando era necessário manter a aparência de que o Plano Cruzado estava certo, continuava certo e, portanto, com isso, era preciso rebaixar os preços, o que não se conseguiu. Mas se conseguiu desarumar, desordenar, completamente, o que vai ser hoje a colheita da maior safra de todos os tempos. Vamos esperar o resultado, depois da colheita, a respeito da comercialização e dos silos.

Com isto, houve um desperdício das nossas divisas. Compramos, como já disse, carne, leite, arroz, milho e compramos até tampinhas de cerveja da Bolívia e as nossas divisas foram para o teto crítico, o que nos obrigou a esta medida que o Presidente, por seu turno, declara ter tomado em caráter de soberania nacional e o retorno da inflação é recordista.

Apesar do que disse o meu eminente colega de representação, o nobre Senador João Menezes, a inflação está aí em caráter verdadeiramente atordoante — como hiperinflação e não mais como inflação. Ora, eu não falo isto com alegria. Eu, aqui, me queixava, quando era Líder de um Governo, de que às vezes a Oposição se sentia profundamente gratificada na hora em que diziam: "O Brasil é um País com 10 milhões de sofrendores de esquistossomose, o Brasil é um País com tantos milhões de leprosos, o Brasil é um País com tantos milhões de tuberculosos, o Brasil é um País com 30 milhões de crianças abandonadas". Eu ouvi muito esse discurso aqui. Eu não sei quanto tempo se levará, ainda, para fazer com que dados dessa natureza sejam modificados. Então, nada como esperar que os tempos passem para que os julgamentos sejam feitos.

Agora, referir-me-ia, Sr. Presidente, ao fato mais recente ligado a todos esses que fui buscar, numa retrospectiva rápida: é a atuação dos quatro Governadores: de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro. Já houve alguém que, inspirado no quadro pós Mao-Tsé-Tung, resolveu chamar essa gente de o "bando dos quatro", de tal modo eles estão sendo incomodáticos em relação ao papel que o Governo exerce. Não entro nesta questão, porque ela não cabe a mim. São todos Governadores do mesmo Partido do Senhor Presidente da República. Falaria que antes de haver esse tipo de reação aos Governadores é preciso verificar se houve ou não precedentes dentro da própria Bancada do PMDB.

Ao que sei na Bancada, durante a exposição do Ministro Dilson Funaro, houve uma pessoa muito ligada ao Palácio do Planalto que, terminada a palestra daquele Ministro para os Deputados, teria dito: "Este cavalheiro parece que não mora neste País". Outro Deputado por Pernambuco, do PMDB, teria dito a S. Ex<sup>a</sup>: "Antes, fâmas

às ruas e éramos aplaudidos. Agora, por sua causa, vamos à rua e somos vaiados". Não sei se o fato foi exatamente assim, mas assim foi contado. Não admiraria, porque Augusto dos Anjos dizia que "a mão que afaga é a mesma que apedreja". Antes que o eminente Senador Severo Gomes queira imputar estes versos a Ronald Carvalho eu devo dizer desde logo que são de Augusto dos Anjos. Cito o autor e cito os desabafos, porque esses desabafos me parecem inteiramente pertinentes com a condição social que estamos vivendo no País.

Os quatro Governadores, também diria o Senador João Menezes, não disseram novidade nenhuma. Creio que o meu colega diria isso também num aparte. Talvez a forma de dizer, talvez a veemência com que se pronunciaram tenha causado choque ao Presidente da República. Com o meu Partido, aqui representado por nós S. Ex<sup>a</sup> contará para as medidas de que precise para o ordenamento da economia do País.

Não fazemos oposição raivosa e não fazemos oposição integrista, não negamos na íntegra as vantagens que o Governo possa ter.

Lembraria apenas, como já foi hábito nesta Casa, que há editorial que hoje me compensa das pálidas explicações que aqui dei a respeito do momento histórico que estamos vivendo pelo meu Partido.

É um editorial de página interna do jornal **O Globo**, com o título: **Convergência, para a decisão**. Estou lendo o editorial:

#### "CONVERGÊNCIA, PARA A DECISÃO"

A inflação de março, calculada pelo Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas, ficou em 15 por cento; a taxa acumulada do primeiro trimestre está, assim, em 47,02 por cento. Uma evolução dessa ordem de grandeza fez soar o alarme no ano passado e determinou o recurso ao remédio heroico do Plano Cruzado. E agora?

Não se repita, nem mesmo por gosto pela originalidade, a sandice de que sabemos conviver com a inflação: a inflação é uma continuada falta de compostura nos preços e falta de medida no dinheiro (que, por definição, é uma medida), redundando em colapso dos valores. E não apenas dos valores materiais. Podemos viver atrás do impossível; mas não podemos nos dirigir e, conseqüência, conviver com o absolutamente imprevisível.

A ausência de definições político-econômicas é carência de perspectivas para o homem comum. E esse eclipse do valor moral da esperança realimenta a própria inflação, induzindo a ganhar sobre o imediato, já que não há como contar sobre o amanhã. A inflação atual parece a caminho de configurar-se como a inflação, além de tudo, da certeza. Não é mais a inflação inercial dos analistas econômicos de fevereiro de 1986; torna-se a inflação da impotência.

O apelo dos quatro Governadores, de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul, ao Presidente José Sarney, para que assuma o comando da economia, faz sentido por refletir a incerteza angustiada dos Estados de importância capital na vida do País: faz sentido na origem, mas não contém proposta de solução."

Leio a parte final do editorial:

"O País não pode permanecer na indecisão, na falta de iniciativa, no imobilismo. Nem conformar-se com um quadro, no mínimo curioso: enredado no presente e com as melhores perspectivas no horizonte. O quadro que está aí, entre os anúncios de uma nova província mineral, na região do rio Trombetas, superior a Carajás, de campos promissores de petróleo e gás na região do rio Urucui e o avolumar-se quotidiano de uma crise econômico-financeira interna e externa. É hora de decidir-se, para vencer o vão entre o hoje e o amanhã."

Em nome do meu Partido, Sr. Presidente, Srs. Senadores a nossa palavra é de crítica, naturalmente construtiva, de crítica de quem deseja cooperar para que a situação econômica do País tome rumo definitivo. Sei, tenho certeza, de que dentro das Bancadas do Governo, aqui nesta Casa como na Constituinte, há insatisfações enormes a respeito da imprecisão, da indecisão, eu não diria da irresolução pois que o Presidente da República não é um homem irresoluto, é um homem que através de atitudes tomadas já provou que, em momentos dramáticos da sua vida, sabe tomar decisões.

O que esperamos da imensa Maioria que têm assento nesta Casa, o que esperamos dela é que induza, conduza, auxilie a que todos cheguemos a um ponto de ordenamento que nos permita uma tranquilidade em relação a esta incerteza do futuro. Já se fala, como nos tempos de sempre, em medidas heróicas, já se fala em medidas de exceção, absurdamente relacionadas com o quadro de 1963.

Há até semelhanças flagrantes, que não podem ser ignoradas por aqueles que pretendem fazer agora alguma previsão de golpe Militar neste País.

A Nação confia no seu Presidente, as Forças Armadas estão absolutamente coesas em torno dele.

Não há portanto movimento do encorajado Potemkin, não há sovieta dos marinheiros nem dos metalúrgicos, há, sim, uma insatisfação tão brutal que se transformou numa indisciplina de trabalho, numa espécie de desafio, e numa escalada desse desafio que a todos, realmente, causa espécie e gera temor.

É com esta condição, de Líder de um pequeno Partido de Oposição, que aqui falo numa palavra dirigida menos ao Palácio do Planalto e mais às Bancadas que aqui dão apoio ao Governo do Presidente José Sarney, para que S. Ex<sup>a</sup> tenha o respaldo de que precisa para tomar uma decisão e, depois de tomada essa decisão, persegui-la até o êxito, para que não tenhamos mais tarde que chorar sobre as lágrimas derramadas.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Ignácio Ferreira) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jamil Haddad, como Líder do PSB.

**O SR. JAMIL HADDAD** (PSB — RJ. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Recebi um documento de várias entidades médicas, de repúdio às atitudes do Ministro da Saúde, que vem na realidade, demitindo auxiliares de alto

gabarito, que estavam interessados na consecução de um plano de Saúde Pública, aguardado há vários anos neste País.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, todos sabem a situação contristadora, em termos de saúde pública que atravessa o Brasil neste momento. Desde 1974, os índices de doenças infecto-contagiosas vêm subindo alarmantemente. Doenças que davam a impressão de haverem sido erradicadas, aí estão novamente com índices altamente alarmantes.

Li, há poucos dias, que às portas de Brasília já existem casos de febre amarela. A malária voltou a toda carga, apresentando formas altamente resistentes ao DDT. São alarmantes, também os índices da lepra, da tuberculose, da doença de Chagas, enfim, doenças que são frutos da ausência de um planejamento de saúde pública em nosso País.

E, quando pela primeira vez no atual Governo, tínhamos a esperança a alegria de vermos médicos capazes em termos de saúde pública estarem prestando seus serviços ao Ministério da Saúde, quando acreditávamos que se iniciaria um projeto em profundidade para a erradicação dessas doenças que matam e que deixam incapacitados milhares de brasileiros, S. Ex<sup>a</sup> o Ministro da Saúde começa a demitir esses auxiliares. Iniciou o processo de demissões pela Dr<sup>a</sup> Suely Rozenfeld, Diretora da Divisão de Medicamentos. É claro, teria que ser exonerada a Dr<sup>a</sup> Suely Rozenfeld, pois estava contrariando as multinacionais de medicamentos neste País. Essas multinacionais conseguiram agora, há poucos dias, percentuais de aumento para determinados medicamentos da ordem de 1.000 a 2.000%. Não estou colocando aleatoriamente esses dados; são dados verídicos que trarei a esta Casa num pronunciamento futuro, mostrando que quando o salário está congelado em Cz\$ 1.300,00, alguns medicamentos chegaram a Cz\$ 800,00 — medicamentos necessários a serem usados permanentemente, como no caso da doença de Parkinson, que são usados diariamente numa dosagem elevada, havendo necessidade de cerca de quatro a cinco vidros mensais do referido medicamento.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, é contristador verificarmos que, quando uma Divisão do Ministério da Saúde resolveu enfocar com seriedade o problema dos medicamentos, sua Diretora é exonerada. Outro Departamento, outra Divisão, analisando os sucos e os sumos de frutas, verificou altos índices de enxofre que tornavam os produtos altamente tóxicos. S. Ex<sup>a</sup>, o Ministro **sponte sua**, revogou a decisão daquela Divisão e resolveu liberar para a população aqueles produtos.

**O Sr. Mauro Benevides** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JAMIL HADDAD** — Com grande satisfação ouço o nobre Senador Mauro Benevides.

**O Sr. Mauro Benevides** — Nobre Senador Jamil Haddad, eu me permitiria interferir no pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, exatamente na parte em que está sendo referenciada a liberação dos sucos, que, durante um determinado momento, teve a sua venda proibida no território nacional, por decisão do Ministério da Saúde. Integrei uma Co-

missão de 40 Parlamentares, Deputados e Senadores, que representam nesta e na outra Casa, e na Assembleia Nacional Constituinte, a Região Nordeste. Fomos levar ao Ministro Roberto Santos a manifestação do nosso protesto diante daquela medida que, no nosso entender, não refletia exatamente a realidade. E o Ministro disse que a matéria estava sendo examinada pelos órgãos técnicos, mas ele não poderia deixar de ser sensível àquela evidência, com base, também, em argumentos técnicos. E esta estória de os técnicos no gabinete, eles sozinhos, entenderem que aquela é a melhor solução, esse encaminhamento não é mais aceito pela comunidade. E fomos discutir, os Parlamentares e aqueles que entendiam da veiculação dos sucos nos outros Estados brasileiros. Apresentamos as implicações do dióxido de enxofre, já que o suco não é servido concentradamente, aquele suco é diluído numa quantidade "X" de água, não sei qual a especificação: um copo d'água, um litro ou meio litro d'água. Apresentamos, também, as implicações sociais decorrentes do problema, o fechamento daquelas empresas que transacionavam com os sucos de frutas produzidas no Nordeste, e tudo aquilo iria acarretar um desemprego em massa, além do desequilíbrio que ocasionaria àquelas várias fábricas que estão situadas nas nove unidades do chamado Polígono das Secas.

O Ministro pareceu-nos naquele momento, um homem extremamente prudente, ouvindo a sua assessoria técnica e comparando os laudos do Ministério da Saúde com aquelas outras informações que também, tecnicamente, lhe chegavam por parte da Associação dos Produtores de Sucos da Região Nordeste. Portanto, eu gostaria, neste momento em que V. Exª aprecia a atuação do Ministro Roberto Santos como um todo, nesse tocante, chegar com a manifestação do meu testemunho de que S. Exª não agiu isoladamente: mais de 40 Parlamentares do Nordeste foram levar-lhe essas postulações. S. Exª, afinal, depois de 30 dias, resolveu acolher as postulações pela justeza de que as mesmas se revestiam.

**O SR. JAMIL HADDAD** — Nobre Senador Mauro Benevides, V. Exª, como lido representante do Nordeste, é claro, procurou S. Exª o Ministro, para defender as indústrias, defender aqueles produtos que estavam sendo, após rigorosos exames laboratoriais, proscritos em razão dos altos índices de dióxido de enxofre. Sabemos o que representa para o Nordeste o fechamento das referidas fábricas, não desejamos em absoluto que isso ocorra. V. Exª, num total de 40 Parlamentares, comparecem ao Ministério da Saúde, desculpem-me, mas não têm a capacidade de fazer uma análise altamente especializada, que é feita por técnicos bem gabaritados para este fim. Repito, ninguém quer o fechamento dessas fábricas, em absoluto. Agora, que elas usem teores mais baixos do referido produto tóxico. Não podemos admitir, pelo simples fato de defesa da economia de qualquer Estado da Federação, a aceitação de qualquer proposição que intoxique a população.

Vimos aqui nesta Casa, no ano passado, uma luta de quase toda a população brasileira na defesa das baleias; no entanto, os três representantes da Paraíba lutavam contrariamente a que fosse proibida a caça da baleia, porque no litoral da

Paraíba se fazia esta caça que dava emprego a centenas de pessoas e que influiu, em termos realistas, na economia do Estado.

Se fomos analisar isoladamente esses fatores, aceitaremos o uso indiscriminado e criminoso dos agrotóxicos que são usados em nosso País, e que estão levando a nossa população a alimentar-se com legumes, frutas, etc., com altos índices de toxicidade, provocados pelo uso dos agrotóxicos. Mas, no momento em que se tenta proteger a saúde humana, esses profissionais reconhecidos por toda a comunidade médica são execrados e jogados para fora do Ministério da Saúde.

O apoio a dado esses profissionais, aos quais se soma a figura de um grande sanitarista que é o Dr. Luiz Felipe Moreira Lima, por parte de várias entidades médicas aconteceu: tivemos o apoio do Centro de Estudos Brasileiros em Saúde; o apoio da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva; o apoio do Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro; o apoio do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro; o apoio da Associação dos Servidores da Fundação Oswaldo Cruz e de outros setores, em solidariedade contra as demissões que ali ocorreram, e também vários diretores do Ministério da Saúde solicitaram a sua exoneração. Cito-os: Dr. André Luiz Gernal—Diretor do DISAD; Dr. Antonio Osvaldo Nunes Coutinho—Diretor da Divisão Nacional de Vigilância Sanitária de Alimentos; Dr. Eric Jenner Rosas—Diretor da Divisão de Planejamento; Drª Giselle Huf—Diretora—Substituta da Divisão de Medicamentos; Dr. João Batista de Lima Filho—Diretor—Substituto da Divisão Nacional de Vigilância Sanitária de Alimentos; Dr. José Ricardo de Azevedo Brasil, Coordenador de Atividades Administrativas da SNVS no Rio de Janeiro; Dr. Luciano Wirth Chaibub, Diretor da Divisão Legal; Dr. Luiz Carlos Vanderley Lima, Diretor da Divisão Nacional de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos e Fronteiras; Drª Suely Bordalo Cruz Bezerra, Diretora da Divisão Nacional de Vigilância Sanitária de Cosméticos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, infelizmente, mais uma vez, as multinacionais interferem no nosso País, no momento em que esses brasileiros, excelentes técnicos e excelentes profissionais, procuram, com uma política de saúde pública digna dos maiores elogios, erradicar várias doenças que nos causam até mesmo repulsa por ainda estarmos convivendo com as mesmas...

**O Sr. Mauro Benevides** — Mas, nobre Senador, se V. Exª me permite, as multinacionais não estão nesse caso dos sucos do Nordeste.

**O SR. JAMIL HADDAD** — Nobre Senador Mauro Benevides, V. Exª sabe...

**O Sr. Mauro Benevides** — Eu tenho a impressão de que V. Exª deve situar as multinacionais do outro lado, e não em relação aos sucos do Nordeste.

**O SR. JAMIL HADDAD** — ... quando eu falo nas multinacionais, refiro-me ao setor farmacêutico. V. Exª sabe disso e não há novidade nenhuma porque, infelizmente, não temos a indústria da química fina neste País, que não é permitida, não se permite que seja feita no Brasil.

O nobre Senador Luiz Viana, num pronunciamento anterior feito por mim nesta Casa, também

se colocou contrário a essa pressão e citou como exemplo a Bahia: no pólo petroquímico da Bahia, tentou-se a implantação da indústria da química fina, e as pressões externas não permitiram. E se precisarmos hoje tomar um comprimido de aspirina, que nada mais nada menos é o ácido acetilsalicílico, estamos pagando *royalty* pela importação desse ácido necessário à fabricação de um simples analgésico, que é o ácido acetilsalicílico ou aspirina.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não poderia deixar, neste momento, de registrar a minha repulsa pelas atitudes do Ministério da Saúde em demitir colegas de alto gabarito no setor da saúde pública, sem uma justificativa.

Aproveito a oportunidade para relatar um fato interessante; uma das demitidas é considerada excelente sanitarista, é esposa do Líder do Governo na Câmara dos Deputados, o Constituinte Carlos Sant'Anna; um outro sanitarista de grande valor é filho do Ministro Moreira Lima. Eu não entendo mais nada! Honestamente, não é nem um fator, vamos dizer, político de retirar elementos contrários a posicionamentos de Partidos que não apóiam o Governo; são elementos inclusive que têm vinculações diretas com o Governo e isto me leva a supor que se trata de pressão das multinacionais da indústria farmacêutica que, mais uma vez, se tornam vitoriosas, e que, mais uma vez, derrotam a saúde do povo brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Maurício Correa, como Líder do PDT.

**O SR. MAURÍCIO CORREA** (PDT — DF. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Permitam-me que eu traga, mais uma vez, um encaminhamento de assunto que diz respeito, particularmente, ao Distrito Federal. É que, como todos sabem, pela primeira vez o Distrito Federal tem a sua representação parlamentar. E o que tem-me preocupado, Sr. Presidente, na medida em que o Senado é o órgão legislativo próprio para discutir e votar as leis relativas ao Distrito Federal, são as constantes viagens que o Sr. Governador do Distrito Federal, tem empreendido para o estrangeiro, sem que nenhum órgão do Poder Legislativo autorize a sua ausência do País.

Nós sabemos que, na forma do que preceitua a Constituição Federal, o Presidente da República para se ausentar do Brasil — inclusive, apenas para transpor a Ponte da Amizade que separa o Brasil do Paraguai — tem que pedir autorização legislativa e, de igual modo, as Assembleias Legislativas dos Estados autorizam os Governadores a se ausentarem do País, viajarem para fora do País. De igual forma, entendo que o Governador para se afastar em viagens de estudo ou turismo, tem que ter, também, autorização do Senado Federal, já que é o órgão encarregado de legislar especificamente para esta Unidade da Federação.

As vésperas da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, o Governador do Distrito Federal se ausentou do País durante mais de 30 dias, só chegando aqui, quando praticamente se instalavam os trabalhos daquela Assembleia. Outras viagens S. Exª empreendeu aos Estados Unidos



e à Europa sem ter dado nenhuma comunicação ao Poder Legislativo e nem sequer a Brasília.

Por isso, permito-me, para ser sintético, ler o projeto de resolução que encaminharei à Mesa:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº

**Dispõe sobre a autorização prévia do Senado Federal a viagens do Governador do Distrito Federal ao exterior, bem como da indicação de seu substituto eventual.**

Senador Maurício Correa

O Senado Federal resolve:

Art. 1º As viagens do Governador do Distrito Federal a países estrangeiros serão previamente aprovadas pelo Senado Federal.

§ 1º Na exposição de motivos que instruirá o pedido de licença estarão especificados: roteiro, razões e objetivos da viagem, relação dos integrantes da comitiva oficial, data aproximada do regresso, e estimativa pormenorizada do dispêndio dos cofres públicos com a viagem.

§ 2º No prazo de quinze dias de seu regresso, o Governador prestará contas de suas despesas ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, que, no prazo de trinta dias, a julgará e informará de seu parecer à Comissão do Distrito Federal.

§ 3º A indicação do substituto temporário do Governador do Distrito Federal obedecerá ao disposto nos arts. 81, VI, e 42, III, da Constituição Federal.

#### Justificação

O incansável Governador José Aparecido, segundo se noticiou, está em preparativos para de novo se ausentar do Distrito Federal, território cuja administração lhe foi confiada pelo Presidente da República. Desta vez, trata-se de mais uma viagem ao exterior, e o destino é Moscou.

As viagens do Governador, de tão frequentes, tornaram-se rotina. Poucos são os que se esparzam com notícias e radiofotos do Senhor Aparecido nos salões elegantes de Paris, Roma, Nova Iorque ou Lisboa, quando os menos avisados o imaginavam debruçado sobre os problemas do Distrito Federal em seu gabinete do Palácio do Buriti ou em sua mansão de Águas Claras.

O Governador não tem dia nem hora para esparecer, longe de Brasília; pouco lhe importa que a cidade esteja angustiada com seus graves problemas sociais, que neste momento se refletem em movimentos grevistas que envolvem cerca de 50 mil servidores das administrações direta e indireta do Distrito Federal. O Senhor Aparecido entrega o Governo ao seu Chefe de Gabinete e, simplesmente, parte. Aparentemente, a ninguém dá satisfações. Pelo menos não as dá ao Senado Federal.

Ora, a Constituição vigente atribui ao Senado Federal a competência privativa de aprovar a indicação do Governador do Distrito Federal, de iniciativa do Presidente da República. Segundo ainda o art. 42, combinado com o § 1º do art. 17, ao Senado cabe legislar para o Distrito Federal, inclusive sobre pessoal e administração pública. Não obstante, o Governador não se sente obrigado a sequer informar o Senado de seus périplos.

Nem o Presidente e o Vice-Presidente da República têm esse privilégio, pois o Congresso Nacio-

nal tem de autorizar, previamente, suas ausências do País. A regra prevalece nos Estados e Municípios, dos quais seus respectivos chefes do Executivo não se ausentam para o exterior sem licença do Legislativo local.

No Distrito Federal, entretanto, a norma implícita na Constituição não é observada, não obstante os prejuízos para a administração e a significativa sangria nos cofres públicos, já que não raras vezes o Governador faz-se acompanhar por numerosa e alegre comitiva.

Nesse passo, a resolução que ora proponho visa pôr cobro à descortesia do Sr. Governador para com esta augusta Casa, tanto no que respeita aos seus mais comezinhos deveres com a comunidade que governa, como no que concerne à prodigalidade com que desperdiça dinheiros públicos.

**O Sr. Jarbas Passarinho** — Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. MAURÍCIO CORREA** — Com o maior prazer.

**O Sr. Jarbas Passarinho** — Acho que a intenção de V. Exª tem respaldo, inclusive por analogia, naquilo que se passa com os Estados da Federação. Os Governadores de Estado, para se ausentarem do País, precisam de autorização dada pela Assembleia Legislativa do Estado. Como essa matéria não está prevista na Constituição hoje, perguntava a V. Exª se um projeto de resolução do Senado poderia dar esse tipo de dever ao Governador e, conseqüentemente, essa atribuição ao Senado Federal, sem que a Constituição tivesse sido mudada. V. Exª, que é emérito jurista, tiraria a minha dúvida porque, em caso contrário, poderemos aproveitar o próprio preparo da Constituição atual para fazer a inclusão daquilo que V. Exª, com muita propriedade, sugere se faça.

**O SR. MAURÍCIO CORREA** — No exame que fiz não vejo inconstitucionalidade alguma, caso o Senado venha a aprovar, como espero, esse projeto de resolução. Não há artigo específico que determine essa competência ao Senado.

A questão é omissa. Entretanto, por ser omissa, acho que o Senado poderá complementá-la determinando que as suas viagens só se façam mediante prévia autorização do Senado.

Tinha intenção inclusive de submeter à Mesa uma questão de ordem, mas me pareceu mais prudente que a matéria fosse encaminhada à Comissão do Distrito Federal porque, inclusive lá, este assunto será mais exaustivamente abordado.

**O Sr. Jarbas Passarinho** — Com certeza irá também à Comissão de Constituição que, embora não constituída, terá Relator.

**O SR. MAURÍCIO CORREA** — Sem dúvida alguma, se o Senado entender que devolvi à Comissão de Constituição e Justiça o parecer oral aqui, assim estará completado o meu desejo.

Se o Presidente da República precisa de autorização legislativa para ausentar-se do País, por que não, recorrendo-se ao princípio da analogia, exigir-se o mesmo do Governador do Distrito Federal? Se o Governador estabelecer a regra expressa nos termos desta Resolução, que tem respaldo no art. 235, alínea c do Regimento Interno.

Em nome do povo do Distrito Federal, rogo aos Ex.ªs Srs. Senadores que aprovelem este projeto, que sobre submeter ao crivo desta Casa as frequentes viagens do Governador, visa também a preservar a prerrogativa do Senado de aprovar o seu substituto, que em tese poderá ser, se mantido da forma costumeira de escolher discricionária, à revelia do Senado, um burocrata sem compromisso com Brasília.

Sr. Presidente, a propósito da apresentação deste projeto de resolução, gostaria de mais uma vez indagar a V. Exª se, na condição de Presidente do Senado da República, já obteve algumas informações a respeito do Relatório que aqui fez sobre os espacamentos e demais degradações praticadas contra nós em frente ao Banco do Brasil, no dia em que as tropas do Governador lá compareceram e, sem nenhum respeito à Assembleia, maltratou a todos. Porque, segundo o que estou informado, foi constituída uma Comissão composta do honrado 1º-Vice-Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, nobre Senador Mauro Benevides, do ilustre Senador Fernando Henrique Cardoso, Líder aqui nesta Casa, e do Deputado Luiz Henrique, Líder na Câmara dos Deputados.

O que ocorreu comigo, com o Senador Pompeu de Souza e com o Deputado Augusto Carvalho foi realmente algo deprimente. E preciso saber, inclusive para afirmar minha condição de Senador da República, até onde está sendo respeitada essa imunidade que se diz ter, estar estampada no Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte, a respeito de que gozamos de imunidade sobre o que falamos e sobre opiniões.

Até agora, não vi absolutamente nenhuma manifestação, e isto me choca. Trouxe ao conhecimento de V. Exª num relatório rápido, o que passamos lá. Fomos desrespeitados mesmo. Os oficiais que lá estavam praticaram excessos e, até agora, não vi nenhuma providência, não tomei conhecimento de que V. Exª, como Presidente desta Casa, tenha tido informações seguras a respeito, do que houve conosco. Parece-me que está havendo um esquecimento, a exemplo do que aconteceu no dia 27 de novembro, quando esses oficiais praticaram esses excessos e continuam no comando da Polícia do Distrito Federal, foram essas mesmas autoridades que estavam lá e que praticaram esses excessos contra nós.

Já prestei a V. Exª os devidos esclarecimentos. Vim para esta Casa na presunção de defender um mandato popular e estou sendo, inclusive, ridicularizado por oficiais e até subalternos da Polícia Militar do Distrito Federal.

É uma questão de saber se gozamos as imunidades parlamentares, ou se elas não existem, ou, se existem, que punições deverão ser aplicadas a esses oficiais que nos destratarem naquele dia.

**O Sr. Mauro Benevides** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. MAURÍCIO CORREA** — Concedo o aparte, com muita honra, ao nobre Senador Mauro Benevides.

**O Sr. Mauro Benevides** — Nobre Senador Maurício Corrêa, antes que o nosso eminente Presidente, Senador Humberto Lucena, da cadeira presidencial, ofereça a V. Exª as informações que a ele estão sendo solicitadas, eu me permito, para

que conste também dos Anais do Senado, que, na condição de 1º-Vice-Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, e por recomendação expressa do Presidente Ulysses Guimarães, na companhia do eminente Senador Fernando Henrique Cardoso e do Deputado Luiz Henrique, além do contato que mantivemos com o Governador José Aparecido, de quem reclamamos uma ação pronta e imediata para a apuração das responsabilidades e a punição dos culpados, a mesma Comissão, já à noite, integrada também, em razão das repercussões do fato e as implicações no próprio instituto da imunidade parlamentar, pelo nobre Deputado Ulysses Guimarães, comandando a própria Comissão que S. Ex<sup>a</sup> mesmo designara, foi ao Gabinete do Ministro da Justiça, Dr. Paulo Brossard, e fez ver a S. Ex<sup>a</sup> que a Assembléia Nacional Constituinte esperava que, do titular daquela importante Pasta ministerial partissem, também, medidas efetivas e concretas que resguardassem a inviolabilidade do mandato, atingido, naquele momento, nas pessoas de V. Ex<sup>a</sup>, Líder do PDT nesta Casa, dos Deputados Augusto Carvalho, Percival Muniz e João Hermann. Recordei muito bem que foram esses os nomes claramente, explicitamente indicados, pelo Presidente Ulysses Guimarães como os mais atingidos naquele constrangimento ocorrido diante da agência do Banco do Brasil. Evidentemente que tendo o Presidente Ulysses Guimarães avocando para si o acompanhamento *pari passu* das medidas que deviam ser levadas a cabo, quer pelo Governador do Distrito Federal, quer pelo Ministro da Justiça, ficamos nós no aguardo de que fosse cientificado a própria Assembléia das medidas que, porventura, tenham sido postas em prática por aquelas autoridades. Evidentemente que, no momento em que V. Ex<sup>a</sup> traz o assunto a debate no plenário do Senado Federal, interpellando elegante, mas incisivamente a própria Mesa, na pessoa do nosso ilustre Presidente, Senador Humberto Lucena, nós esperamos que esses fatos sejam elucidados e aqueles que transgrediram a norma pertinente à imunidade parlamentar recebam, das autoridades a que se achavam vinculados, a punição de que são passíveis; porque, afrontando V. Ex<sup>a</sup>, Senador da República e os outros três Deputados, essa afronta atinge o próprio Poder que, neste momento histórico, se reúne em Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. MAURÍCIO CORREA** — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Pompeu de Souza** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MAURÍCIO CORREA** — Com o maior prazer, ilustre Senador Pompeu de Souza.

**O Sr. Pompeu de Souza** — Estava ouvindo atentamente o discurso de V. Ex<sup>a</sup> e ouvi agora, com igual atenção, o aparte do nosso nobre colega Mauro Benevides, e não estava considerando necessária a minha intervenção, de vez que V. Ex<sup>a</sup> já se referiu aos acontecimentos de maneira absolutamente fiel e com inteira propriedade. Sinto-me, entretanto, na obrigação de fazer pequeno reparo à memória do meu querido amigo e colega Mauro Benevides, que me excluiu da agressão. Excluiu-me lentamente da agressão e excluiu-me também de outro episódio porque, na verdade, da agressão fomos vítimas V. Ex<sup>a</sup>, eu e o Deputado

Augusto Carvalho. Os outros foram desdobramentos. Os Deputados que, posteriormente, se viram envolvidos e foram em função da agressão que nós três sofremos, porque nós três procuramos defender a incolumidade física dos grevistas, dos bancários, que estavam numa assembléia pacífica, inteiramente pacífica, sem nenhuma provocação, nem sequer piquetes estavam fazendo, e nós nos demos os braços, nós três, eu, V. Ex<sup>a</sup> e o Deputado Augusto Carvalho, tomando a frente do grupo que estava sendo atacado pelo batalhão de choque da Polícia Militar do Distrito Federal, na expectativa de que nos respeitassem e assim defendêsemos os agredidos. E eu que lá fora para evitar essa confrontação, porque recebi um apelo neste sentido, acabei confrontando como V. Ex<sup>a</sup> é como o Deputado Augusto de Carvalho, porque sofremos as agressões e desrespeito que todas as demais pessoas presentes sofreram. Ainda tivemos a sorte eu e V. Ex<sup>a</sup> de não cair, porque se tivéssemos caído teríamos sido pisoteados também, e talvez agredidos pelos cães policiais que vinham logo em seguida, e aqueles brutamontes que nos empurraram com seus escudos e bateram nas nossas pernas com cassetete. E fiz sobre este assunto, aliás, um pronunciamento nesta Casa. É verdade que numa sessão noturna, já no fim da sessão, havia, talvez, uns 7 ou 8 Senadores, e comentei o episódio e, mais uma vez, sou levado a fazer um recurso à memória do meu querido amigo Mauro Benevides; quando o Presidente Ulysses Guimarães nos levou o seu protesto, a sua denúncia e o seu pedido de providências ao Ministro Paulo Brossard, por ser a via própria do Poder Executivo federal, com referência ao desacato que nós, Constituintes, tínhamos sofridos, levou-me também em sua companhia. Aliás S. Ex<sup>a</sup>, quando eu cheguei dos acontecimentos, falou-me: "Pompeu, eu preciso de você. Você precisa me acompanhar na audiência com o Ministro Brossard," que àquela altura, ainda estava viajando do Rio para cá. Então, fomos, eu também, em companhia do Presidente Ulysses Guimarães, do Vice-Presidente Mauro Benevides, e do Líder Fernando Henrique Cardoso para aquela audiência, quando tive a oportunidade de relatar minuciosamente os acontecimentos ao Sr. Ministro Paulo Brossard. Foi nesta ocasião, justamente coincidindo com os horários dos jornais de televisão, nós assistimos àquele ridículo pronunciamento do Secretário de Segurança, quando ele disse que tinha sido uma linda operação, uma bela operação — ele usou um adjetivo de julgamento de natureza estética, o que achei muito estranho. Eu, aqui do Senado, como numa estação de televisão, tive oportunidade de dizer — e agora repito — que quem acha linda uma operação daquele teor, afinal de contas é uma operação pequenina, certamente acharia lindíssima uma operação Buchenwald ou Auschwitz. Era o que tinha a dizer a V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Mauro Benevides** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MAURÍCIO CORREA** — Com prazer!

**O Sr. Mauro Benevides** — Realmente, foi uma omissão, no relato que fiz, omissão cometida involuntariamente em relação ao Senador Pompeu de Souza.

**O Sr. Pompeu de Souza** — Eu não queria ficar omitido para que não se supusesse que eu estava me escondendo atrás do acontecimento, pelo contrário, estou muito à frente do acontecimento, estou protestando com a veemência com que sempre protestei em todas as situações.

**O Sr. Mauro Benevides** — Realmente, nobre Líder Maurício Corrêa, quando cheguei ao Ministério da Justiça, lá se encontrava o nosso eminente colega Senador Pompeu de Souza que, tendo vivido mais proximamente aqueles lastimáveis e degradantes episódios, pôde oferecer ao Ministro Paulo Brossard esclarecimentos adicionais àquele relato que, incisivo, mais rápido que fizemos em torno dos acontecimentos, já que S. Ex<sup>a</sup> esteve presente a todos os lances, na chegada ao Banco do Brasil e, posteriormente, com a nossa presença, dos Líderes Deputado Luiz Henrique e Senador Fernando Henrique Cardoso, e da minha própria na condição de representantes do Presidente Ulysses Guimarães. A atuação do Senador Pompeu de Souza, diante do Ministro da Justiça, diante do próprio Governador do Distrito Federal e, sobretudo, naquele momento em contacto com as lideranças sindicais no Banco do Brasil, foi realmente uma presença marcante que evidencia a sua preocupação em resguardar naquele momento a tranqüilidade pública e, acima disso, a própria dignidade de representação popular que V. Ex<sup>a</sup> e os outros Deputados admiravelmente encarnavam.

**O SR. MAURÍCIO CORREA** — Para finalizar, Sr. Presidente, agradeço os apertes que foram dados pelos Senadores Mauro Benevides e Pompeu de Souza, porque realmente os embargo apresentados à mesa pelo Senador Pompeu de Souza são precedentes e nós os acolhemos. E reiterar a V. Ex<sup>a</sup>, em quem eu confio pela sua postura retilínea e firme, que fiscalize as informações que estão sendo devidas a nós. Confio em V. Ex<sup>a</sup> como Presidente desta Casa, na defesa das nossas imunidades parlamentares, como salientei, foram violentadas de uma maneira perversa.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — A Presidência informa ao nobre Senador Maurício Corrêa, Líder do PDT, e aos demais Srs. Senadores, que está acompanhando, como é do seu dever, o andamento das investigações referentes aos fatos a que se referiu S. Ex<sup>a</sup> que, deploravelmente, atingiram de modo flagrante as imunidades parlamentares de S. Ex<sup>a</sup>, do Senador Pompeu e Srs. Deputados Augusto Carvalho e João Hermann. A Presidência anotou devidamente, numa reportagem alusiva e esses lamentáveis acontecimentos de uma grande revista de circulação nacional, uma série de fotografias onde se evidencia a nítida responsabilidade de um oficial superior da Polícia Militar do Distrito Federal, ao agredir violentamente o Deputado João Hermann, com quem já me entendi pessoalmente sobre o assunto.

Posso assegurar a V. Ex<sup>a</sup>, atendendo a sua oportuna presença na tribuna, que reiterarei, através do Sr. Ministro da Justiça, Sr. Paulo Brossard, a solicitação urgente de informações ao Sr. Governador do Distrito Federal acerca do andamento



do inquérito a respeito desses fatos e, tão logo tenha ciência delas, as transmitirei ao Plenário, na expectativa de que o Governo Federal, de quem o Governador do Distrito Federal é dependente, por força de sua nomeação demissível *ad nutum*, tomará as providências adequadas e eficazes em defesa das imunidades parlamentares dos Srs. Constituintes e dos Srs. Congressistas.

Nesse particular, entrei em contato também com o Presidente Ulysses Guimarães, Presidente não só da Câmara dos Deputados mas da Assembleia Nacional Constituinte, que, ao tomar ciência dos fatos, mesmo antes de mim, designou a Comissão a que aludiu V. Ex<sup>a</sup>, presidida pelo Senador Mauro Benevides para os primeiros contatos em torno do assunto.

Fiquei certo V. Ex<sup>a</sup>, ao agradecer as suas palavras a respeito do procedimento desta presidência, que estarei vigilante, como sempre, na defesa das imunidades parlamentares.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Fogaça, que falará como Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** (PMDB — RS. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Tivemos aqui, na tarde de hoje, uma manifestação do nobre Senador Jarbas Passarinho, falando na qualidade de Líder do seu Partido e na qualidade de homem de oposição, nesta Casa.

Não podemos deixar de dizer, em primeiro lugar, que o pronunciamento de S. Ex<sup>a</sup> foi eminentemente baseado numa seriedade de intenções e objetivos. S. Ex<sup>a</sup> toca em algumas questões sensíveis mas críticas do momento econômico e do momento político que estamos vivendo. É forçoso reconhecer que foram palavras judiciosas, competentes e, acima de tudo, construtivas e bem intencionadas. Mas também não podemos deixar de fazer algumas observações a respeito do que foi dito pelo eminente Líder do PDS.

V. Ex<sup>a</sup> aqui fez uma observação a respeito da moratória ou da declaração da suspensão do pagamento dos juros da dívida externa por parte do Governo brasileiro, tentando associar ou tentando traçar uma semelhança com o que ocorreu em 1982 e 1983, quando também o nosso Governo deixou de pagar os juros. Creio que é preciso traçar claramente uma diferença. É verdade que as reservas cambiais com que contamos hoje não são as mesmas com que contávamos há um ano, mas assim mesmo é uma situação incomensuravelmente diferente daquela que vivemos nos idos de 82 e 83. No momento da declaração da suspensão do pagamento dos juros, o Governo brasileiro contava com reservas da ordem de 3,8 bilhões de dólares. Reservas líquidas, segundo a afirmação peremptória do Sr. Ministro da Fazenda. Ora, quando se fez a moratória, há alguns anos, logo a seguir aplicou-se neste País uma política brutal de recessão econômica, acompanhada de uma política, também a ela associada, de arrocho e de contenção dos salários.

A situação que vivemos hoje é radicalmente, notoriamente diversa. O atual Governo fez a declaração de moratória com um lastro mínimo. É preciso dizer que esta declaração logrou inverter a qualidade das negociações.

Nos períodos anteriores, as negociações que fazíamos com os bancos internacionais, com o *pool* dos bancos através dos comitês sediados em Nova Iorque, colocavam-nos em uma situação em que quanto mais se alongasse o processo de negociação, maior prejuízo somaríamos para o Brasil e as negociações muitas vezes, até um tanto quanto artificialmente, se prolongavam porque num comitê que congregava 700, 800 bancos particulares, sempre faltavam 3 ou 4 bancos localizados aqui ou ali, que não fechavam o acordo. Enquanto esses 3 ou 4 bancos não se integrassem ao acordo, esse acordo não era assinado e a renegociação não era montada nem pactuada entre o Brasil e os bancos com os quais estamos endividados. Agora o que temos é uma situação diversa. Ao longo do processo de negociação, o Brasil recusa-se a pagar os juros da dívida ao nível escorchante, abusivo e extorsivo em que esses juros vêm sendo colocados no plano financeiro.

**O Sr. Jarbas Passarinho** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** — Mesmo que essa dívida ou a renegociação leve de 7 a 8 meses, nós não estamos arcando com 1 bilhão de dólares mensais para o fechamento das contas em relação ao processo de endividamento. Portanto, há uma qualidade diversa nessas negociações. O próprio comportamento do Governo na frente interna da economia é diferente.

Logo após a crise de 82/83, em fevereiro de 1983, o então Ministro do Planejamento, Ministro absoluto da Economia, Dr. Antônio Delfim Netto, assinou, juntamente com o Presidente da República, o Decreto-lei nº 2.012, no qual se operava uma redução drástica dos níveis salariais em nosso País. No Brasil de hoje, inversamente, o Governo mantém o gatilho dos salários que recompõe a cada mês os salários em relação ao processo inflacionário. Portanto, o que vemos hoje é uma mudança drástica na qualidade dessas negociações e no comportamento do Governo no tratamento interno da questão econômica.

**O Sr. Jarbas Passarinho** Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** — Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, embora me considere ainda ter recém-entrado no primeiro tópico da ampla e rica abordagem que fez V. Ex<sup>a</sup> da tribuna.

**O Sr. Jarbas Passarinho** — Esperava que V. Ex<sup>a</sup> desenvolvesse o raciocínio para poder apartear-lo, senão seria até indelicado. Mas é que me parece oportuno apartear-lo, porque não fiz comparação. Talvez, um advérbio que tenha usado levou V. Ex<sup>a</sup> a essa impressão, quando disse "antes tínhamos mais reservas e poderíamos ter negociado em melhores condições". Antes, no Governo atual. De maneira que se V. Ex<sup>a</sup> ler as notas taquigráficas do meu discurso, verificará que não fiz comparação com 1982. Por isso, quis interromper V. Ex<sup>a</sup> antes, naturalmente, que gastasse a munição indevidamente.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** — Veja que V. Ex<sup>a</sup>, num determinado momento do seu pronunciamento, disse que em outros tempos o Brasil também declarou a moratória. Se não me engano

— posso agora reparar esse erro, esse engano que tenha cometido —, V. Ex<sup>a</sup> traçou, portanto, um paralelo desta situação de moratória com outra que vivemos há alguns anos.

**O Sr. Jarbas Passarinho** — Fiz uma comparação com o tratamento com o FMI num caso, às claras e, em outro caso, às escondidas.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** Exatamente!

**O Sr. Jarbas Passarinho** — Esta, sim, foi a que fiz. Quanto ao outro ponto, não concordo com V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** — É sobre isso, nobre Senador, que estava tentando ferir o meu pronunciamento.

**O Sr. Jarbas Passarinho** — Não sob a óptica de 1984. Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

**O Sr. João Menezes** — Senador José Fogaça, antes de entrar no cerne do seu discurso, V. Ex<sup>a</sup> pode me conceder um aparte?

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** — Com todo prazer, nobre Senador João Menezes.

**O Sr. João Menezes** — Eminente Senador, a situação econômico-financeira do País, como todos sabem, é muito difícil. Nós chegamos a um ponto de dificuldades que não sabemos mesmo aonde nos levará. Mas V. Ex<sup>a</sup> tem que reconhecer, e eu também como pertencente à Frente Liberal, que todas essas situações estiveram a cargo de um partido majoritário — o Partido do Movimento Democrático Brasileiro. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro é o dono da situação econômico-financeira do País, porque ele está ditando as leis, está baixando os decretos, está tomando as providências e não é um fato desconhecido, porque é público e notório. Tanto é que na última eleição, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro tomou a frente, montou no cavalo e saiu com a vitória em quase todos os Estados deste País. Mas está-se falando que hoje a situação da conversação do Ministro da Fazenda se torna difícil. Eu também acho que está difícil. Mas o que admira é que o Ministro da Fazenda, que é um homem do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, que representa e é defendido aqui por esse Partido, quando S. Ex<sup>a</sup> está numa situação delicadíssima lá no exterior tratando de como ajustar essa dívida externa, desta ou daquela forma que seja melhor para o País, os governadores do PMDB, os homens do PMDB atacam o próprio Ministro Dilson Funaro. Fico na dúvida em saber o que realmente o PMDB quer. Se o PMDB quer realmente defender o Ministro Funaro; se o PMDB quer uma nova fórmula para resolver a sua dívida ou se quer chegar num ponto indefinido, sem horizonte e sem saber o que fazer. Perdoe-me a interrupção, nobre Senador.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** — Nobre Senador João Menezes, a sua intervenção também acaba contribuindo para o posicionamento que pretendo fazer. V. Ex<sup>a</sup>, inclusive, se adianta, se antecipa, numa abordagem da qual não pretendo fugir, à qual também quero me referir, nesse conjunto de observações que tento fazer. Portanto, se V. Ex<sup>a</sup> tiver um pouco de paciência e aguardar que

eu desenvolva minimamente o meu raciocínio, chegarei a essa questão dos governadores, a essa questão da perplexidade nacional, a essa questão da indefinição do nível quase dramático de incertezas que estamos vivendo neste País. Acho, nobre Senador João Menezes, que constatar isso hoje não é privilégio de ninguém. O privilégio de observar e constatar a realidade não pertence exclusivamente a V. Exª, nem tampouco aos partidos de Oposição. Também entendemos que temos o direito de fazer observações em torno dessa realidade, observações de caráter crítico, tentando também reconhecer essas incertezas e essas indefinições e tentando chamar a atenção para a necessidade de que venhamos a definir rumos, venhamos a traçar caminhos, venhamos a tomar um direcionamento claro e inequívoco que venha a tranquilizar a Nação.

**O Sr. João Menezes** — Fico satisfeito de ver V. Exª dar a mão à palmatória.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** — Se V. Exª me permitir desenvolver meu raciocínio tentarei chegar onde V. Exª pede que eu chegue.

Quero dizer, portanto, que realmente há um conjunto de fatores que, hoje, estão pedindo que, de alguma forma ou de outra, setores políticos mais responsáveis deste País apresentem-se à mesa para uma definição, para uma tomada de posição. E nesse sentido não poderia furtar-me de fazer essas observações em torno do pronunciamento do nobre Líder do PDS, Senador Jarbas Passarinho.

Quando V. Exª faz referência à condição do Brasil de 8ª economia do mundo ocidental, não há dúvida nenhuma de que chegamos a esse patamar, mediante um processo de desenvolvimento que teve os seus custos. Os custos estão, hoje, bastante visíveis, no nível de endividamento a que chegou o nosso País. Mas se os custos financeiros foram brutais, temos também que dar a mão à palmatória e reconhecer que os custos humanos não foram menores. Essa estatística aparentemente alvissareira, aparentemente motivo de orgulho para todos os brasileiros, o fato de sermos hoje a 8ª economia do mundo, é uma estatística que esconde, por trás de si, uma realidade recôndita mas perversa, que é o do aprofundamento das desigualdades sociais.

O crescimento da economia se deu neste País, sob a forma de uma modernização conservadora. Modernizamos os nossos processos de produção, crescemos nos nossos patamares industriais, mas o processo de distribuição da riqueza se deu de forma profundamente injusta e anti-social. O processo de concentração neste país tomou proporções como, talvez, em poucos países do mundo se tenha observado.

É, portanto, Sr. Presidente, de chamar a atenção para o fato de que, se crescemos extraordinariamente, criamos também uma estrutura interna de consumo que é perversa, porque é uma estrutura de consumo anti-social, baseada nas formas verticais. Toda vez que há um crescimento da demanda, ela se dá concentrada em patamares bem visíveis, ou seja, naqueles voltados para o consumo de bens duráveis, para o consumo de bens que podem se transformar rapidamente em objetos de especulação. Ou seja, os níveis de estratificação social desta 8ª economia do mundo

são profundamente perversos e anti-sociais de modo que, toda vez que neste País se elevam os patamares de consumo, há uma brutal concentração do mesmo no setor de bens duráveis voltados para os padrões da classe média, como os automóveis, eletrodomésticos que, como vimos, agora, durante o Plano Cruzado, acabaram se transformando em mercadoria de especulação, subvertendo, inclusive, um plano de estabilização econômica, o que demonstra que a estratificação, as estruturas sociais são profundamente injustas e desiguais; há um descompasso tão profundo que esta jactância que temos de sermos a 8ª economia do mundo esconde por trás de si a perversa realidade de um País onde as injustiças e as desigualdades são cada vez maiores.

Realmente, como disse V. Exª, nobre Senador Jarbas Passarinho, o Plano Cruzado teve um conjunto de erros que não nos permitiu chegar a uma seqüência, a um processo, a um encadeamento de situações que dessem continuidade ao Plano. Fomos obrigados a uma ruptura que tem causado a situação que estamos vivendo. Depois de 12 meses de uma estabilização controlada e planejada da economia, uma liberação dos preços e do mercado, como esta que se deu agora, é evidente que tem que gerar esta especulação, este processo especulativo desenfreado e este aumento de preços que estamos registrando.

Foram os Presidentes das Federações de Associações Comerciais, os Presidentes das Confederações de Indústrias, ressalvados alguns mas na sua maioria, foram eles próprios que solicitaram do Governo o fim do plano de estabilização e do controle de congelamento de preços.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães. Fazendo soar a campainha.) — Informo a V. Exª que o seu tempo está esgotado, por isso peço a V. Exª que chegue às suas conclusões.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** — No momento em que os preços são liberados, dá-se uma especulação descontrolada, o que, evidentemente, entra em choque com os níveis de consumo da população e, a partir daí, se dá essa recessão, que não é fruto de uma política de arrocho dos salários mas sim de um aumento desenfreado e descontrolado dos preços, que faz parte, evidentemente, de uma política de mercado, o que a liberação dos preços está levando hoje a níveis insustentáveis. Ora, no momento em que se aumentam os preços dessa forma, os consumidores deixam de comprar, e, evidentemente, as fábricas deixam de vender e de produzir; a partir daí, se diz que há o início de uma recessão econômica. É claro, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que esse é um processo inevitável, no momento em que se rompe com um plano de estabilização econômica que vinha sendo rigorosa e severamente mantido pelo Governo.

Ontem, o jornal **O Estado de S. Paulo** publicou que o mercado de capitais em nosso País é controlado, hoje, por vinte investidores que, maciçamente, mobilizam 600 milhões de cruzados, diariamente, na Bolsa de Valores ou no Mercado de Capitais. A partir daí então se percebe, Sr. Presidente, que o processo brutal de concentração financeira, que o cassino que funcionou e operou neste País, no período anterior ao do atual Governo, permitiu essa concentração brutal de recursos

e de capitais financeiros nas mãos de vinte investidores. Se o Governo tabela os juros, esses vinte capitalistas mobilizam os seus recursos do setor oficial, do setor formal para um setor tido como informal, que é o setor do dólar no paralelo ou então enviam o seu dinheiro sob a forma de dólares para Miami ou para a Suíça e há uma evasão dramática de divisas. Então, o Governo, hoje, lida com essa tragédia. Se tabela os juros, há uma evasão brutal de dinheiro para fora do País, e se não tabela os juros, todo o processo produtivo é imensamente sacrificado. Vejam V. Exª com o que lidamos e com o que temos que tratar nesta complexidade que é hoje a economia nacional.

Na verdade, há muita coisa a dizer a respeito daquelas observações que foram sintética e objetivamente feitas pelo nobre Líder do PDS. Mas o que apenas gostaria de dizer, para encerrar o meu pronunciamento, é que, realmente, o Presidente da República não tem culpa deste estado de incerteza em que vive a Nação. O Presidente da República e o próprio Governo não são os responsáveis pela indefinição que paira no ar. A indefinição que há hoje no País é responsabilidade, nobre Senador João Menezes, dos partidos que dão sustentação ao Governo, e que não encontram internamente uma linha, uma trajetória, um rumo, um traçado definido para o Governo ao qual dão sustentação. E isto não é responsabilidade apenas do PMDB, é responsabilidade também do Partido de V. Exª.

**O Sr. João Menezes** — Senador José Fogaça.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Senador João Menezes, peço a V. Exª que não aparteie, porque o tempo do orador já está esgotado.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** — Temos os nossos erros internos, sim, e reconhecemos as dificuldades oriundas da manifestação dos governadores. Essa questão está sendo discutida e tratada internamente pelo PMDB, mas também não vejo por parte do Partido de V. Exª nenhuma contribuição, nenhum apontar de rumos, nenhuma definição, ao contrário, a mesma atitude de passividade, o mesmo imobilismo, a mesma aparente expectativa.

O Governo, neste momento, espera por uma definição, e a realidade que vivemos agora precisa passar pelo crivo interno dos partidos políticos.

Não se trata, Sr. Presidente, não se trata, Srs. Senadores, de exigirmos, por parte de o Governo, um plano econômico que venha sob a forma de pacote para ser despejado sobre a Nação. Trata-se, isto sim, do Governo saber qual a direção que pode tomar, qual o caminho que pode seguir e se encontrará respaldo nas lideranças que lhe dão sustentação no Congresso Nacional.

Isto tenho dito com reiterada insistência, tenho dito com veemência e o repito nesta Casa: ou nós apresentamos esses rumos ou caminharemos no sentido de uma inexorável perplexidade.

É por isso, nobre Líder Senador Jarbas Passarinho, que acabo de fazer algumas observações, tentando mostrar a V. Exª que, se existem estas realidades críticas, nós não estamos cegos para elas, estamos, isto sim, conscientes da responsabilidade que temos e do papel que devemos assu-

mir. E para isso temos conclamado as lideranças políticas para a realidade que estamos vivendo.

Se um país declara uma moratória, isto não é uma realidade rasa e meridiana, isto é uma situação excepcional. Estamos vendo as greves explodirem em cada momento, em cada lugar, como se vivêssemos uma situação de absoluta normalidade, mas este País está em moratória. A quem cabe, neste momento, mobilizar a Nação? Mobilizar os sentimentos nacionais para entender o processo de crise? É exatamente aos partidos políticos, tanto os do Governo, como os da oposição. Para respondermos, enfim, por aquilo que nos cabe perante a História e perante o povo brasileiro.

Obrigado a V. Exª (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — A Presidência convoca sessão conjunta, a realizar-se dia 22 do corrente, às 18 horas e 30 minutos, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à leitura do Projeto de Resolução nº 1, de 1987-CN, que introduz disposições especiais no Regimento Comum a vigorarem durante o período de funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, de 1987

**Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Bancária — SENAB, nos moldes do SENAI e SENAC com as adaptações pertinentes, criados respectivamente pelo Decreto-lei nº 4.048, de 22-1-42, e Decreto-lei nº 8.621, de 10-1-46.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º À Confederação Nacional das Instituições Financeiras fica atribuído o encargo de organizar, em todo o território nacional, escolas de aprendizagem bancária.

Parágrafo único. As escolas de aprendizagem bancária manterão, igualmente, cursos de aperfeiçoamento para os empregados adultos do setor bancário, não sujeitos à aprendizagem.

Art. 2º A Confederação Nacional das Instituições Financeiras, para o fim de que trata o artigo anterior, criará e organizará o Serviço Nacional de Aprendizagem Bancária — SENAB.

Art. 3º Ao SENAB competirá propiciar a iniciação e o aperfeiçoamento do ensino e práticas utilizadas no setor bancário, inclusive quanto às modernas técnicas de utilização da informática e outras tecnologias adaptáveis ao seu campo de ação, para o que celebrará acordos ou convênios específicos com estabelecimentos de ensino reconhecidos pelo Governo Federal, exigindo, em contra partida ao desembolso financeiro a eles creditados, melhoria do aparelhamento escolar e determinado número de matrículas gratuitas para bancários, economistas e demais funcionários de empresas de crédito e financiamento operando em todo território nacional. Inclui-se também, no seu campo de ação, o preparo técnico

co de pessoal de nível superior e médio destinado ao atendimento creditício aos produtores rurais e ao seu assessoramento especializado, com concessão, quando aconselhável, de bolsas de estudos que possibilitem melhor tal formação. Igualmente possível, com maiores facilidades, será o treinamento de funcionários a serem designados para servir no exterior, em novas agências do território nacional ou em posições de maior destaque nas estruturas administrativas de suas respectivas organizações bancárias ou de crédito e financiamento em geral.

Art. 4º Os bancos, Caixas Econômicas Federais e Estaduais, financeiras e outras entidades de crédito, ficam obrigados ao pagamento mensal de uma contribuição equivalente a um por cento sobre o montante da remuneração paga à totalidade dos seus empregados, podendo fazer doações financeiras à nova entidade, dedutíveis do Imposto de Renda.

Parágrafo único. A arrecadação da contribuição obrigatória de que trata este artigo será feita pelo Instituto Nacional da Previdência Social, sendo o seu produto posto à disposição do SENAB, para aplicação proporcional nas diferentes unidades do País, de acordo com a correspondente arrecadação, deduzida cota mínima necessária às despesas de caráter geral.

Art. 5º Serão também contribuintes do SENAB as empresas de atividade mista e que explorem, acessória ou concorrentemente, qualquer ramo econômico peculiar aos estabelecimentos bancários, e a sua contribuição será calculada apenas sobre o montante da remuneração paga aos empregados que servirem no setor relativo a esse ramo.

Art. 6º Os serviços de caráter educativo, organizados e dirigidos pelo SENAB, ficarão isentos de todo e qualquer imposto federal, estadual e municipal.

Parágrafo único. Os governos estaduais e municipais baixarão os atos necessários à efetivação da medida consubstanciada neste artigo.

Art. 7º A Confederação Nacional das Instituições Financeiras fica investida da necessária delegação de poder público para elaborar e expedir, dentro do prazo de 90 dias, o regulamento do SENAB e as instruções necessárias ao funcionamento dos seus serviços.

Art. 8º O regulamento de que trata o artigo anterior, entre outras disposições, dará organização aos órgãos de direção do SENAB, constituindo um Conselho Nacional e Conselhos Estaduais ou Regionais.

§ 1º Presidirá o Conselho Nacional do SENAB o presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras.

§ 2º Farão parte obrigatoriamente do Conselho Nacional um representante do Ministério da Educação, um representante do Ministro do Trabalho, designados pelos respectivos Ministérios, e dos Conselhos Estaduais ou Regionais farão também parte representantes dos dois Ministérios, igualmente designados.

Art. 9º A contribuição obrigatória de que trata o art. 4º desta Lei começará a ser cobrada a partir do dia primeiro do mês de \_\_\_\_\_ do corrente ano.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## Justificação

Os excelentes resultados obtidos com os programas de aprendizagem industrial e comercial, proporcionados pelo SENAI e SENAC, de há muito estavam a suscitar idêntica iniciativa quanto aos funcionários de bancos, Caixa Econômicas e outras instituições financeiras, necessitados igualmente de treinamento quando menores e, também, mais tarde, já adultos, para poderem acompanhar a evolução das técnicas e procedimentos adotados nos campos específicos de ação de suas empresas.

Com a sua criação, em 1964, foi ao Banco Central atribuída a responsabilidade de disciplinar o mercado de capitais, tanto no que se refere à organização e controle das bolsas de valores, bancos de investimentos, sociedades de crédito imobiliário, corretoras de valores, etc., quanto a um número apreciável de auditores e agentes autônomos. Tem também a seu cargo a execução da dívida pública, por delegação da Fazenda Nacional, compreendendo o lançamento e o controle das letras e obrigações do Tesouro; o registro e o controle dos capitais estrangeiros, remessas para pagamento de royalties e patentes, assistência técnica, juros e dividendos; administração de programas específicos de financiamentos, etc.

Com o decorrer dos anos e o desenvolvimento cada vez mais acentuado do País, já vinham sendo criadas outras instituições financeiras de grande porte: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Banco do Nordeste S/A, Banco da Amazônia S/A, Banco Nacional de Habitação, Banco Nacional de Crédito Cooperativo, companhias financeiras mobiliárias, associações de poupança e empréstimo, etc.

Além da expansão das atividades do Banco do Brasil e a reestruturação da Caixa Econômica Federal, que também teve ampliado o seu campo de ação, verificou-se nos últimos anos um extraordinário fortalecimento da rede bancária particular, a tal ponto que, segundo os estudiosos da matéria, o banco atualmente é um complexo de instituições financeiras integradas, abrangendo, normalmente, além de um banco comercial, um banco de investimentos, uma financeira, uma corretora de valores e uma distribuidora, uma sociedade de crédito imobiliário, uma empresa de "leasing", um ou vários fundos de investimentos, uma empresa de turismo, uma sociedade de processamento de dados e uma companhia de seguros.

Tal complexo de atividades não seria possível, no entanto, sem a ocorrência de transformações, fusões, incorporações ou encampações no setor bancário, que fizeram surgir grandes conglomerados financeiros, capazes de competir inclusive com o Banco do Brasil.

Agem eles, atualmente, não apenas como simples bancos comerciais, mas como verdadeiros orientadores de seus clientes quanto ao lançamento de ações e obrigações no mercado, prospecção de novos mercados aqui e no exterior, contatos e ajuda nos países compradores, prestando-lhe ainda outros assessoramentos importantes.

Por outro lado, tem sido cada vez mais substancial a atuação do governo no atendimento creditício aos produtores rurais, enganando-se também os bancos privados e tal atividade. Estima-se

que em 1986 foram aplicados por estes cerca de 28 bilhões de cruzados no custeio agrícola; 4 bilhões no custeio pecuário; 22 bilhões em investimentos e 11 bilhões na comercialização, num total aproximado de 65 bilhões de cruzados, através de mais de dez mil agências bancárias espalhadas por toda as regiões do País.

Ora, tal gigantismo empresarial bancário bem como a complexidade cada vez maior de sua atuação, não têm sido acompanhados da correspondente vitalidade no setor de recursos humanos. Há que criar-se, portanto, o quanto antes, programas bem estruturados não só de treinamento de menores, para as necessidades futuras, mas também de desenvolvimento profissional dos adultos, reciclando-lhes os conhecimentos e preparando-os para as novas urgências do amanhã.

Nada mais justos, no nosso entendimento, do que arcarem os próprios bancos, Caixas Econômicas e outras instituições de crédito com o custo de tais programas, na forma do art. 4º deste projeto de lei que temos a honra de submeter à elevada consideração dos Senhores Senadores. Por outro lado, a faculdade de doações espontâneas, estabelecida no mesmo artigo, propiciará maior soma de recursos à nova entidade, ensejando ainda a socialização dos lucros.

Sala das Sessões, 6 de abril de 1987. — **Maurício Correa**

#### LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 4.040,  
DE 22 DE JANEIRO DE 1942

**Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI)**

DECRETO-LEI Nº 8.621,  
DE 10 DE JANEIRO DE 1946

**Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências.**

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — O projeto lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 21, de 1987

**Dispõe sobre autorização prévia do Senado Federal a viagens do Governador do Distrito Federal ao exterior, bem como da indicação de seu substituto eventual.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º As viagens do Governador do Distrito Federal a países estrangeiros serão previamente aprovadas pelo Senado Federal.

§ 1º Na exposição de motivos que instruirá o pedido de licença estarão especificados: roteiro, razões e objetivos da viagem, relação dos integrantes da comitiva oficial, data aproximada do regresso, e estimativa pormenorizada do dispêndio dos cofres públicos com a viagem.

§ 2º No prazo de quinze dias de seu regresso, o Governador prestará contas de suas despesas ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, que, no prazo de trinta dias, a julgará e informará de seu parecer à Comissão do Distrito Federal.

§ 3º A indicação do substituto temporário do Governador do Distrito Federal obedecerá ao disposto nos arts. 81, VI, e 42, III, da Constituição Federal.

#### Justificação

O incansável Governador José Aparecido, segundo se noticiou, está em preparativos para de novo se ausentar do Distrito Federal, território cuja administração lhe foi confiada pelo Presidente da República. Desta vez, trata-se de mais uma viagem ao exterior, e o destino é Moscou.

As viagens do Governador, de tão freqüentes, tornaram-se rotina. Pouco são os que se espantam com notícias e radiofotos do Senhor Aparecido nos salões elegantes de Paris, Roma, Nova Iorque ou Lisboa, quando os menos avisados o imaginavam debruçado sobre os problemas do Distrito Federal em seu gabinete do Palácio do Buriti ou em sua mansão de Águas Claras.

O Governador não tem dia nem hora para esparecer, longe de Brasília; pouco lhe importa que a cidade esteja angustiada com seus graves problemas sociais, que neste momento se refletem em movimentos grevistas que envolvem cerca de 50 mil servidores das administrações direta e indireta do Distrito Federal. O Senhor Aparecido entrega o governo ao seu Chefe de Gabinete e, simplesmente, parte. Aparentemente, a ninguém dá satisfações. Pelo menos não as dá ao Senado Federal.

Ora, a Constituição vigente atribui ao Senado Federal a competência privativa de aprovar a indicação do Governador do Distrito Federal, de iniciativa do Presidente da República. Segundo ainda o art. 42, combinado com o § 1º do art. 17, ao Senado cabe legislar para o Distrito Federal, inclusive sobre pessoal e administração pública. Não obstante, o Governador não se sente obrigado a sequer informar ao Senado de seus périplos.

Nem o Presidente e o Vice-Presidente da República têm esse privilégio, pois o Congresso Nacional tem de autorizar, previamente, suas ausências do País. A regra prevalece nos Estados e Municípios, dos quais seus respectivos chefes de Executivo não se ausentam para o exterior sem licença do legislativo local.

No Distrito Federal, entretanto, a norma, implícita na Constituição, não é observada, não obstante os prejuízos para a administração e as significativas sangrias nos cofres públicos, já que, não raras vezes, o Governador faz-se acompanhar por numerosa e alegre comitiva.

Nesse passo, a Resolução que ora proponho visa a por cobro à descortesia do Senhor José Aparecido para com esta augusta Casa, tanto no que respeita aos seus mais comestíveis deveres com a comunidade que governa, como no que concerne à prodigalidade com que desperdiça dinheiros públicos.

Se o Presidente da República precisa de autorização legislativa para ausentar-se do País, por que não, recorrendo-se ao princípio da analogia, exigir-se o mesmo do Governador do Distrito Federal? Se o Governador ignora a norma implícita

no texto constitucional, cumpre ao Senado estabelecer a regra expressa, nos termos desta Resolução, que tem respaldo no art. 235, alínea c, do Regimento Interno.

Em nome do povo do Distrito Federal, rogo-lhes, senhores Senadores, que aprovem este Projeto, que sobre submeter ao crivo desta Casa as freqüentes viagens do Governador, visa, também, a preservar a prerrogativa do Senado de aprovar o seu substituto, que em tese poderá ser, se mantida a forma costumeira de escolha discricionária, à revelia do Senado, um burocrata sem compromissos com Brasília.

Sala das Sessões, 13 de abril de 1987. — **Senador Maurício Correa.**

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — O projeto lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Passa-se à

## ORDEM DO DIA

### Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1986 (nº 7.679/86, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que atribui ao Tribunal de Contas da União, a partir do exercício de 1986, a fiscalização da aplicação pelos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, inclusive por suas entidades da Administração Indireta e Fundações, das transferências de recursos federais, tendo  
**PARECER FAVORÁVEL**, sob nº 1.024, de 1986, da Comissão — **de Finanças.**

A matéria constou da Sessão Extraordinária de 18 de março último, tendo sido a discussão adiada, a requerimento dos Srs. Senadores Mauro Benevides e Carlos Chiarelli, para a presente sessão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

## REQUERIMENTO Nº 37, de 1987

Nos termos do art. 310, alínea c, do Regimento Interno, requeiro adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1986 (nº 7.679/86, na Casa de origem), que "atribui ao Tribunal de Contas da União, a partir do exercício de 1986, a fiscalização da aplicação pelos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, inclusive por suas entidades da Administração Indireta e Fundações, das transferências de recursos federais", a fim de ser feita na sessão de 11 de maio de 1987.

Sala das Sessões, 13 de abril de 1987. — **João Menezes — Fernando Henrique Cardoso.**

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Em votação o requerimento.

**O Sr. João Menezes** — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Menezes, para encaminhar a votação.

**O SR. JOÃO MENEZES** (PFL — PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Esse Projeto nº 105/86 não pode, realmente, ser hoje discutido, porque é um projeto essencialmente centralizador, inconstitucional e até antifeederativo.

Esse projeto constitui uma interferência indevida da União nos Estados e Municípios, que possuem seus organismos próprios, estruturados para essa fiscalização que vem sendo feita a contento.

A fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios é exercida mediante controle externo da Câmara Municipal, com auxílio do Tribunal de Contas ou dos Conselho e Tribunais de Contas dos Municípios, que são órgãos estaduais.

Somente por decisão de 2/3 dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer prévio emitido pela Corte de Contas, depois de análise técnica minuciosa, incluindo verificação através de inspetores das obras e serviços que estão sendo executados.

A fiscalização pelo Tribunal de Contas da União burocratizará o sistema e emperrará a administração municipal. E, além do mais, como é que pode o Tribunal de Contas da União fiscalizar 4 mil municípios neste País? Imagine-se saindo daqui o representante do Tribunal de Contas da União para ir lá no Xingu fiscalizar um município que não tem 50 mil habitantes.

Nessas condições, acho até, Sr. Presidente, que, ao invés desse adiamento, essa matéria deveria ser estudada profundamente no bojo da Constituição, para se definir os parâmetros dentro os quais deverão agir os Tribunais de Contas da União.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jamil Haddad, para encaminhar a votação.

**O SR. JAMIL HADDAD** (PSB — RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Atendendo a uma solicitação de minha parte, os Líderes Carlos Chiarelli e Fernando Henrique Cardoso transferiram a discussão e votação deste projeto por 30 dias, estando ele hoje na Ordem do Dia, de acordo com a aprovação daquele Regimento.

Mas, parece-me Sr. Presidente, muito mais coerente, muito mais lógico, já que não há dúvida alguma de que haverá uma nova Legislação Tributária Nacional, em que haverá um debate também sobre as atribuições dos Tribunais de Contas da União e dos Estados, na Assembleia Nacional Constituinte, que esta matéria seja retirada da Ordem do Dia, para ser discutida na Assembleia Nacional Constituinte, porque senão estaremos votando uma matéria com a legislação tributária atual, dando atribuições aos Tribunais de Contas da União e dos Estados, passando pelo risco de ver aprovadas pela Assembleia Nacional Constituinte matérias contrárias à que decidirmos hoje.

De modo que votarei favoravelmente à matéria, mas acho, Sr. Presidente, que não deveria, inclusive, ficar nesta data. Aceito votar na transferência desta data e, posteriormente, apresentarei um requerimento para que seja retirada da Ordem do Dia, a fim de que seja deliberada pela Assembleia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, a matéria voltará à Ordem do Dia na data fixada.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — **Item 2:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 10, de 1987 (apresentado pela Comissão de Legislação Social, como conclusão de seu Parecer nº 1, de 1987), que autoriza o Governo do Estado do Pará a alienar à empresa Santa Marta Agro-Indústria Ltda. Terras públicas de sua propriedade localizadas no Município de Moju e medindo até 12.000 (doze mil hectares), tendo

PARECERES, sob nºs 2, e 3, de 1987, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela Constitucionalidade e Juridicidade; e

— de **Agricultura**, favorável.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

## REQUERIMENTO Nº 38, de 1987

Nos termos do art. 310, alínea c, do Regimento Interno, requeiro adiamento da discussão do Projeto de Resolução nº 10, de 1987, a fim de ser feita na sessão de 11 de maio próximo.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1987. — **José Fogaça.**

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Em votação o requerimento.

**O SR. JOÃO MENEZES** — Sr. Presidente, peço a palavra, para encaminhar a votação do requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Menezes, para encaminhar a votação.

**O SR. JOÃO MENEZES** (PFL — PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: Este projeto de lei foi devidamente estudado e examinado, e é um dos poucos e raros que têm chegado a este plenário, com pareceres das comissões.

Esse tem parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade e, também, favorável da Comissão da Agricultura. De maneira que está, aqui, tudo explicado, os documentos estão em ordem, no avulso, e não vejo nenhuma razão de ser para o adiamento desse projeto de lei. Sou pela votação imediata.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. NELSON WEDEKIN** — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação do requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, ao nobre Senador Nelson Wedekin.

**O SR. NELSON WEDEKIN** (PMDB — SC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Quero manifestar-me a favor do pretendido adiamento formulado pelo Líder José Fogaça, por uma razão muito simples: à primeira vista, um projeto em que o Estado do Pará fica autorizado a doar 12 mil hectares de terra, terras devolutas, a uma empresa particular, um Estado conhecido pelos conflitos de terra que lá existem, num momento em que as críticas que se fazem ao processo de reforma agrária, em nosso País, e que, a meu ver, são justas, na medida em que ela não se faz com o necessário ritmo e com a necessária rapidez, tudo isso, a meu juízo, impõe um adiamento para que pelo menos nós que estamos aqui chegando neste momento, que pela primeira vez nos defrontamos com esse projeto, tenhamos condições de fazer uma avaliação melhor e mais aprofundada do assunto.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao nobre Senador Chagas Rodrigues.

**O SR. CHAGAS RODRIGUES** (PMDB — PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Gostaria de concordar com o adiamento ou com a votação imediata da proposição. Entretanto, Sr. Presidente, lamento não poder concordar com o meu eminente colega, o ilustre Senador João Menezes.

Acho que esta matéria deve ser adiada pela sua própria natureza. Nós estamos a elaborar uma nova Constituição da República. Aqui fala-se em autorização para alienar uma área de terras devolutas, medindo 12 mil hectares. E se a nova Constituição proibir, Sr. Presidente, propriedades rurais com mais de 3 ou com mais de 4 mil hectares? Por outro lado, Sr. Presidente, a autorização é para alienar em favor de uma grande empresa, cujos diretores e presidente não tenho a honra de conhecer. Acho que já é tempo de chegarem a esta Casa pedidos de autorização para alienar terras rurais a cooperativas de trabalhadores, a sindicatos e a federações de trabalhadores rurais. Por outro lado, percebo, pela leitura do parecer nº 3, que se trata ainda de autorização solicitada pelo eminente Governador Sr. Alacid da Silva Nunes — que agora estaria sendo aprovada a toque de caixa, precisamente às vésperas da promulgação da nossa nova Constituição da República.

Sr. Presidente, por todos esses motivos, acho prudente adiarmos, tanto quanto possível e, no meu modo de ver, até a promulgação da nova Constituição da República, a aprovação de qualquer proposição desta natureza, não só essa, porque nós não sabemos o que será decidido pelo

Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, no que diz respeito à autorização para a alienação de áreas rurais. Por essas razões, entendo que deve ser adiada a apreciação desta matéria pelo nobre Senado da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Em votação o requerimento.

**O SR. JAMIL HADDAD** — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jamil Haddad, para encaminhar a votação.

**O SR. JAMIL HADDAD** (PSB — RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Concordo em gênero, número e grau com a solicitação do nobre Senador José Fogaça para retirar esse projeto da Ordem do Dia.

Sr. Presidente, existe aqui o Parecer nº 3, de 1987, da Comissão de Agricultura, cujo Relator foi o nobre Senador Martins Filho que, em um determinado trecho diz:

"O Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará, IDESP, considerou como de interesse econômico para o Estado o referido projeto, tendo sido decretada, pelo Governo, a reserva da área pretendida, nos termos do Decreto-lei nº 1.912, de 11 de novembro de 1980, publicado no DOE nº 24.626, de 2 de novembro de 1981. Foi procedida vistoria, tendo sido constatada a ocupação da área pela firma e a construção de benfeitorias."

Sr. Presidente, a firma parece que é posseira, tomou posse dessa área e agora está querendo legalizá-la, através dos Srs. Senadores. Quando estamos em luta pelo assentamento de milhares de brasileiros, numa reforma agrária, com a argumentação de que não existem áreas devolutas, há dificuldades, vemos aqui a posse desta área, pela determinada firma, querendo que referendemos aqui a citada posse.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, há necessidade de um estudo mais profundo a respeito do assunto, inclusive verificar, na realidade, que área foi essa que a referida firma ocupou. E como disse muito bem o nobre Senador Nelson Wedekin, trata-se de área do Pará, Estado onde os conflitos de terra, com mortes, têm sido quase diuturnos. Solicito aos nobres Senadores que prestem atenção, para que tenhamos a consciência tranquila, votando esta matéria, favorável ou contrariamente.

Apóio o requerimento do Líder José Fogaça, do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao nobre Senador Maurício Correa.

**O SR. MAURÍCIO CORREA** (PDT — DF. Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Apenas para dizer que me manifesto inteiramente de acordo com o pedido de adiamento

manifestado pelo nobre Senador José Fogaça. Acho que a questão é séria, e não seria, num toque de caixa, que iríamos aqui aprovar a doação ou venda de doze mil hectares de terra no Pará.

Estou de pleno acordo com o requerimento de adiamento.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao nobre Senador José Fogaça.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** (PMDB — RS. Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Pelas palavras já aqui emitidas, exaradas pelo nobre Senador Nelson Wedekin, e pelo nobre Senador Chagas Rodrigues, entendemos que é de bom alvitre, neste momento, o adiamento desta matéria, para que possamos discutir a questão com mais profundidade. No momento em que temos, neste País, um Ministério da Reforma Agrária, no momento em que temos uma crise política que decorre da tentativa do Governo de implantar o plano da Reforma Agrária, seria, no mínimo de bom-tom, recomendável que pelo menos adiássemos a discussão dessa matéria, para uma situação posterior. O PMDB é pelo adiamento.

**O SR. JOÃO MENEZES** — Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador João Menezes.

**O SR. JOÃO MENEZES** (PFL — PA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Parece que escutei que, além do requerimento de adiamento, por 10 dias,...

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Por 30 dias.

**O SR. JOÃO MENEZES** — ...existe outro pedido para tirar o projeto da pauta indefinidamente. Então, eu queria um esclarecimento porque, realmente, esse projeto de lei está aqui com a explicação da Comissão de Legislação Social, assinada pelo Senador José Ignácio Ferreira, Presidente; Hélio Gueiros, Relator; Luiz Cavalcante, Helvídio Nunes, Jutahy Magalhães, Nivaldo Machado, Amaral Furlan e Lenoir Vargas. Já na Comissão de Agricultura, ele se encontra com a aprovação assinada por Benedito Ferreira, Martins Filho, Alvaro Dias e José Urbano.

Quero comunicar a V. Exª que estou de acordo com o pedido de adiamento da votação, não com a retirada.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — V. Exª não está levantando questão de ordem; portanto, a Mesa...

**O SR. JOÃO MENEZES** — É uma maneira de explicar à Casa o que está aqui no processo, para um parecer que nós também estamos votando, sem nenhum esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

A matéria voltará à Ordem do Dia na data fixada.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Item 3:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 27, de 1987, de autoria do Senhor Itamar Franco, solicitando, nos termos regimentais, informações ao Governo do Estado de Minas Gerais, sobre empréstimos externos no montante de US\$ 105.000.000,00 (cento e cinco milhões de dólares americanos) autorizados pelo Senado, através das Resoluções nºs 61/74 e 86/75, com o objetivo de financiar o Projeto Fiat.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Item 4:

Mensagem nº 161, de 1986 (Nº 210/86, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 363.919,81 (trezentos e sessenta e três mil, novecentos e dezenove cruzados e oitenta e um centavos), para os fins que especifica (dependendo de parecer).

Nos termos do art. 6º, da Resolução nº 1, de 1987, designo o nobre Senador João Calmon para emitir parecer sobre a mensagem, oferecendo o respectivo projeto de resolução.

**O SR. JOÃO CALMON** (PMDB — ES. Para proferir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Com a Mensagem nº 161, de 1986, o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a autorização para que a Prefeitura Municipal de Domingos Martins (ES) contrate, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, a uma operação de crédito no valor de Cr\$ 363.919,81.

Segundo a Caixa Econômica Federal, a operação é técnica e financeiramente viável, enquadrando-se nas normas operacionais do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS.

No mérito, o pleito enquadra-se em casos análogos que têm merecido a aprovação da Casa, tendo em vista a alta relevância social do projeto.

Nos termos da Resolução nº 1, de 1987, que estabelece normas de elaboração legislativa do Senado Federal durante período de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, opinamos favoravelmente sob os aspectos econômico-financeiro e legal da matéria.



Assim sendo, concluímos pelo acolhimento da Mensagem, nos termos do seguinte:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO**  
Nº 22, DE 1987

**Autoriza a Prefeitura Municipal de Domingos Martins (ES) a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 363.919,81 (trezentos e sessenta e três mil, novecentos e dezenove cruzados e oitenta e um centavos) junto à Caixa Econômica Federal.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Domingos Martins (ES), nos termos do artigo 2º da Resolução nº 93/76, alterado pela Resolução nº 140, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 363.919,81 (trezentos e sessenta e três mil, novecentos e dezenove cruzados e oitenta e um centavos), junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS. A operação de crédito destina-se ao financiamento de obras de drenagem pluvial, guias e sarjetas, rede adutora e distribuidora de água e aquisição de equipamentos para coleta de lixo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Em discussão o projeto em turno único. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Sobre a mesa, redação final da matéria, elaborada pelo Relator, Senador João Calmon, que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

**Redação final do Projeto de Resolução nº 22, de 1987.**

O Relator apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 22, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Domingos Martins (ES) a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 363.919,81 (trezentos e sessenta e três mil, novecentos e dezenove cruzados e oitenta e um centavos).

Sala das Sessões, 13 de abril de 1987. — Senador João Calmon.

**ANEXO AO PARECER**  
**Redação final do Projeto de Resolução nº 22, de 1987.**

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO Nº 22, DE 1987**  
**Autoriza a Prefeitura Municipal de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 16.459,17 Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — ORTN.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, nos termos do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente a Cz\$ 363.919,81 (trezentos e sessenta e três mil, novecentos e dezenove cruzados e oitenta centavos), correspondente a 16.459,17 Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional ORTN, considerado o valor nominal da ORTN de Cr\$ 22.110,46, vigente em dezembro de 1984, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada ao financiamento de obras de drenagem pluvial, guias e sarjetas, rede adutora e distribuidora de água e aquisição de equipamentos para coleta de lixo, no Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a matéria é dada como definitivamente adotada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — **Item 5:**

Mensagem nº 337, de 1986 (nº 468/86, na origem), relativa à proposta para que seja autorizado o Governo do Estado de Rondônia a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 150.000,00 OTN, para os fins que especifica (dependendo de parecer.)

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

**REQUERIMENTO**  
**Nº 39, de 1987**

Nos termos do art. 310, alínea c, do Regimento Interno, requero adiamento da apreciação da Mensagem nº 337, de 1986, a fim de ser feita na sessão de 11 de maio de 1987.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1987. — João Menezes.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria voltará à Ordem do Dia da data fixada.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — **Item 6:**

Mensagem nº 363, de 1986 (nº 523/86, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 24.997,16 OTN, para os fins que especifica (dependendo de parecer).

Nos termos do art. 6º, da Resolução nº 1/87, designo o nobre Senador Nelson Wedekin, para proferir parecer sobre a mensagem, oferecendo o respectivo projeto de resolução.

**O SR. NELSON WEDEKIN** (PMDB — SC. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Com a Mensagem nº 363, de 1986, o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a autorização para que a Prefeitura Municipal de Paraguaçu Paulista contrate, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, uma operação de crédito no valor de 24.997,16 OTN.

Segundo a Caixa Econômica Federal, a operação é técnica e financeiramente viável, enquadrando-se nas normas operacionais do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS.

No mérito, o pleito enquadra-se em casos análogos que têm merecido a aprovação da Casa, tendo em vista a alta relevância social do projeto.

Nos termos da Resolução nº 1, de 1987, que estabelece normas de elaboração legislativa do Senado Federal durante o período de funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte, opinamos favoravelmente sob os aspectos econômico, financeiro e legal da matéria.

Assim sendo, concluímos pelo acolhimento da mensagem, nos termos do seguinte

**PROJETO DE RESOLUÇÃO**  
Nº 23, DE 1987

**Autoriza a Prefeitura Municipal de Paraguaçu Paulista (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 24.997,16 OTN, junto à Caixa Econômica Federal.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Paraguaçu Paulista (SP), nos termos do art. 2º da Resolução nº 93/76, alterado pela Resolução nº 140/85, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor equivalente, em cruzados, a 24.997,16 OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS. A operação de crédito destina-se à implantação de rede de esgotos sanitários na periferia da cidade.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Passa-se à discussão do projeto em turno único. Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerro a discussão. (Pausa.)



Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Sobre a mesa, redação final da matéria, elaborada pelo Relator Senador Nelson Wedekin, que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte:

**Redação final do Projeto de Resolução nº 23, de 1987.**

O Relator apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 23, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Paraguaçu Paulista (SP), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 24.997,16 OTN.

Sala das Sessões, 13 de abril de 1987. — Senador Nelson Wedekin, Relator.

**ANEXO AO PARECER**

**Redação final do Projeto de Resolução nº 23, de 1987.**

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO Nº , DE 1987**

**Autoriza a Prefeitura Municipal de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 24.997,16 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 24.997,16 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à implantação de rede de esgotos sanitários na periferia da cidade.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Em discussão a redação final. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a matéria é dada como definitivamente aprovada, dispensada a votação. O projeto vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia. Passa-se à votação do Requerimento nº 35/87, lido na Hora do Expediente, subscrito pelas Lideranças do PFL, PMDB, PDS, PL, PSP e PDT e

ainda pelo Senador João Menezes, que propõem a realização de uma sessão especial para comemorar o "Dia Nacional da Mulher", em data a ser fixada.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Voltamos à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Ignacio Ferreira. (Pausa.)

S. Exº não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Affonso Camargo.

**O SR. AFFONSO CAMARGO** — (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Trago, em primeiro lugar, a esta Casa, uma grande preocupação que tenho como ex-Ministro dos Transportes, porque li e ouvi a decisão do Governo de outorgar concessão a uma empresa chamada VALEC, para construir ferrovias no Centro do País, a chamada ferrovia Norte/Sul e uma outra ferrovia Leste/Oeste. E explico aos nobres colegas e ao Sr. Presidente o porquê de minhas preocupações.

Quando assumi o Ministério dos Transportes, encontrei paralisada a Ferrovia do Aço e procurei saber das razões por que ela havia ficado paralisada. E, evidentemente, a conclusão a que se chegou — o que não foi surpresa — é que haviam faltado recursos para a sua sequência normal e o seu término. Visitei a Ferrovia do Aço; acredito que trafeguei por uns 200 quilômetros, numa caminhonete; passei por 58 quilômetros de túneis, um dele, somente um, tinha 8 quilômetros de extensão, e soube posteriormente, através de levantamentos que mandei fazer, que ali estavam enterrados 2 bilhões e 88 milhões de dólares. Todos sabemos fazer aritmética. E se colocarmos numa fração, na parte de cima, o custo, no caso dos 2 milhões de dólares, e, embaixo o divisor, e se o benefício for zero, como ele tem sido até hoje, é evidente que esse custo irá ao infinito. Obras não podem ser iniciadas sem termos absoluta segurança de que elas vão ser terminadas.

Ocorre mais um problema: evidentemente que não sou contra a construção de ferrovias, pelo contrário, todos sabemos que os grandes troncos de transportes, aquelas vias por onde devem trafegar as grandes cargas, devem ser, em primeiro lugar, hidroviárias; em segundo lugar, ferroviárias; e, depois, rodoviárias. E o que me preocupa, com relação a essa ferrovia, basicamente da ferrovia Norte/Sul é que, pelas informações que tenho, ela custará da ordem de 2 bilhões e 500 milhões de dólares. E principalmente porque, numa linha paralela a essa ferrovia nós temos um dos maiores e mais convenientes complexos hidroviários do País, que é o chamado complexo Tocantins-Araguaia, e sei, também, que durante 7 anos — segundo informações que me foram prestadas — uma comissão chamada PRODIASE, onde trabalharão técnicos brasileiros e técnicos da Organização dos Estados Americanos, da OEA, fez um projeto do aproveitamento hidroviário Tocantins-Araguaia, cuja previsão de gastos seria da

ordem de 390 milhões de dólares. Portanto, menos do 20% deste custo da ferrovia, e que com todas as estradas vicinais porque, evidentemente, que um rio ou uma ferrovia não pode chegar nas fazendas, onde se produzem as cargas que têm que ser transportadas, não chegaria a 1 bilhão de dólares com todo o projeto de estradas vicinais que levariam a este complexo hidroviário as cargas para serem transportadas pelas águas. E hoje nós estamos em vias, pelas notícias de jornal, devendo o Presidente da República, no dia 1º de junho — foi o que eu li — dará início a essas obras, que segundo sei, não têm nenhum estudo mais sério de viabilidade econômica.

Trago aqui esta preocupação, porque, além disso, nós temos o Plano Nacional de Viação, uma lei aprovada pelo Congresso Nacional, que prevê as hidroviárias do Tocantins e do Araguaia e não prevê a Ferrovia Norte/Sul. E me pergunto — mandei inclusive a Assessoria Técnica examinar — se o Presidente da República, por um decreto, pode outorgar concessão de uma ferrovia para uma empresa, uma ferrovia que não está prevista no Plano Nacional de Viação, não está prevista numa lei?

Este é o problema que trago à Casa e pretendo abordá-lo novamente, porque acho que seria nossa obrigação. E já conversei com a Liderança do meu partido, com o Senador Fernando Henrique Cardoso. Faço isso hoje ao Senador José Fogaça, faço também às Lideranças dos outros Partidos, no sentido de que a gente procure zelar pelo dinheiro público do País.

Porque eu não gostaria, com o meu silêncio, a minha omissão, que assistíssemos uma obra que se inicia, com empreiteiros, que são os únicos interessados nisso, fazendo os canteiros de obras e aí nós vamos ficar atrás de um dinheiro que, provavelmente, não virá pelo menos no prazo mais conveniente para executar a obra.

Fala-se que essa obra teria participação de empresas particulares. Vi, inclusive, uma declaração do Sr. Ministro dos Transportes, de que seriam as empreiteira e as empresas fornecedoras de equipamentos. Podemos imaginar que se tudo isso não for feito com muito cuidado essa participação de empreiteiras e fornecedores irá se fazer à custa de preços de empreitada, de preço do serviço e de preços dos materiais que serão fornecidos. Então, tudo isto não vai resolver o problema, porque uma ferrovia que pode estar prevista em dois bilhões e meio dólares, poderá sair por três, três e meio, quatro bilhões de dólares.

É uma preocupação que trago à Casa no sentido de que a gente estude, porque somos Congresso Nacional! Porque somos Senado Federal! Que providências poderão tomar para que se evite que uma obra, sem uma viabilidade econômica, segundo sei, absolutamente convincente, possa ser iniciada sem os recursos necessários? E mesmo que hajam recursos é exatamente nesta obra que devemos investi-los, uma vez que temos uma solução hidroviária muito mais barata e uma operação de transporte muito mais conveniente.

**O Sr. Jarbas Passarinho** — permite V. Exº um aparte?

**O SR. AFFONSO CAMARGO** — Com muito prazer.

**O Sr. Jarbas Passarinho** — Acho muito interessante que V. Exª traga o problema exatamente à consideração desta Casa. E como representante que sou do Estado do Pará, eu gostaria de me associar a V. Exª em relação à dúvida quanto a ser judiciosa ou não, e quanto a ser inevitável ou não esta obra. É evidente que me parece que ela é um desejo pessoal do Presidente da República, que gostaria de ter uma grande estrada de terra que viesse desde o Porto de Itaquí, no Maranhão, até o Porto de Tubaão, em Vitória do Espírito Santo. Mas nós, como V. Exª, sabemos também qual é a correlação que há entre as diferentes vias como meio de escoamento de produção e de circulação de riquezas. Houve tempo, neste País, em que a aerovia passou a ser preferida até a ferrovia e até a aquavia; mas são problemas que não convêm, no momento, trazer à baila, porque o que está no instante presente, o que é fundamental, é verificar o seguinte: O Tocantins e o Araguaia aí estão. As eclusas do Rio Tocantins, que foi cortado em Tucuruí na sua navegação, não foram ainda construídas. Creio que, com a boa vontade de V. Exª, os cabeçotes lá foram colocados, o que permitirá, portanto, que se possa pensar nas eclusas para ter um imenso canal do Panamá, nessa região. O escoamento por água, portanto, seria perfeitamente justificado, inclusive dos produtos já semi-industrializados ou industrializados, na área da siderúrgica que irá se desenvolver, inevitavelmente, a partir do pólo Carajás.

Ora, no momento em que uma estrada de ferro se faz entre os rios Araguaia e Tocantins, a cavaleiro deles, para escoar esse produto via cidade goiana de Anápolis e, daí, para o Espírito Santo, a minha impressão é de que se condenará definitivamente o transporte fluvial, que poderia ser o ideal, o mais barato e, conseqüentemente, o mais indicado para o escoamento dessa produção. Como V. Exª acabou de dizer, dois bilhões da nossa dívida externa, e mais alguma coisa, estão jogados num dos projetos que não foram bem sucedidos na minha Velha República. Este é um, como foi depois o Projeto do Acordo Nuclear, do qual eu tive a honra de ser Relator, sendo Presidente da CPI — que, então, assim se chamava — o Senador Itamar Franco. E tivemos a coragem de mostrar que talvez não fosse a única opção, como o Livro Branco do Governo na época dizia ser. Logo, a advertência de V. Exª é da maior propriedade e maior oportunidade, mas creio que ela chega tarde, nobre Senador Affonso Camargo, porque, pelo que conheço, a decisão está tomada e em fase já de implementação. V. Exª mesmo disse que o próprio Presidente assinará isso em curto prazo. Não sei se a palavra judiciosa de V. Exª alertando a Nação encontrará apolo, tanto que nós do Estado do Pará, sobretudo, como do Estado de Goiás mesmo, estamos interessados em que pelo menos se considere a duplicidade dos meios, para não impedir definitivamente o transporte fluvial; que as eclusas do Tocantins sejam construídas e, então, se pode ter até uma competição saudável entre o transporte fluvial e o transporte rodoviário.

**O SR. AFFONSO CAMARGO** — Agradeço a V. Exª sua participação, que foi esclarecedora. Continuando, Sr. Presidente.

Inclusive, procurei saber a seqüência de providências que foram tomadas na construção da

Ferrovia do Aço e vou dar um testemunho ao Plenário do que ocorre com uma obra que é iniciada sem uma programação correta e sem ter a garantia de recursos para ser realizada: no momento em que se contratavam equipamentos chamados de super-estrutura, que são locomotivas e equipamentos elétricos, porque está projetada para ser uma ferrovia movida a eletricidade, na hora em que se estavam contratando os equipamentos lá fora com uma empresa inglesa, simultaneamente estava-se atrasando o cronograma de obras de infra-estrutura. Então, estávamos contratando a superestrutura, fazendo dívidas para o País, estávamos atrasando os serviços de terraplenagem, os serviços de infra-estrutura.

A minha preocupação é realmente esta, e informo ao Senador Jarbas Passarinho que, com relação às eclusas do Tucuruí, quando eu era Ministro, o nosso caríssimo Gabriel Hermes, que era um homem que pensava nas eclusas todos os dias e todas as horas, esteve muitas vezes comigo; e eu lhe dizia que não ia autorizar pequenas verbas para a construção das eclusas apenas para a empreiteira permanecer no canteiro de obras, porque esse é o grande mal, mas que concordaria em conceder verbas para a construção, se fossem realmente aprovadas pela SEPLAN, verbas substanciais para que a obra pudesse começar e terminar dentro de um prazo conveniente. Naquele ano não foi concedida verba para as eclusas, porque a SEPLAN achou que não tinha verbas para começar de uma maneira séria a construção das referidas eclusas.

A informação que tenho também é que este ano foram destinados 500 milhões de cruzados para as eclusas de Tucuruí, o que torna mais grave ainda a minha denúncia. Se vamos investir nas eclusas de Tucuruí, por que não vamos assumir esse projeto que foi estudado durante sete anos, e não vamos optar pela hidroviária, partindo para uma solução ferroviária, quando qualquer engenheiro, qualquer conhecedor de transportes sabe que não há forma de se chegar a um indicador de viabilidade econômica nessa ferrovia? Não sou contra a ferrovia. Entendo que o ideal seria tivéssemos a ferrovia e a hidrovia, mas aí fica-se com uma ferrovia para um país rico. Está sobrando dinheiro? Vamos fazer a ferrovia para que, a partir da mesma, desenvolvamos a região, mas o Brasil não tem condições para isso. Então, é normal que se faça a hidrovia, que custa muito menos, e, no momento em que o País melhorasse suas condições econômicas e financeiras, partíssemos para a ferrovia.

Deixo aqui este meu alerta, porque, como disse no início, não quero que amanhã estejamos novamente frente a uma Ferrovia do Aço, uma obra paralisada, e não digam que um Senador da República que foi Ministro dos Transportes e, portanto, tem o dever de conhecer este problema, não veio aqui fazer um alerta junto à Casa.

Portanto, deixo registradas nos Anais do Senado minhas observações, pretendo voltar a este assunto novamente.

**O Sr. José Fogaça** — Permite V. Exª um aparte, antes de encerrar seu pronunciamento?

**O SR. AFFONSO CAMARGO** — Pois não, nobre Senador.

**O Sr. José Fogaça** — Nobre Senador Affonso Camargo, V. Exª dá, como Senador, a este assunto o mesmo tratamento que lhe dava como Ministro dos Transportes, ou seja, aborda com a maior seriedade e com a maior honestidade assunto que é polêmico, de difícil abordagem, mas que V. Exª, com a coragem que o caracteriza, mostra à Nação as questões complexas que encerra e, ao mesmo tempo, as deformações que também esse projeto pode trazer consigo. Portanto, reconhecemos a enorme importância das informações que V. Exª traz, pela autoridade que tem como ex-Ministro dos Transportes, pela conduta que sempre teve no Ministério, ao tratar a questão das vias de transporte sempre a partir do interesse público, do interesse nacional, procurando mostrar que, muitas vezes, essas decisões podem estar sob a pressão de lobbies e de interesses privados, que, às vezes, contradizem o interesse maior do País e de toda a população. É por isso que saudamos a palavra de V. Exª, saudamos a sua atitude, porque é bastante coerente com a trajetória política que V. Exª teve como Ministro e que agora, como Senador, no mesmo diapasão de honestidade, de seriedade, coloca sempre, acima de tudo, o interesse nacional.

**O SR. AFFONSO CAMARGO** — Muito obrigado.

Termino minha participação. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Menezes.

*O SR. JOÃO MENEZES PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Divaldo Suruagy.

**O SR. DIVALDO SURUAGY** (PFL — AL Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Alagoas não inovou quando implantou, na sua legislação, a aposentadoria proporcional. Na verdade, apenas copiou na íntegra, e até foi mais restritiva, a lei federal que concede esse mesmo direito aos funcionários públicos do Governo Federal.

Foi mais restritiva, por quê? Porque o Governo Federal exige para a aposentadoria proporcional dez anos de serviços públicos, e a nossa Lei estadual exigiu um mínimo de dez anos de serviços prestados ao Estado de Alagoas, vedando o retorno, sob qualquer título, a outra função pública.

E nada mais foi, também, do que uma cópia da lei implantada em relação aos funcionários do Distrito Federal, aprovada por esta Casa, pelo Senado da República.

Estou encaminhando à Mesa, para que constem dos Anais do Senado, os argumentos jurídicos que justificam e corroboram que Alagoas nada mais fez do que copiar a legislação federal e a legislação dos funcionários do Distrito Federal.

Como não foi o Congresso Nacional que legislou no tocante aos funcionários de Brasília, foi apenas o Senado, que funciona, porque o Senado atua no que diz respeito ao Distrito Federal, neste

caso, como uma Assembléia Legislativa, com as prerrogativas que estas possuem em cada Estado da Federação. Alagoas nada mais fez do que implantar, em seu território, através de sua Assembléia, essa legislação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. DIVALDO SURUAGY EM SEU DISCURSO:**

Acolhendo sugestão da Comissão Estadual de Política Salarial, composta pelos Secretários de Estado de Administração, da Fazenda e do Planejamento, além de quatro membros de livre escolha, todos dotados de reconhecido saber jurídico ou de administração pública, encaminhei, em 10 de dezembro de 1985, à Assembléia Legislativa do meu Estado, o respectivo Projeto de Lei Complementar, acompanhado de mensagem, que assim justifica a medida:

"O Projeto de Lei Complementar ora oferecido à apreciação dessa egrégia Assembléia Legislativa vem, precisamente, estabelecer exceção da norma constitucional concernente ao tempo de serviço necessário ao gozo de aposentadoria, permitindo ao servidor obtê-la, desde que conte um mínimo de 10 (dez) anos de serviço público, com proventos proporcionais, cujo cálculo é previsto, observadas as normas e condições estabelecidas na legislação ordinária, no que não se conflitam com a disciplina da lei complementar proposta.

A experiência administrativa tem mostrado que bom número de servidores, por motivos particulares e, não raro, porque atraídos pela iniciativa privada ou porque pouco vocacionados para o serviço público, dele não se demitem pela razão única do tempo já cumprido e natural perspectiva de futura aposentadoria, embora na continuação de uma atividade a que outra preferiam.

A medida em proposição vem atender ao interesse desse bom número de servidores e, ao mesmo tempo, aos do Poder Público, a quem não convirá permaneçam em seus quadros, funcionários descontentes, que melhor contribuiriam para o progresso e bem-estar social, ocupados em atividade privada ou, especialmente, em se tratando de mulher funcionária, cuidando dos afazeres do lar.

Por coerência, e para evitar que os proventos de aposentadoria concedida com fundamento no que se propõe, venham a ser mero acréscimo de vencimentos ou salários resultantes de novo vínculo com o serviço público, o Projeto de Lei, ressalvando o disposto no § 4º do art. 72 da Constituição Estadual, veda o contraimento desse vínculo novo, tanto, com a Administração Centralizada ou Descentralizada, como com Fundação mantida pelo Poder Público."

A matéria foi aprovada pela maioria absoluta dos ementes Srs. Deputados e, pelo relevante interesse público de que se revestiu, foi por mim sancionada e promulgada.

Ademais, a Constituição Estadual fixa, no art. 74, as hipóteses em que o funcionário público

faz jus à aposentadoria, entre elas a chamada aposentadoria voluntária, aos trinta e cinco, aos trinta ou aos vinte e cinco anos de serviço, conforme estabeleçam o inciso III e os parágrafos do dispositivo citado, devendo ser lembrada, ainda, a regra do art. 150, "c", concernente aos ex-combatentes, como igualmente o faz a Constituição Federal.

As condições de tempo e natureza do serviço constitucionalmente estabelecidas permitem, todavia, exceções, a serem adotadas mediante lei complementar da iniciativa exclusiva do Governador do Estado, como bem dispõe o art. 76 da Carta Estadual, originado do que se contém no art. 103 da Constituição da República.

Eis o texto estadual citado:

"Art. 76. Lei complementar, de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, indicará quais as exceções às regras estabelecidas quanto ao tempo e natureza de serviço, para aposentadoria, reforma, transferência para a inatividade e disponibilidade".

Outrossim, é conveniente salientar que há precedentes federais da permissão de aposentadoria voluntária com proventos proporcionais ao tempo de serviço, adotadas através de lei complementar, como quer o citado art. 103 da Constituição da República. É o caso da Lei Complementar nº 29, de 5 de julho de 1976, e da Lei Complementar nº 30, de 27 de junho de 1977, que contemplam, respectivamente, servidores públicos federais e funcionários públicos do Distrito Federal, facultando-lhes, desde que contem um mínimo de 10 (dez) anos de serviço público, requerer aposentadoria com proventos proporcionais ao tempo de serviço, no prazo de 1 (um) ano contado da vigência da Lei, vedando-lhes adquirir outro vínculo com a Administração Federal, com o Governo de Brasília ou fundação instituída pela União, sob pena de cassação da aposentadoria, ressalvado o disposto no § 4º do art. 99 da Constituição da República.

É de se afirmar, categoricamente, que a Lei Complementar Estadual nº 2, de 9 de janeiro de 1986, é irrepreensível. Ela foi elaborada em irretrita obediência ao art. 76 da Constituição do Estado de Alagoas e à semelhança da Lei Complementar Federal nº 29, de 5 de julho de 1976, e da Lei Complementar nº 30, de 27 de junho de 1977.

Destaque-se que a Lei Complementar nº 30 foi votada pelo Senado Federal e não pelo Congresso Nacional. É que o Senado legisla para Brasília a exemplo do que fazem as Assembléias Legislativas em cada Estado da Federação.

Analisemos, portanto, a semelhança entre as citadas Leis Complementares:

1) **Delimitação do Universo:** as federais facultaram a aposentadoria aos funcionários federais e do Governo de Brasília, ocupantes de cargos integrantes de Quadros Suplementares e aos postos em disponibilidade, enquanto a de Alagoas a facultou aos servidores estaduais cujas aposentadorias sejam asseguradas à conta do Tesouro do Estado.

2) **Tempo de Serviço Público:** as federais somente se aplicariam a funcionários que contassem, no mínimo, dez anos de serviço público, já a estadual exigiu o mesmo tempo, embora de

serviço público estadual. Portanto, mais restritiva ainda.

3) **Tipo de Aposentadoria:** voluntária, nas três leis.

4) **Prazo para Requerer:** tanto as federais quanto a estadual estabeleceram o prazo de um ano.

5) **Cálculo de Proventos:** proporcional ao tempo de serviço nas três situações.

6) **Restrição ao Beneficiário:** tanto as federais quanto a estadual vedaram a obtenção de outro vínculo, obviamente, no primeiro caso com órgãos federais e no segundo com órgãos estaduais.

Vê-se que apenas a delimitação do universo é diferente. Obviamente, não seria de se pretender, por absurdo, que o Presidente da República viesse a tornar a iniciativa de Lei Complementar dispondo sobre a aposentadoria de determinada categoria de funcionários públicos do Estado de Alagoas.

Evidencia-se o cuidado do meu Governo em adotar medida fundada na Constituição do Estado e com observância dos princípios estabelecidos por Lei Complementar Federal.

Provado está, portanto, que a Constituição do Estado de Alagoas, ao facultar a adoção do instituto da aposentadoria voluntária proporcional ao tempo de serviço, não inovou.

Também é de bom alvitre frisar que as dezenas de aposentadorias decorrentes da Lei Complementar nº 2/86 proporcionaram ao Erário estadual real economia, pois ele passou a pagar proporcionalmente àqueles que anteriormente recebiam remuneração integral, sem prejuízo para o regular funcionamento do serviço público, em face do excesso de contingente de servidores, o que é comum a todos os Estados da Federação, principalmente àqueles da Região Nordeste, onde o Poder Público exerce o papel de maior empregador, em face da incipiência da iniciativa privada.

Outra medida moralizadora que expressamente foi estabelecida pela citada Lei Complementar concerne à extinção automática dos cargos e empregos que vagassem em decorrência da aposentadoria que disciplinou.

É de se estranhar, entretanto, em ver declarada inconstitucional lei complementar cuja vigência expirou em 9 de janeiro próximo findo, pelo seu caráter transitório, já tendo cumprido no tempo dos objetivos a que se propôs, não mais suscetível de aplicação.

Parece-me inquestionável a constitucionalidade da Lei Complementar nº 2/86. Trata-se de mais uma medida dentre tantas que proporcionei ao funcionalismo público estadual, a quem sempre valorizei pela relevância do papel que desempenha para a eficiência da busca da finalidade do Estado.

**O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) —** Concedo a palavra ao nobre Senador Nabor Júnior.

**O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB — AC.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Acre está sendo ameaçado, hoje, do mais sério e mais doloroso golpe que se poderia engendrar contra seu progresso, contra a melhoria das condições de vida de sua gente: a suspensão do asfaltamento da Rodovia BR-364, antiga aspira-

ção de todos os acreanos que se fez realidade com a Nova República, sonho que se materializa sob a inspiração de Tancredo Neves e às ordens de José Sarney.

A luta pela perenização daquela Rodovia é um fato histórico da maior relevância, porque atualmente suas condições de tráfego oscilam de "pre-cárias" a "impraticáveis"; durante os meses do período chamado "invernoso", quando a chuva torrencial provoca o seu fechamento puro e simples, transformam-se os acreanos em degredados da nacionalidade, isolados na grande *cela solitária* em que se transforma o Estado. Quando o aguaceiro cede lugar ao "verão", deixa como heranças o solo danificado e a poeira que sufoca veículos e passageiros, tornando qualquer viagem um verdadeiro suplício.

Voltam, então, as chuvas — repetindo-se os atoleiros, os acidentes, as derrapagens, os lodaçais intransponíveis, tudo dentro de um calendário inteiramente previsível, pois que se repete a cada ano, ao longo dos tempos.

A Rodovia BR-364, para os acreanos, não é apenas um passeio através das matas; mais que simples rota turística, representa a sua vida de comunicação com os demais brasileiros, a única rota terrestre para receber os produtos de que necessita e exportar a modesta produção artesanal e extativa que faz a base da economia estadual.

O fechamento da BR-364, portanto, significa, a fome, a miséria, a escuridão, a falta de combustível para veículos de rodagem, para as embarcações e até mesmo para os aviões que fazem o heróico e teimoso trabalho de não permitir que a região esperançosa se transforme num novo deserto.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o povo acreano viu no asfaltamento da BR-364 o primeiro passo para resolver ou, pelo menos, encaminhar verdadeiramente as soluções para seus mais sérios problemas.

Tive a oportunidade, como então Governador do Estado, de encaminhar os primeiros passos concretos para o asfaltamento daquela artéria interestadual — e ao esforço conjunto de todos os representantes do PMDB e de seu Governo, deve-se creditar o início das obras sonhadas há décadas, pode-se mesmo dizer que há séculos.

Estou certo de que V. Exs, homens públicos conscientes e devotados à causa maior da nacionalidade, não desconhecem os fatos que ora trago ao conhecimento da Casa — mas nunca é demais lembrar as origens e as consequências dos imensos problemas que afligem o extremo Noroeste da Pátria.

É um quadro trágico, uma realidade que avilta os mais elementares princípios de integração e soberania do Brasil.

Daí, portanto, a revolta e o repúdio que sinto, como acreano e brasileiro, ao ver que outros brasileiros, outros acreanos, dão-se ao trabalho de ir ao exterior para torpedear covardemente as legítimas ambições de prosperidade e bem-estar social de nossa gente.

Agindo à socapa, transformando-se em instrumento útil da cobiça internacional sobre a Amazônia, o Sr. Francisco Mendes foi aos Estados Unidos para pleitear a suspensão dos financiamentos para a pavimentação da BR-364, alegando que a mesma virá ferir interesses de comunidades indígenas das regiões que atravessa.

Como, se na prática está sendo apenas beneficiado um traçado já existente?

Saberá o Sr. Francisco Mendes que o asfalto na BR-364 vai beneficiar justamente os mais pobres e abandonados trabalhadores do Acre, justamente os trabalhadores rurais? Saberão os integrantes daquela categoria a realidade dos atos e dos propósitos de suas falsas lideranças?

Sr. Presidente, Srs. Senadores, perdoem a veemência e o tom das palavras que ora pronuncio nesta Casa. Sabem V. Exs que, cordato por natureza, não posso resistir à repulsa que me provocam atitudes como essa.

É o conluio entre a insensatez político-partidária e a eterna cobiça internacional sobre a Região Amazônica.

Brasileiro algum tem o direito de ser ingênuo, de ignorar que todas as grandes potências olham a nossa Região como uma reserva estratégica, econômica e social — algo a ser disputado mais para frente, quando o esgotamento dos atuais recursos naturais e territoriais estiver consumado.

Não é preciso citar países ou interesses econômicos específicos, pois vão desde as grandes potências do Ocidente até os superpovoados e inviáveis formigueiros humanos do Oriente. Pode alguém, em sã consciência, desconhecer que para todos eles a Amazônia é a grande "regra-três" para seriíssimos problemas?

Mais ainda: as riquezas imensas que se escondem no subsolo da Amazônia não mais podem ser esquecidas. A cada dia, novas e mais importantes jazidas minerais estratégicas são descobertas e exibem imensos potenciais econômico-sociais. No Pará, Carajás é a maior província estimada de produtos ferrosos do Mundo; no Amazonas, sucessivas descobertas do mais fino e abundante petróleo indicam que o Brasil, finalmente, chegou às fronteiras orientais do fabuloso lençol que jaz sob a Cordilheira dos Andes e inunda os subterrâneos da grande floresta; no Acre, terras férteis e ainda inaproveitadas se oferecem a todos quantos queiram trabalhar com honestidade e dedicação.

Não sejamos ingênuos, repito: alguém desconhece que o mapa geológico e territorial do Brasil é feito e refeito, incessantemente, pelos poderosos satélites estrangeiros? alguém é capaz de negar o fato de que tais estrangeiros provavelmente sabem melhor do que nós as potencialidades do nosso solo e do nosso subsolo?

Estamos nos defrontando com uma ameaça concreta e terrível: o conluio, a aliança espúria entre os falsos defensores da ecologia e a cobiça internacional sobre a Amazônia. Uns por cegueira político-ideológica, outros de olhos grandes nas riquezas regionais, ambos interessados em vetar qualquer iniciativa que represente a salvação daquele imenso território.

E o Acre, hoje a parcela mais pobre e isolada da Amazônia, recebe neste momento todo o peso desses interesses, dialeticamente conflitantes, porém tacitamente aliados; o acreano, que lutou para ser brasileiro, vê seu projeto maior ser ameaçado pela união daqueles inimigos de direita, de esquerda e do grande capital internacional.

Vou concluir, Sr. Presidente Srs. senadores, deixando o mais veemente e mais dramático apelo ao Presidente José Sarney, ao Governador Flávio Melo e a todos homens públicos dotados do verdadeiro espírito desenvolvimentista, dos que realmente se preocupam com o progresso do

Brasil e da Amazônia: não permitam que maus brasileiros e interesses espúrios alienígenas venham a prejudicar a integração do Acre à Nação. Não permitam que esse instante mágico, em que o Acre vislumbra a real possibilidade de melhorar suas condições de vida, se transforme em frustração. Não permitam que, em nome de preceitos distorcidos, aquele imenso território permaneça aberto e exposto à cobiça internacional.

Não podemos permitir isso, sob pena de mancharmos, perante a História, perante nossos filhos, perante nossos concidadãos, todo o trabalho e todos os projetos já realizados ou propostos em benefício do Brasil, do Acre e de suas bravas populações pioneiras.

É o alerta que trago à consciência da Casa e da Nação.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco.

*O SR. ITAMAR FRANCO PRONÚNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Maurício Correa.

**O SR. MAURÍCIO CORREA** (PDT — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Tenho a honra de encaminhar à Mesa dois projetos de lei que considero da mais alta importância em face das circunstâncias atuais.

O País acaba de superar uma greve bancária que abalou profundamente a sua vida econômico-financeira durante mais de uma semana. Não importa quais as condições acordadas por ambas as partes para a superação do episódio. Porque a verdade é que ficou maior, e eu diria até que adquiriu dimensões imensas, o abismo que separa a numerosa e sofrida categoria dos bancários da de seus empregadores.

Aliás, criou-se ultimamente entre o povo brasileiro uma espécie de ódio coletivo contra os nossos banqueiros, acusados de se locupletarem com lucros excessivos, oriundos de taxas de juros escorchantes. O modelo econômico adotado pelo Governo antes do Plano Cruzado, e agora, após o seu fracasso, tem ensejado uma corrida desenfreada ao mercado de papéis em detrimento das aplicações em investimentos produtivos. Os bancos obtiveram lucros fabulosos que os seus balanços não podem escamotear ao conhecimento público. Por outro lado, dizia-se então, e é hoje ainda crença geral, que a inflação é provocada pelos altos juros cobrados pelos bancos, enquanto estes afirmam que o governo é que os puxa para cima, valorizando em demasia os títulos que oferece no mercado.

Outro motivo da ojeriza atual do povo contra os banqueiros é a discrepância entre o volume de seus ganhos e os padrões de vencimento de seus colaboradores. Os bancários passaram a ser vistos, e com razão, como vítimas indefesas de um cartel de patrões desnaturados. Seus reajustes salariais são sempre concedidos após negociações demoradas que terminam geralmente em movimentos grevistas de perniciosas conse-

quências para toda a nação. Estou certo de que alguns banqueiros bem que gostariam de ser um pouco mais liberais, ou melhor, mais justos, remunerando condignamente os seus funcionários. No entanto, têm de ficar atrelados à política salarial das organizações mais poderosas do ramo, que são as que ditam as regras do mercado, geralmente insensíveis ao clamor geral por um tratamento mais equânime ao imenso contingente de seus servidores.

Os projetos que apresento hoje a esta Casa possibilitarão que os bancos, Caixas Econômicas e outras instituições de crédito possam de certo modo atenuar um pouco esse débito social que vêm acumulando ao longo dos anos. Por outro lado, poderão tomar menos humilhantes as iniciativas de caráter paternalista adotadas por algumas organizações em benefício de seus funcionários.

Um dos projetos, Senhor Presidente, trata da criação do SENAB — Serviço Nacional de Aprendizagem Bancária, nos moldes do SENAI e SENAC. O outro, cria o SESB — Serviço Social Bancário, com as características do Sesi e Sesc, aproveitando a experiência acumulada por aquelas entidades já existentes e que tantos benefícios têm trazido às massas trabalhadoras do país.

Milhares de bancários enfrentam sérios problemas financeiros na tentativa de melhorar as suas qualificações profissionais. Todos sabemos dos altos custos do ensino, especialmente o de nível universitário. Pelo projeto de criação do SENAB, está prevista a concessão de bolsas de estudos que muito auxiliarão os interessados, de faixa salarial mais reduzida, dentro de critérios que o futuro Regulamento irá fixar. A formação sistemática de aprendizes menores propiciará, por outro lado, o necessário estoque de mão-de-obra adulta, qualificada, para as necessidades do amanhã, passando por estágios que absorverão de imediato um razoável número de adolescentes de ambos os sexos.

Ao SESB — Serviço Social Bancário, estarão reservadas idênticas atividades desenvolvidas pelo Sesi e Sesc, de reconhecido valor para as classes dos industriários e comerciantes de todo o país. Creches, colônias de férias, postos de saúde, clubes de recreação, quadras de esportes, centros de desenvolvimento artístico e cultural, são algumas das modalidades de apoio e incentivo aos bancários e suas famílias, que a nova entidade estará em condições de oferecer. As contribuições previstas, da ordem de 1% e 2% sobre a folha de pagamento, são as mesmas estabelecidas para o SENAI/SENAC e Sesi/Sesc, e representam uma pequena parcela adicional de encargos financeiros dos bancos, Caixas Econômicas e outras entidades de crédito, para com o seu pessoal, eles, que durante mais de 40 anos ficaram inexploravelmente isentos de tal compromisso.

Talvez por isso, Sr. Presidente, o relacionamento entre os bancários e os seus empregadores sempre tenha sido tão acidentado ao longo dos anos. Está na hora de ser pelo menos atenuada a imagem negativa que os banqueiros vêm oferecendo à sociedade brasileira no tocante à sua insensibilidade para com os problemas sociais que afligem o imenso contingente de seus servidores e suas famílias.

Faço, daqui, um apelo para que eles aproveitem esta oportunidade, e extraiam dos projetos em causa as enormes possibilidades que oferecem para uma espécie de vida nova entre ambas as

partes — patrões e empregados — no sentido de caminharem de mãos dadas, fraternalmente, rumo às raiadas perspectivas do Brasil de amanhã.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** (PMDB — BA, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O desenvolvimento integrado e harmônico de qualquer País pressupõe o aproveitamento de todas as suas potencialidades, nesse contexto incluídos, abrangentemente, as matérias-primas, o solo, o povo, o capital, o trabalho, as riquezas do subsolo, o potencial energético, enfim, tudo de que possa redundar melhoria econômica e social.

O simples fato de uma nação democrática ter como norma fundamental a igualdade de direitos não significa que a todos os seus habitantes sejam proporcionadas idênticas oportunidades de trabalho e de melhoria de vida, expressa em uma ascensão social que lhes proporcione o usufruto das conquistas básicas da tecnologia, em harmonia com a liberdade e a dignidade da pessoa humana.

Em nosso País, infelizmente, alguns segmentos populacionais ainda se ressentem de carências, tais como de alimentos, de moradias, de empregos, de educação e de assistência à saúde e social.

Um desses segmentos constitui gritante problema social, a exigir urgentes medidas de correção, sob pena de vermos comprometido o nosso futuro como nação independente: os menores carentes e abandonados.

Um outro segmento, historicamente relegado, mas que luta denodadamente por melhorias sociais, é o que compreende os negros.

Dois outros segmentos apresentam, embora em menor escala, problemas de diversas naturezas, expressos em pequenos, mas significativos preconceitos: as mulheres e os idosos.

Vejam, de modo embora sucinto, os problemas que cada um desses segmentos sociais apresentam, e as propostas de soluções que vêm sendo aventadas, a partir dos textos constitucionais e dos estudos realizados pelos nossos sociólogos e estudiosos.

Comecemos pelo menor. O menor carente — o menor abandonado.

Dois classes de menores são apontadas como problemas sociais: os carentes e abandonados.

Produtos de uma política perversa de distribuição de rendas, em mais de 50% (cinquenta por cento) de lares brasileiros nascem contínua e desordenadamente crianças que logo se tornarão carentes, quando não integram os 96 em cada mil que morrem no primeiro ano de vida.

Desses 904 que sobrevivem em cada 1.000 após o 1º ano de vida, podemos ter certeza de que pelo menos 452 serão carentes sob os diversos aspectos, mormente no que tange à alimentação e nutrição, à saúde, aos bens materiais mínimos que significam a dignidade humana: roupas, calçados, habitação, cama, escola, lazer.

Se a estes 452 falta o mínimo indispensável, aos pais não resta senão a saída de deixá-los viver nas ruas, no limiar da adolescência.

Voltar para casa para quê? Para ver pai e mãe a questionarem permanentemente a inexistência do pão de cada dia, da moradia, do mínimo necessário à alimentação e ao vestuário?

E ficam pelas ruas, onde ingressam na grande legião dos chamados menores abandonados, que, num mecanismo de antidesfesa passam a se organizar em grupos, que praticam, de início, pequenos delitos — furtos, roubos, descuido —, para, em seguida, enveredar na criminalidade chamada "da pesada": assaltos, roubos de carros, tráfico de drogas, prostituição.

É esse, em resumo, o triste quadro que se oferece aos olhos estarecidos dos brasileiros: cerca de 30% dos menores brasileiros ou são carentes ou integram os grupos de delinquentes que, no futuro, irão superlotar as penitenciárias.

A problemática do menor brasileiro reveste-se, assim, de uma complexidade que demanda estudos aprofundados e um esforço dos mais ingentes, sob pena de vermos comprometido nosso futuro de nação livre e progressista.

As causas são inúmeras, as raízes são por demais profundas.

Dentre essas causas, aponte-se a industrialização crescente, e, em decorrência, o chamado êxodo rural.

A brusca transformação de uma economia agrária para uma economia industrial arrastou para os grandes centros a mão-de-obra que, nos campos, só encontravam ocupação em função dos ciclos da agricultura: plantio e colheita.

A nossa crescente urbanização, em contrapartida, trouxe as legiões de desempregados e de subempregados na periferia desses grandes centros, com o agravamento dos problemas urbanos — luz, água, limpeza pública, esgotos, escolas e saúde —, isso sem se falar no de moradia, que assume importância vital.

Desemprego, subemprego, precariedade de vida, tudo isso descamba no drama de uma infância perplexa com a falta de alimentos, de roupas, de uma cama para acostar-se, de um lar, enfim, onde encontre um mínimo de carinho, de compreensão.

Recordemos que, atentando para a gravidade do problema é que a Câmara dos Deputados, em 1975, instituiu, por iniciativa do Deputado Nelson Marchezan, uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Essa CPI, conhecida como do Menor Abandonado, estudou exaustivamente as causas e os efeitos da marginalização social de segmentos da nacionalidade, dos quais as crianças e os jovens são as maiores vítimas.

Orá, a criança e o jovem são criaturas em desenvolvimento físico e mental, que requerem atenção especial, e, em função do desenvolvimento, alimentação adequada, educação, assistência médica e odontológica, sob pena de se tornarem um peso morto, uma carga cada vez mais pesada para a sociedade.

Um dos princípios insertos na Declaração dos Direitos da Criança está assim expresso:

"Para o desenvolvimento completo e harmonioso de sua personalidade, a criança precisa de amor e compreensão. Criar-se-á, sempre que possível, aos cuidados e sob a

responsabilidade dos pais e, em qualquer hipótese, num ambiente de afeto e de segurança moral e material; salvo circunstâncias excepcionais, a criança de tenra idade não será apartada da mãe. À sociedade e às autoridades públicas caberá a obrigação de propiciar cuidados especiais às crianças em família e àquelas que carecem de meios adequados de subsistência. É desejável a prestação de ajuda oficial e de outra natureza em prol da manutenção dos filhos de famílias menores."

Nossa Constituição, por sua vez, insere em seu bojo dispositivos concernentes ao menor, um dos quais reza:

"Art. 176.

§ 3º A legislação do ensino adotará os seguintes princípios e normas:

II — o ensino primário é obrigatório para todos, dos 7 (sete) aos 14 (quatorze) anos, e gratuito nos estabelecimentos oficiais."

Mera retórica? Perguntamos.

O certo é que cerca de 8 milhões de crianças brasileiras continuam sem escolas, sequer foram matriculadas em estabelecimentos de ensino.

Por outro lado, as diversas carências — alimentação, vestuário, habitação e lazer — atingem a cerca de 30 milhões de crianças no País.

E o que se vem fazendo para reparar esse estado calamitoso de coisas?

Famosas fundações de bem-estar? Escolas correccionais? Creches?

Ouve-se falar em tudo isso, mas não para se elogiar. O que se sabe é que nesses organismos proliferam a corrupção, a desídia, a má-fé, o despreparo dos servidores.

E, em decorrência, em vez de substitutos de lares, temos centros de formação de futuros delinquentes, casas de revoltados, outras de corrupção, onde ocorrem tráfico de drogas, prostituição de menores, o aperfeiçoamento nas práticas criminosas.

Não pretendemos apontar apenas esses males. Gostariamos de apontar soluções.

Estas, porém, carecem de um aprofundamento sobre as causas e, simultaneamente, no apontar soluções para os seguintes problemas:

Para o êxodo rural, para a organização familiar, para a efetiva distribuição de rendas, para a necessidade de se proporcionar a todos os brasileiros condições de trabalho, de moradia, de educação e de saúde.

Debelados os males advindos desses desajustes sociais, o resto virá como consequência, inclusive a solução para o menor carente, para o menor abandonado.

### O negro

Historicamente relegado, primeiramente à escravidão e depois a uma condição de trabalho servil, o negro vem encontrando até hoje, inúmeros obstáculos à sua ascensão social, a sua plena integração na sociedade brasileira.

Os últimos recenseamentos apontam os seguintes percentuais de participação dos tipos raciais no Brasil:

	1940	1950	1960	1980
Branca	63,47	61,66	61,03	54,77
Preta	14,64	10,96	8,71	5,89
Amarela	0,59	0,63	0,69	0,63
Parda	21,20	26,54	29,50	38,45
S/ declaração	0,10	0,21	0,07	0,26
	100,00	100,00	100,00	100,00

Observa-se, assim, decréscimos das populações "preta" e "branca", ao mesmo tempo que um aumento substancial da população chamada parda.

O tema é por demais vasto e enseja derivações interpretativas as mais diversificadas, ao mesmo tempo que inúmeras indagações, cujas respostas só uma análise sociológica aprofundada poderia fornecer.

Uma conclusão salta à vista: uma redução do contingente de brancos e do percentual de pretos contém uma indicação, senão precisa, mas pelo menos significativa de que marchamos para um tipo social brasileiro intermédio entre aquelas raças, embora seja de esperar que persistam grupos impermeáveis à miscigenação.

Uma indagação: A crescente queda do número de pretos pode significar a absorção destas pelos mais claros?

Ocorre, porém, que quando se fala em negro, não se fala propriamente em pretos. Ai se incluem, segundo critério às vezes pessoal, pessoas cujos ancestrais podem ter sido brancos em proporção igual ou pouco inferior a pretos.

Outros, em contrapartida, tidos como brancos, não passam de pardos que têm pejo de se declararem como tais.

São observações que refogem às finalidades do presente trabalho, que tem o escopo de mostrar que ao negro está reservado relevante papel em nossa nacionalidade.

Essa contribuição começou a revelar-se significativamente com o sistema econômico implantado na época colonial.

Sem o negro não teríamos produzido o açúcar, o algodão, o café e o ouro que sustentaram nossa economia.

Isso torna-se mais evidente quando atentamos para o quadro demográfico brasileiro que veremos adiante.

Segundo Júlio José Chievenato, in "O Negro no Brasil" (Brasiliense, São Paulo, 1981), de 1502 a 1870 entraram no Brasil 3.532.315 escravos africanos, enquanto que nos Estados Unidos, em igual período, ingressaram apenas 596.000 e no Haiti 864.000.

Observe-se, por constituir dado expressivo, que, enquanto os 596.000 negros norte-americanos transformaram-se em 18,8 milhões em 1950, no Brasil, os 3,5 milhões chegaram a 5,7 milhões, no mesmo ano.

Não dispomos de dados atuais sobre os negros norte-americanos. Mas o último recenseamento

brasileiro mostra que os nossos pretos, na atualidade, não atingem ao total de 8 milhões.

Há um dado também importante, que influiu nesse decréscimo: a Guerra do Paraguai.

Em 1850, existiam no País 2.500.000 negros (escravos), ao mesmo tempo que 2.486.000 brancos, 2.732.000 mulatos e 302.000 índios.

Em 1870, enquanto o contingente de brancos se elevava para 3.787.000 e o de mulatos para 4.245.000, o de negros caiu para 1.510.806.

Argumenta-se, talvez, que a paulatina libertação dos escravos com as leis do Ventre Livre e dos Sexagenários tenham reduzido esse contingente.

O certo, porém, é que quase um milhão de negros foram sacrificados na Guerra do Paraguai, para onde iam na esperança de se tornarem libertos ou forçados pelos seus senhores.

### A Abolição e a mudança institucional

A contribuição negra, com esse sacrifício de quase um milhão de seus representantes, não foi vã. Pelo contrário, foi fator preponderante na luta republicana e, mais ainda, na aceleração do processo abolicionista.

Justificando essa influência, assinala Chievenato:

"A Guerra do Paraguai obrigou o Império a promover grandes reformas, imediatamente ao seu final."

E, após considerações outras, esclarece:

"Os oficiais que lutavam no Paraguai, em uma grande maioria — especialmente tenentes e capitães, entre eles o então Coronel Deodoro da Fonseca —, voltavam com idéias republicanas, absorvidas dos inflamados argentinos e nas conversas com os ativos prisioneiros paraguaios."

E aduz:

"Influenciados ainda pelo positivismo, as idéias republicanas alastraram-se pela oficialidade do Exército, que era uma organização bastante popular, formada na base por negros e marginais e sofrendo o desprezo dos nobres do Império."

E atribui a essa base popular do Exército o surgimento das "questões militares", que descambam na República e aceleram a abolição.

Esse número torna-se mais expressivo se atentarmos para o quadro populacional das duas raças no período compreendido entre 1798 a 1950, nos dois países:



## POPULAÇÃO DE NEGROS E BRANCOS NO BRASIL E ESTADOS UNIDOS

Ano	Negros		Brancos		Total	
	Brasil	EUA	Brasil	EUA	Brasil	EUA
1798	1.582.000 47,9%	1.002.000 18,9%	1.010.000 31,9%	4.306.000 81,1%	3.248.000 100%	5.308.000 100%
1818	1.930.000 50,5%	1.772.000 18,4%	1.043.000 27,3%	7.866.000 81,6%	3.817.000 100%	9.638.000 100%
1850	2.500.000 50,1%	4.442.000 14,1%	2.486.000 49,9%	26.923.000 85,9%	4.986.000 100%	31.365.000 100%
1872	1.510.806 15,2%	6.581.000 13,1%	3.787.289 38,1%	43.403.000 86,9%	9.930.478 100%	49.984.000 100%
1890	2.097.000 14,7%	8.834.000 11,6%	6.303.000 44,0%	66.809.000 88,4%	14.300.000 100%	75.643.000 100%
1940	6.035.000 14,7%	12.866.000 9,8%	26.171.000 63,5%	118.215.000 90,2%	41.197.320 100%	131.081.000 100%
1950	5.692.000 11,0%	18.872.000 10,6%	32.027.661 61,8%	158.832.000 89,4%	51.834.743 100%	177.704.000 100%

NOTA - excluídos índios e mulatos no Brasil e índios e judeus nos EUA.

Em resumo: não é desprezível, como querem alguns historiadores, a participação do negro em nossa História.

Pelo contrário, sua contribuição é das mais valiosas.

E tudo nos leva a crer que essa sua participação tende a ampliar-se, agora que novos valores humanos são despertados com a incorporação de povos africanos ao concerto das nações independentes.

Não podemos, por outro lado, admitir que subsistam, entre nós, quaisquer laivos de preconceitos com base na cor da pele.

Ao grande contingente de negros e pardos no Brasil têm de ser oferecidas idênticas oportunidades de trabalho, idêntica remuneração, e, o que é mais importante, igual participação nas tribunas do Congresso Nacional, mormente agora, no momento em que se mobiliza o povo brasileiro para a ingente tarefa de estabelecer os fundamentos básicos do Estado brasileiro e das liberdades a que seu povo tão justamente aspira.

O negro brasileiro, incontestavelmente, pelo longo processo histórico que o relegou, por ter sentido na carne o acicate secular da discriminação racial, por ter sido colocado sempre em plano inferior na escala social, saberá, agora, mostrar que é magnânimo, que é capaz de participar plenamente da era da liberdade com responsabilidade que surgirá, sem dúvida, com a nova Carta Constitucional que, em breve, colocará o povo brasileiro entre os mais avançados do mundo contemporâneo no campo constitucional.

#### A mulher

A mulher brasileira vem, a partir da Constituição de 1934, conquistando espaços, quer no campo profissional, quer no campo político, quer no direito, em seus múltiplos aspectos — civil, comercial, penal, trabalhista, previdenciário e processual.

São conquistas paulatinas, que vão do voto ao foro privilegiado, da igualdade de emprego e salário à posição na família.

A inserção no texto constitucional do princípio básico "Todos são iguais perante a lei, trabalho, credo religioso e convicções políticas" não basta, na opinião das ideólogas femininas, para que se garanta à mulher uma igualdade plena com relação aos homens.

O Conselho Nacional da Mulher elaborou um documento-base, que vem sendo encaminhado às diversas entidades e movimentos que congregam a mulher.

Referido documento-base já está sendo divulgado nacionalmente, com o objetivo de provocar, orientar e balizar os debates de modo que se chegue ao consenso e à aprovação de um texto final a ser encaminhado aos membros e comissões da nova Assembléia Constituinte.

#### Reivindicações

São as seguintes, em síntese, as reivindicações básicas contidas no documento elaborado pelo conselho nacional dos direitos da mulher:



## Anexo I

## A — População do Brasil

Ano	Branços	Mulatos	Índios	Total Livres	Escravos (Negros)	Total
1570						17.000
1583	25.000 43,9%		18.000 31,6%	43.000 75,5%	14.000 24,5%	57.000 100%
1600	10.000 15,4%		35.000 53,8%	45.000 69,2%	20.000 30,8%	65.000 100%
1660	52.000 29,9%		22.000 10,3%	74.000 40,2%	110.000 59,8%	184.000 100%
1690						300.000
1780						2.500.000
1798	1.010.000 31,9%	406.000 12,5%	250.000 7,7%	1.666.000 52,1%	1.582.000 47,9%	3.248.000 100%
1817	820.000 24,8%	880.000 26,7%	600.000 18,2%	2.300.000 69,7%	1.000.000 30,3%	3.300.000 100%
1818	1.043.000 27,3%	585.500 15,3%	259.400 6,9%	1.887.900 49,5%	1.930.000 50,5%	3.817.900 100%
1850	2.486.000 31,0%	2.732.000 34,0%	302.000 3,8%	5.520.000 68,8%	2.500.000 31,2%	8.020.000 100%
1872	3.787.289 38,1%	4.245.428 42,8%	386.955 3,9%	8.419.672 84,8%	1.510.806 15,2%	9.930.478 100%
1882				10.485.199 89,3%	1.262.801 10,7%	11.748.000 100%
1887				12.192.581 94,4%	723.419 5,6%	12.916.000 100%

(Computa-se apenas o número de índios integrados na "civilização" brasileira.)

	Branços	Mulatos	Amarelos	Negros	Total
1896	6.303.000 44,0%	5.900.000 41,3%		2.697.000 14,7%	14.900.000 100%
1940	26.171.000 63,5%	8.744.000 21,2%	247.320 0,6%	6.035.000 14,7%	41.197.320 100%
1950	32.027.661 61,8%	13.786.000 26,6%	329.082 0,6%	5.692.000 11,0%	51.834.743 100%

Fontes: Em 1818, D. João VI mandou fazer um recenseamento; a partir de 1872 os censos são oficiais. De 1570 a 1850 (com exceção de 1818), são dados oferecidos pelos seguintes autores: Perdigão Malheiro, Contreras Rodrigues, Thomas Ewbank, Adrien Baldi, Philip D. Curtin, Stanley J. Stein, Robert Conrad e Veloso de Oliveira entre outros, além de estimativas constantes em documentos da época.

reza que importem em discriminação ou lesão da cidadania das mulheres.

Abstraindo-se os debates e controvérsias que se travam em torno do conteúdo, amplitude e explicitude que devem informar um texto constitucional, não podemos deixar de reconhecer a pertinência das reivindicações da mulher brasileira, que vem assumindo, cada vez mais, uma posição cada vez mais firme na defesa de seus direitos.

A propósito, cumpre lembrar que a chamada "Década da Mulher", que teve seu início no ano de 1975 com o "Ano Internacional da Mulher", vem sendo fonte inspiradora dessa luta.

Partindo de temas fundamentais inspirados na Igualdade, no Desenvolvimento e na Paz, a Organização das Nações Unidas vem procurando mobilizar a consciência dos povos que integram os seus membros no sentido de que reconheçam à mulher os direitos que lhes vêm sendo negados ou oferecidos com limitações que inviabilizam os esforços em prol de uma autêntica igualdade com os homens.

Encerrada em julho de 1985, a "Década da Mulher" nos legou um documento cuja elaboração, após debates e estudos, fundamentou-se em pesquisas de opinião de pessoas e entidades de 121 países.

São, em síntese, as conclusões do referido documento:

1 — As mulheres, que são responsáveis por 2/3 do trabalho total no mundo, recebem apenas 10% (dez por cento) da remuneração que se atribui a esse fator de produção, ao mesmo tempo que são possuidoras de apenas 1% (um por cento) da propriedade mundial.

Os dados da Organização Mundial do Trabalho não discrepam dos da ONU. Segundo aquela entidade, em 1982, para cada dólar percebido pelos indivíduos do sexo masculino, à mulher eram pagos, apenas 13 centavos de dólar.

2 — O número de trabalhadoras assalariadas, nos últimos dez anos, aumentou em 100 (cem) milhões, não representando, porém, qualquer aumento relativo, embora no Brasil esse aumento tenha se verificado.

3 — As mulheres são responsáveis por cerca da metade da produção mundial de alimentos, embora não participem senão na proporção de 10% (dez por cento) dos resultados de sua comercialização.

4 — Nas áreas urbanas, as mulheres representam 35% (trinta e cinco por cento) da força de trabalho, superando os homens, porém, nos percentuais de desemprego.

5 — Em muitos países as mulheres superam os homens no que tange ao subemprego e aos chamados trabalhos não remunerados. No Brasil 25% (vinte e cinco por cento) das mulheres participam desse setor de trabalho — donas-de-casa, auxiliares dos maridos no comércio, na agricultura, e pequenas indústrias e mesmo serviços.

6 — O êxodo rural, originando, como maior consequência, o crescimento desordenado das cidades, o subemprego e a miséria, ocasionou uma elevação no número de separação de casais, de abandono do lar e dos filhos, que passaram a ser sustentados pela mulher.

7 — A ONU calcula que cerca de 1/3 (um terço) das famílias, atualmente, estão sendo totalmente sustentadas pelas mulheres.

1 — Declaração na Constituição, do princípio de igualdade entre os sexos, devendo constar, explicitamente, que homens e mulheres são iguais perante a lei;

2 — Igualdade no direito civil, especialmente no que diz respeito aos direitos e deveres dos cônjuges, bem como em relação aos filhos;

3 — Ampliação do conceito de família, que não deve mais estar atrelado exclusivamente ao casamento.

4 — Trabalho igual, salário igual.

5 — Garantia do emprego, cargo ou função, sem prejuízo do livre exercício da maternidade e do aleitamento.

6 — Eliminação de tratamento diferenciado que importe em discriminação no mercado de trabalho.

7 — Garantia de ascensão profissional com base no critério de competência e formação específica.

8 — Fim do limite de idade para prestação de concursos públicos.

9 — Garantia de pleno amparo legal à trabalhadora doméstica.

10 — Igualdade de tratamento entre homens e mulheres perante a previdência social.

11 — Reconhecimento da profissão da mulher trabalhadora rural.

12 — Garantia de direitos e benefícios da trabalhadora rural perante a previdência.

13 — Direito de associação sindical à trabalhadora rural.

14 — Creches no local de trabalho e de moradia para trabalhadores com direito essencial do cidadão-criança até 6 anos.

15 — Direitos da reprodução entendidos como garantia à livre opção das mulheres quanto ao exercício da maternidade, sendo atribuída ao Estado a prestação de serviços de assistência integral à saúde, nas diferentes fases da vida da mulher.

16 — Garantia de que a população feminina que demanda os serviços de saúde — públicos ou privados — não seja utilizada para fins de experimentação.

17 — Garantia de que na futura Constituição sejam criados mecanismos de fiscalização e punição para atos de qualquer natu-

8 — As mulheres continuam a superar os homens nas estatísticas de analfabetos.

9 — No que tange ao ordenamento jurídico, à aplicação das leis e elaboração legislativa, uma visível minoria nos tribunais e nas casas legislativas, apesar de superarem os homens em termos populacionais — 59.924.766 mulheres e 59.146.099 homens, no Brasil.

10 — Em 1985, 45% (quarenta e cinco por cento) dos nascimentos passaram a ser atendidos por pessoas qualificadas, sendo que um quarto das mulheres do Terceiro Mundo passou a lançar mão de métodos anticoncepcionais. Com isso, o número médio de filhos por família baixou de seis para quatro.

Quanto à mulher brasileira, de modo particular, devemos ressaltar que significativos avanços vêm conseguindo em diversos setores de atividade e na legislação.

É bem verdade que esses avanços sofrem certas distorções que só o tempo encarregar-se-á de corrigir.

Vejamos o que ocorre, por exemplo, no campo educacional.

Em 1960, somente 32% (trinta e dois por cento) dos que concluíam cursos superiores eram mulheres.

Atualmente, essa proporção de mulheres elevou-se a 60% (sessenta por cento).

Em confronto com outros países (45% nos Estados Unidos, 38,3% na França e 37,6% no Japão, esse número é bem expressivo). São dados que refletem, não há dúvida, uma reversão das mais importantes em nossas tradições até bem pouco vinculadas ao patriarcalismo colonial.

Essa participação perde um pouco, porém, se atentamos para o fato de que os homens predominam nas profissões técnico-científicas enquanto que as mulheres emprestam o seu esforço maior à área educacional (pedagogia, letras, enfermagem). O leque de ocupações femininas é bem menos amplo que o dos homens. Talvez por essa razão é que decorram as disparidades de remuneração atribuídas aos profissionais dos dois sexos, pois a 100 portadores de cursos de pedagogia ou de letras não se pagam o mesmo que a 100 engenheiros, por exemplo.

Trata-se, como se vê, de distorções que o mercado de trabalho impõe, e que necessitam ser corrigidas.

A partir dos Códigos Civil e Comercial, passando pelas normas administrativas e tributárias, à mulher não se pode deixar de reconhecer certos direitos, que a coloquem, em definitivo, no pé de igualdade com os homens, dos quais devem ser parceiras e colaboradoras, jamais servas.

### O idoso

Um dos aspectos positivos do crescimento econômico do País é o seu reflexo na ampliação da expectativa de vida do brasileiro.

Segundo as estatísticas oficiais, a média de vida do brasileiro — omitindo-se, é claro, as diferenças regionais — passou de 57,4 anos, em 1970, para 63,4, no período de 1975 a 1980. A população de 65 anos ou mais alcança, atualmente, um total de 5 milhões de pessoas, com previsão de 10 milhões para o ano de 2000.

Contrariamente a esse aumento da participação na população absoluta, os idosos continuam

a ser marginalizados de maneira crescente na atividade econômica.

Esse progressivo afastamento do mercado de trabalho corresponde, também, a um acréscimo da parcela de inativos, que, segundo informação contida no PNAD-IBGE, em 1983, alcançou a cerca de 70% do total de pessoas de mais de 60 anos.

Desse modo, ao mesmo tempo que a expectativa de vida aumenta, amplia-se o número de pessoas idosas questão postas fora do mercado de trabalho.

Um dos pontos preocupantes desse quadro é que essas pessoas marginalizadas do processo produtivo passam a residir nos grandes centros, onde buscam, nos anos que lhes restam, melhores condições de vida, melhores condições assistenciais e de serviços, com o aumento dos ônus que pesam sobre a Administração Pública.

Ao lado da inexistência de emprego, a deterioração das condições de aposentadoria representa uma situação não menos preocupante que o processo de desajuste e marginalização dos idosos.

De acordo com a pesquisa realizada pelo IBGE, em 1983, cerca de 86% do total dos aposentados por velhice recebem até 1 (um) salário mínimo mensal; este percentual eleva-se para 96% quando se considera a remuneração de até 3 salários mínimos mensais.

Quando se considera o universo dos aposentados por tempo de serviço, constata-se uma ligeira melhoria, desde que 55% percebe até 3 salários mínimos mensais.

Assim, dado que mais de 80% das pessoas aposentadas pelo SINPAS recebem pensões que atingem um máximo de 3 salários mínimos, tem-se a visão quase global em que se encontram os idosos no País.

Com rendimentos maiores, os percentuais vão se estreitando, de modo que não chegam a 4% os que percebem acima de 20 salários mínimos.

Deste modo, a aposentadoria deixou de ser um prêmio — passa a ser mais uma espécie de punição; deixou de ser um instrumento de proteção social, um meio de assegurar aos que dedicaram sua existência ao trabalho, uma velhice tranqüila, liberta de preocupações mínimas, inclusive da subsistência.

Por outro lado, os programas assistenciais destinados aos idosos ressentem-se de eficácia e de uma seriedade que lhes assegure um melhor aproveitamento dos seus poucos rendimentos.

No Ministério da Previdência e Assistência Social identificam-se dois Programas, a nível federal, com esse fim:

a) Programa de Assistência aos Idosos.

Constituído por um conjunto de políticas específicas voltadas ao pensionista e/ou aposentado idoso, cujo objetivo básico é promover o ajustamento dos que se aposentam às novas condições existenciais, buscando, por outro lado, melhorar as condições assistenciais, através das seguintes linhas de ação:

— conscientização da comunidade para o problema;

— melhoria do atendimento direto de natureza preventiva;

— tratamento social às dificuldades e aos problemas advindos da condição de aposentados e idosos;

— estímulo e desenvolvimento de atividades sociais aglutinadoras;

— condições e manutenção de uma infra-estrutura direcionada aos idosos;

— atendimento indireto que objetive proporcionar-lhes facilidades de atendimento hospitalar, inclusive de internamento, quando necessário.

b) Política de natureza generalizada:

Basicamente constituída pelos benefícios estabelecidos na Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que ampara com aposentadoria e assistência médica trabalhadores urbanos e rurais com mais de 70 anos, sua expressão genérica está na renda mensal vitalícia equivalente à metade do maior salário mínimo que atribui a esses trabalhadores.

Com essas medidas, incorporou-se ao sistema de assistência social um segmento populacional até então marginalizado. Mesmo assim, um contingente ponderável de idosos que jamais contribuíram para a previdência continuam excluídos de qualquer benefício previdenciário.

### Restrições legais

Algumas restrições legais são opostas ao ingresso de pessoas com certa idade no mercado de trabalho.

Os próprios concursos públicos limitam essa idade a um máximo de 50 anos, ressalvada, em alguns casos, a condição de servidor público.

Assim, o ingresso em instituições bancárias oficiais, na magistratura e nas polícias, só oferecem oportunidades aos jovens.

Esses limites etários são fortemente contestados quando se constata que uma contribuição valiosa poderá ser oferecida mormente no campo jurídico, por aqueles que labutaram diuturnamente nos juízos e tribunais.

### Matérias em tramitação no Congresso

Diversas proposições tramitam no Congresso com a finalidade de oferecer aos idosos oportunidades de trabalho e melhores condições de existência.

Essas proposições podem ser reunidas em dois grupos:

a) as relacionadas, com a alteração de dispositivos legais existentes.

As alterações concentram-se, na sua maioria, na Lei nº 6.179, de 1974, com vistas a uma maior flexibilidade na obtenção da aposentadoria.

b) proposições relativas à alteração da Lei Orgânica da Previdência Social, mormente no que tange aos cálculos da aposentadoria.

Um outro ponto que sugere controvérsias é o que se refere à acumulação de cargos e de aposentadorias.

Argumentam os que se opõem a essa acumulação o fato de os aposentados que exercem outras atividades estarem a tirar de outros a oportunidade de trabalho.

Esquecem os que assim pensam que o campo de atividades que o aposentado exerce é não só restrito e, por vezes, envolve especializações e longo vivenciamento.

Os que defendem ponto de vista oposto argumentam que o País não se pode dar ao luxo de deixar de aproveitar potencialidades técnicas e jurídicas de comprovada eficácia. Os idosos, assim mesmo após aposentados, podem oferecer,

mormente a Administração Pública, uma contribuição inestimável.

De qualquer modo, o idoso no Brasil merece que se lhe ofereçam melhores condições de vida,

para que a velhice não seja um fantasma a sondar-lhes o fim da existência, cercado de incertezas e de maus presságios.

Podemos concluir, portanto, que ao idoso devem ser oferecidas não só condições de aproveita-

mento de suas potencialidades bem como condições básicas de vida de modo a que não se julgue marginalizado como uma espécie de peso morto, que deve ser extirpado do organismo social.

**QUADROS ESTATÍSTICOS I**  
**COMPOSIÇÃO ETÁRIA DA POPULAÇÃO (1) BRASILEIRA**

GRUPOS ETÁRIOS	1960		1970		1980 (2)	
	Em Número	Partic (%)	Em Número	Partic (%)	Em Número	Partic (%)
0 a 4 anos	11.169.093	15,9	13.811.806	14,8	16.423.700	13,8
5 a 9 anos	10.151.172	14,5	13.459.508	14,4	14.773.741	12,4
10 a 14 anos	8.534.605	12,2	11.859.119	12,7	14.263.322	12,0
15 a 19 anos	7.169.876	10,2	10.253.283	11,0	13.575.971	11,4
20 a 24 anos	6.243.540	8,9	8.285.805	8,9	11.513.220	9,7
25 a 29 anos	5.227.185	7,5	6.504.069	7,0	9.442.217	7,9
30 a 34 anos	4.504.537	6,4	5.664.940	6,1	7.686.290	6,4
35 a 39 anos	3.958.323	5,6	5.089.312	5,5	6.352.819	5,3
40 a 44 anos	3.233.194	4,6	4.535.592	4,9	5.723.881	4,8
45 a 49 anos	2.710.046	3,9	3.546.685	3,8	4.653.393	3,9
50 a 54 anos	2.156.644	3,1	2.940.357	3,2	4.109.260	3,5
55 a 59 anos	1.587.230	2,3	2.288.375	2,5	3.140.834	2,6
60 a 64 anos	1.397.415	2,0	1.791.127	1,9	2.445.585	2,1
65 a 69 anos	783.178	1,1	1.216.510	1,3	2.028.926	1,7
70 anos e mais	1.131.827	1,6	1.708.571	1,8	2.741.506	2,3
Idade Ignorada	112.592	0,2	183.978	0,2	128.041	0,1
<b>TOTAL</b>	<b>70.070.457</b>	<b>100,0</b>	<b>93.139.037</b>	<b>100,0</b>	<b>119.002.706</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 1960, 1970, 1980

Elaboração MPAS/CINTER

(1) Dados de população residente

(2) Informação obtida pela pesquisa do universo

II

**POPULAÇÃO RESIDENTE, POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA E PESSOAS OCUPADAS POR GRUPOS DE IDADE**

**BRASIL**

**1983**

GRUPOS DE IDADE	POPULAÇÃO RESIDENTE. (A)	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (B)	PESSOAS OCUPADAS (1) (C)	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)		
				(B/A)x100	(C/A)x100	(C/B)x100
10 a 14 anos	14.382.418	2.654.089	2.534.875	18,45	17,62	95,51
15 a 19 anos	13.633.958	7.552.089	6.881.601	55,39	50,47	91,12
20 a 24 anos	11.552.126	8.124.112	7.459.419	70,33	64,57	91,82
25 a 29 anos	9.902.155	7.023.014	6.631.692	70,92	66,97	94,43
30 a 39 anos	15.664.693	11.225.560	10.864.619	71,66	69,36	96,78
40 a 49 anos	11.251.689	7.625.172	7.448.960	67,77	66,20	97,69
50 a 59 anos	8.262.824	4.542.307	4.464.066	54,97	54,02	98,28
60 anos ou mais	8.235.163	2.193.414	2.180.318	26,63	26,47	99,40
Idade Ignorada	1.802	943	943	52,33	52,33	100,00
<b>TOTAL</b>	<b>92.886.828</b>	<b>50.940.700</b>	<b>48.466.493</b>	<b>54,84</b>	<b>52,18</b>	<b>95,14</b>

Fonte: IBGE - PNAD, 1983

Elaboração MPAS/CINTER

(1) A informação diz respeito ao número de pessoas ocupadas na semana de referência  
Exclusiva a população rural da Região Norte  
Estão incluídas as pessoas que receberam somente em benefícios

## III

## POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR GRUPOS DE IDADE

## BRASIL

1970 - 80

GRUPOS DE IDADE	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA			
	1970		1980 (1)	
	Em Número	Partic(%)	Em Número	Partic(%)
10 a 14 anos	1.512.873	5,1	2.059.948	4,8
15 a 19 anos	4.388.968	14,8	6.487.220	15,0
20 a 24 anos	4.793.721	16,2	7.392.951	17,1
25 a 29 anos	3.748.116	12,7	6.190.117	14,3
30 a 34 anos	3.317.893	11,2	5.034.158	11,6
35 a 39 anos	2.912.067	9,9	4.090.673	9,5
40 a 44 anos	2.604.697	8,8	3.603.766	8,4
45 a 49 anos	1.982.826	6,7	2.769.077	6,4
50 a 54 anos	1.544.091	5,2	2.232.095	5,2
55 a 59 anos	1.117.675	3,8	1.512.499	3,5
60 a 64 anos	764.538	2,6	951.815	2,2
65 a 69 anos	432.606	1,5	532.306	1,2
70 anos e mais	358.091	1,2	315.555	0,7
Idade Ignorada	79.062	0,3	63.532	0,1
TOTAL	29.557.224	100,0	43.235.712	100,0

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 1960, 1970, 1980

Elaboração MPAS/CINTER

(1) Inclusive as pessoas procurando trabalho

## IV

## PESSOAS APOSENTADAS PELO SINPAS QUE RECEBERAM UMA APOSENTADORIA,

## SEGUNDO O MOTIVO, POR CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL

## BRASIL

1983

CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL (SALÁRIO MÍNIMO)	PESSOAS QUE RECEBERAM UMA APOSENTADORIA													
	TOTAL		POR VELHICE		POR INVALIDEZ DOENÇA		POR INVALID- ACID. TRAB.		POR TEMPO DE SERVIÇO		ESPECIAL		SEM DECLARAÇÃO	
	Em Número	P. %	Em Número	P. %	Em Número	P. %	Em Número	P. %	Em Número	P. %	Em Número	P. %	Em Número	P. %
Até 1 SM	3.406.498	61,3	1.738.984	26,4	1.237.142	68,7	104.729	53,2	285.412	20,2	26.716	24,4	13.515	666
Mais de 1 a 2 SM	871.862	15,7	153.253	7,6	367.449	20,4	57.789	29,4	270.356	19,1	20.923	19,1	2.112	104
Mais de 2 a 3 SM	386.783	7,0	44.926	2,2	96.038	5,3	16.099	8,2	209.939	14,9	18.030	16,4	1.751	86
Mais de 3 a 5 SM	398.465	7,2	33.687	1,7	56.758	3,1	9.301	4,7	271.654	19,2	24.904	22,7	2.161	107
Mais de 5 a 10 SM	330.513	5,9	22.207	1,1	34.966	1,9	7.089	3,6	254.310	18,0	11.941	10,9	-	-
Mais de 10 a 20 SM	98.391	1,8	5.923	0,3	4.614	0,3	1.155	0,6	82.318	5,8	4.324	3,9	54	0,3
Acos de 20 SM	46.905	0,8	5.372	0,3	3.458	0,2	-	-	35.260	2,5	2.117	1,9	698	3,4
Sem Declaração	15.655	0,3	8.520	0,4	1.678	0,1	713	0,3	4.042	0,3	702	0,7	-	-
TOTAL	5.555.072	100,0	2.012.872	100,0	1.902.103	100,0	196.875	100,0	1.413.291	100,0	109.637	100,0	20.294	100,0

Fonte: IBGE, PNAD: Suplemento, Previdência, 1983.

## V

## NÚMERO DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS MANTIDOS PELO SINPAS

(1980 - 84)

ESPECIFICAÇÃO	1980	1981	1982	1983	1984
<b>PREVIDÊNCIA URBANA (Total)</b>	3.406.486	3.708.707	3.968.109	4.387.552	4.571.303
- <u>Aposentados</u>	2.134.416	2.335.703	2.519.388	2.824.813	2.923.349
- p/invalidez-doença	1.079.662	1.146.445	1.203.375	1.320.524	1.321.975
- p/invalidez-acidente trabalho	24.291	29.291	33.846	39.424	43.679
- p/tempo de serviço	658.113	732.380	796.200	892.897	925.245
- p/velhice	268.246	313.624	361.578	422.586	471.943
- especial	104.104	113.963	124.389	149.382	160.507
- <u>Pensionistas</u>	1.272.070	1.373.004	1.448.721	1.562.739	1.647.954
<b>PREVIDÊNCIA RURAL (Total)</b>	2.142.549	2.458.717	2.641.999	2.827.984	3.007.584
- <u>Aposentados</u>	1.681.453	1.914.498	2.031.537	2.156.345	2.253.230
- p/invalidez-doença	206.430	310.281	357.892	407.003	439.235
- p/invalidez-acidente trabalho	1.099	1.590	2.089	2.481	3.127
- p/tempo de serviço	-	-	-	-	-
- p/velhice	1.473.924	1.602.627	1.671.556	1.746.861	1.810.868
- <u>Pensionistas</u>	461.096	544.219	610.462	671.639	754.354
<b>PREVIDÊNCIA FUNC. FEDERAL (Total)</b>	121.704	127.169	130.617	137.288	140.730
- <u>Aposentados</u>	-	-	-	-	-
- <u>Pensionistas</u>	121.704	127.169	130.617	137.288	140.730
<b>TOTAL GERAL</b>	5.670.739	6.294.593	6.740.725	7.352.824	7.719.617
- <u>Aposentados</u>	3.815.869	4.250.201	4.550.925	4.981.158	5.176.579
- <u>Pensionistas</u>	1.854.870	2.044.392	2.189.800	2.371.666	2.543.038

Fonte: MPAS/INPS

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Wedekkin.

**O SR. NELSON WEDEKIN** (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Com frequência, em jornais e revistas de circulação nacional, têm sido publicadas notas contendo críticas ao Sr. Dejandir Dalpasquale, presidente do BNCC, em razão da solução que ele encaminha, no caso da dívida da CENTRALSUL com o BNCC.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a CENTRALSUL tem um passivo de 500 milhões de dólares, resultado de uma sucessão de administrações incompetentes, dilapidadoras do patrimônio, corruptas, para um ativo de apenas 150 milhões de dólares.

O BNCC, junto com outras 18 instituições financeiras, que incluem o Banco Meridional e o BANRISUL, estão propondo uma solução de boa técnica bancária, comum nesses casos, uma solução negociada ao invés da simples execução, da simples liquidação judicial da CENTRALSUL.

Porque a execução judicial demanda um largo tempo, na qual é preciso levar em conta a existência de credores privilegiados, a paralisação da DEFENSA (hoje a única fonte geradora de recursos da CENTRALSUL), e o sucateamento dos bens até a decisão final.

Além disso, a solução judicial causará prejuízos irreparáveis ao cooperativismo gaúcho, mais precisamente 68 cooperativas, que envolvem 240 mil famílias do Rio Grande. Por isso é que a direção do BNCC está articulando, com as demais instituições bancárias, oficiais e privadas, uma solução negociada, que não é outra coisa senão a forma de reduzir o prejuízo do banco.

É fundamental que se lembre aqui no Senado que o Sr. Dejandir Dalpasquale não concedeu crédito de um só centavo à CENTRALSUL. Quando ele assumiu o banco, o BNCC já tinha realizado todas as operações de crédito com a CENTRALSUL.

Ao atual presidente do BNCC só coube administrar o grave problema criado pelas direções anteriores do banco e da CENTRALSUL.

Portanto, as notas, por sinal apócrifas, são injustas em relação ao presidente do BNCC. É extraordinário que as críticas praticamente ignorem as direções anteriores do banco e da CENTRALSUL, os seus desmandos, e procurem responsabilizar o Sr. Dejandir Dalpasquale pelo prejuízo causado ao BNCC.

Ora, o presidente do BNCC, na verdade, recuperou o banco, que antes operava com 50 cooperativas, hoje opera com mais de 1.000; tinha depósitos de 23 milhões, hoje tem 418 milhões; a carteira comercial era da ordem de 14 milhões, hoje é de 750 milhões.

O BNCC, quando Dalpasquale assumiu, tinha a descoberto no Banco Central 1 bilhão e 900 milhões de cruzados. Hoje, a conta com o Bacen está zerada, e o BNCC nunca mais recorreu à Reserva Bancária.

O Sr. Dejandir Dalpasquale tomou na sua gestão várias medidas de austeridade, como a venda de 20 carros e de um prédio no centro de São Paulo.

O BNCC já disparou o gatilho salarial duas vezes, provavelmente dispare de novo em abril. Deu aumento aos seus funcionários de 30 por cento e não tem problemas financeiros.

O BNCC é uma máquina saneada, e pronta para operar e ampliar suas operações, quando Dalpasquale assumiu, a entidade exibia um prejuízo líquido de 250 bilhões de cruzados, e fechou o balanço com um lucro de 243 milhões de cruzados. Enfim, a atual direção do BNCC restituiu ao banco dinamismo, credibilidade perante o sistema cooperativista e a opinião pública.

Tanto quanto são injustas as críticas endereçadas, elas se formulam no momento mais inoportuno, isto é, no momento em que o BNCC firma o passo e consolida a sua posição de instrumento essencial de crédito em favor do sistema cooperativista e por consequência, dos pequenos e médios produtores rurais, e, no momento em que exatamente a atual direção se prepara, se instrumentaliza para alargar os horizontes de ação do BNCC, dando continuidade, a necessária con-

tinuidade ao exitoso processo de saneamento da instituição.

Dou, da tribuna do Senado, a mesma que já foi ocupada pelo Sr. Dejanir Dalpasquale, e como catarinense, o meu testemunho, o testemunho de quem conhece Dalpasquale há mais de 20 anos.

Dalpasquale é homem público e homem da iniciativa privada, e em ambas as condições sua trajetória não conhece nenhum negócio mal explicado ou suspeito.

O presidente do BNCC é homem de reconhecida idoneidade e competência, atributos agora a serviço de uma instituição oficial.

Dalpasquale é um homem cuja vida é marcada pela luta em favor da liberdade e da democracia, como deputado, senador e dirigente do PMDB/SC.

Sua vida é caracterizada pelo duro combate aos desmandos e à corrupção.

Não serão notas anônimas, apócrifas, que colocarão em dúvida a honra, a honestidade, o dinamismo de Dejanir Dalpasquale, a quem, nesta oportunidade, manifesto meu integral apoio e solidariedade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Aluizio Bezerra.

**O SR. ALUÍZIO BEZERRA** (PMDB — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No último dia oito foi publicado no *Jornal do Brasil* que a subcomissão de operações exteriores da comissão de aprovação de verbas do Senado dos Estados Unidos enviou carta ao BIRD — Banco Interamericano de Desenvolvimento, pedindo a suspensão do empréstimo ao Governo brasileiro para a pavimentação da BR-364, no trecho Porto Velho — Rio Branco.

Em função disso eu não poderia deixar de me manifestar sobre assunto que interessa de perto à sofrida população do Estado do Acre.

Entendo que no momento em que o Governo brasileiro decretou a suspensão do pagamento dos juros da dívida de médio e longo prazo, numa atitude corajosa e altiva do Presidente José Sarney, não podemos deixar de fazer uma certa ligação desse ato com a ameaça ao restante do País.

Quero esclarecer, Srs. Constituintes, que a ligação terrestre já existe desde a criação do Estado do Acre, em 1962, na forma de estrada não pavimentada. O que ocorre é que, na época de chuvas, a estrada é interrompida e o Estado fica isolado do resto do País, mantendo contato apenas por via aérea para o transporte de mercadorias, de onde podem os Srs. Senadores imaginar o sem número de dificuldades daí geradas para a população e para o desenvolvimento regional.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, além de acabar em definitivo com esses problemas temos também que pensar nos benefícios que essa ligação asfáltica trará ao Brasil, pois, com a continuação da BR-364, em direção ao Peru teremos um corredor de exportação que beneficiará todos os Estados da Amazônia, abrindo amplas possibilidades de desenvolvimento e para a efetivação de integração latino-americana.

Acredito fielmente que, após o caminho escolhido pelo Governo José Sarney, torna-se impres-

cindível um maior intercâmbio com nossos países vizinhos e que isso pode ser concretizado exatamente com esse passo do asfaltamento da BR-364.

Tenho certeza de que o Presidente José Sarney não deixará de envidar esforços para que isso se concretize, tomando as providências ora exigidas e que julgamos de todo necessárias para a proteção ao meio ambiente da Região Amazônica, mas de tal forma que não venhamos ter a interrupção da pavimentação. Quais sejam: a criação das reservas extrativistas que protegerão as seringueiras e as castanheiras e a demarcação das terras indígenas para a proteção da cultura indígena e garantia da sobrevivência daqueles que foram os primeiros habitantes do nosso País.

Mesmo porque o Governo Federal poderá contar, tenho certeza, com o Governo do Estado do Acre, além dos órgãos federais sediados no Estado, para a consecução dessa tarefa, registrando que logo no início de sua administração o Governador Flaviano Melo criou o Instituto do Meio Ambiente.

Finalizando, Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho pedir a este Plenário que também se manifeste a respeito do problema, a fim de que não se interrompa o processo de integração nacional, já que essa foi uma das promessas feitas publicamente em nosso Estado pelo saudoso Presidente Tancredo Neves. Inclusive informo aos Srs. que em audiência com o Presidente José Sarney fiz convite ao mesmo para a sua participação no III Encontro Macrorregional Fronteiriço que deverá se realizar em Rio Branco, logo após o encerramento dos trabalhos da Constituinte, quando deverão também estar presentes os Presidentes do Peru e da Bolívia.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — A Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se quinta-feira, dia 23, às 18 horas, com a seguinte

## ORDEM DO DIA

— 1 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 1986 (nº 5.566/85, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera os artigos 1º e 3º do Decreto-lei nº 1.940, de 25 de maio de 1982, que institui contribuição social, cria o Fundo de Investimento Social — FINSOCIAL, e dá outras providências (dependendo de parecer).

— 2 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 1986 (nº 6.694/85, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre o registro da propriedade marítima e dá outras providências (dependendo de parecer).

— 3 —

Mensagem nº 442, de 1987 (nº 613/86, na origem), relativa a proposta para que seja autorizada

a prefeitura municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 114.269,13 (cento e quatorze mil, duzentos e sessenta e nove cruzados e treze centavos) (dependendo de parecer).

— 4 —

Mensagem nº 538, de 1986 (nº 733/86, na origem), relativa a proposta para que seja autorizada a prefeitura municipal de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 73.382,60 OTN (dependendo de parecer).

— 5 —

Mensagem nº 546, de 1986 (nº 765/86, na origem), relativa a proposta para que seja autorizada a prefeitura municipal de Mauá, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 446.400,00 OTN, para os fins que especifica (dependendo de parecer).

— 6 —

Ofício Nº S/4, de 1987 (nº 19/87, na origem), relativo a proposta para que seja rerratificada a Resolução nº 383/86, que autorizou a prefeitura municipal de Oeiras, Estado do Piauí, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 7.443.152,00 (sete milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, cento e cinquenta e dois cruzados) (dependendo de parecer).

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 42 minutos.)

*DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. DIVALDO SURUAGY NA SESSÃO DE 30-3-1987, E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

**O SR. DIVALDO SURUAGY** (PFL — AL. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Brasil viabilizou-se, economicamente falando, graças à cultura da cana-de-açúcar. Até então, a extração do pau-brasil, embora ensejasse alguns lucros à Coroa portuguesa, não motivava, não justificava o processo de colonização em massa. A divisão da Colônia em Capitânicas Hereditárias proporcionou a plantação da cana-de-açúcar, que geraria uma atividade econômica rentável.

Ao longo da História do Brasil, nos seus duzentos primeiros anos, houve a coincidência do domínio político com o domínio econômico no Nordeste, graças ao açúcar. Não era sem razão que a capital da colônia, a sede do Governo Geral, era a cidade de São Salvador. A própria invasão holandesa, no Nordeste brasileiro, foi para defender os interesses econômicos da Holanda, porque o know-how tecnológico da construção dos engenhos de açúcar era holandês e a comercialização do produto, na Europa, era feita pela célebre Companhia das Índias Ocidentais. À época, as duas grandes superpotências do mundo ocidental eram a Espanha, defendendo os interesses do mundo católico, e a Holanda, defendendo os inte-

resses dos países protestantes. A morte de Dom Sebastião, Rei de Portugal, sem deixar herdeiros, levaria seu primo, Felipe II, Rei da Espanha, a arvorar-se Rei de Portugal e, conseqüentemente, Rei do Brasil. A Holanda, então, invadiu o Nordeste para defender seus interesses e os seus investimentos.

**O Sr. Hugo Napoleão** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. DIVALDO SURUAGY** — Ouço V. Ex<sup>a</sup>, com prazer.

**O Sr. Hugo Napoleão** — Já vejo que V. Ex<sup>a</sup> vai trilhar caminhos que, evidentemente, dizem respeito ao Estado de Alagoas e que se referem aos usineiros da Unidade da Federação que V. Ex<sup>a</sup> tão bem representa. Mas, é nesse aspecto da História que eu gostaria de me fixar para dizer que, em verdade, foi nessa época, após haver falecido na batalha de Alcácer-Quibir o jovem Rei Dom Sebastião, sucedido pelo seu tio, o velho Cardeal Dom Henrique que, evidentemente, não tendo herdeiros, Felipe de Espanha se julgando com direito à Coroa Lusitana, nesse momento avoca para si a mesma Coroa, porque era neto pelo lado materno de uma rainha portuguesa. Mas esse foi o ponto fundamental para a consolidação desse grande Território que é o Brasil, tendo em vista o desaparecimento da linha de Tordesilhas, quando o Brasil, todas as Colônias e, conseqüentemente, Portugal, que era a metrópole, caíram sob o domínio espanhol, nós então ganhamos esse Território imenso de que as Entradas e Bandeiras deixaram os seus rastros até hoje e, sem dúvida nenhuma, os antecessores dos usineiros do Estado de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. DIVALDO SURUAGY** — E sofremos a invasão da Holanda, que era inimiga tradicional da Espanha. E Felipe II, estava muito longe, muito distante da grandeza de seu pai, Carlos V, que foi quem fundou o grande império espanhol. Mas a verdade é que Pernambuco e Alagoas porque na época, Alagoas pertencia à província de Pernambuco, a exemplo do que aconteceu com o Brasil, viabilizaram-se graças à cana-de-açúcar.

A primeira encruzilhada nossa, economicamente falando, foi quando os holandeses foram expulsos do Nordeste e se fixaram nas Antilhas; e o Brasil perde a produção da liderança mundial de açúcar. Cuba assume esta liderança pois estava muito mais próxima de um grande mercado que estava a surgir, que era o dos Estados Unidos e mais próxima, geograficamente, da Europa. Foi quando se descobriu ouro no Brasil Central. Aí, deslocou-se a sede do poder, tanto político quanto econômico, para o Sul do País. Nós sabemos que a transferência da sede do Vice-Reinado, da cidade de Salvador para a cidade do Rio de Janeiro, foi porque todo o ouro descoberto nas regiões conhecidas pelos Estados de Minas Gerais, Goiás e parte de Mato Grosso, era canalizado para o continente europeu, através do porto do Rio de Janeiro e as decisões políticas tinham que ficar ao lado das decisões econômicas.

Deslocou-se o centro do poder do Nordeste para o Sul, poder esse que se consolidaria quando o café encontrou seu *habitat* natural na região do vale do Paraíba, principalmente nas terras roxas de São Paulo. E quando, nos fins de século

passado, a Revolução Industrial chegou ao Brasil, sendo São Paulo a região mais capitalizada, era natural transformar-se nessa potência que é motivo de orgulho para todos nós.

Ao longo de todo esse processo, Alagoas conseguiu ser o segundo Estado produtor de açúcar e de álcool do Brasil. E a ironia é que o setor está sendo penalizado, neste instante, porque quando, em 1982, o Governo Federal afastou o Banco do Brasil da função de agente financeiro de todo o sistema produtivo sucroalcooleiro do País, os nossos produtores foram prejudicados. São Paulo nada sofreu, pelo contrário, foi beneficiado. Para que se tenha uma idéia de ordem de grandeza, a safra de 1982/1983 precisava, em Alagoas, de cinquenta bilhões de cruzeiros, e o volume de depósito na rede bancária privada era apenas de dezesseis bilhões. Sabemos que os bancos privados, acertadamente, selecionam clientes e, ao selecionar clientes, eles só fariam empréstimos àqueles empresários economicamente mais sólidos, o que prejudicava uma gama enorme de produtores de açúcar e de álcool. A atividade, em Alagoas, emprega mais de trezentas mil pessoas.

O Banco do Estado teve que socorrer essas empresas, captando recursos no Sul do País, para atender às necessidades dessas fábricas, pelo aspecto social que também elas possuem e pela importância que elas têm dentro do conjunto econômico de Alagoas.

As usinas de Pernambuco e as do Rio de Janeiro, que são os Estados que estão em terceiro e quarto lugares na produção nacional de açúcar e de álcool, para operarem financeiramente com os bancos privados, tiveram que apresentar aval do Instituto do Açúcar e do Alcool, exigência esta que não foi feita para as fábricas de Alagoas, porque elas tinham aparentemente melhores garantias empresariais.

Em fevereiro de 1986, implanta-se o Plano Cruzado, que tomou-se popular rapidamente, porque, em teoria, ele prejudicava duas atividades econômicas que são enxergadas como se fossem opressoras ou exploradoras do homem comum, que são os bancos e os supermercados. A popularidade do plano surgiu imediatamente em função disso, e os bancos Comind e Sul brasileiro tiveram suas portas fechadas, pois não suportaram o ônus das medidas tomadas. O que fazem os demais banqueiros? Procuram o Ministro da Fazenda e propõem o seguinte: que aceitariam as condições, desde que o Governo Federal honrasse os compromissos que possuía junto aos bancos privados. E, aí, as usinas de Pernambuco e as do Estado do Rio, que deviam cerca de oitenta a cem milhões de dólares, tiveram seus empréstimos transferidos para o Banco do Brasil. E as fábricas de Alagoas, não tiveram esse direito concedido às fábricas de Pernambuco, do Rio de Janeiro e de outros Estados. As usinas alagoanas estão vivendo momentos de dificuldades e de angústia, como estão vivendo todos os segmentos da atividade econômica brasileira, porque nós estamos atravessando uma das crises mais difíceis, mais agudas, mais profundas, que a história deste País registra.

Assim, quero deixar o apelo, quero deixar o meu protesto, e quero deixar a minha solicitação, da Tribuna desta Casa, para que os Ministros da área econômica concedam aos empresários e aos

produtores de açúcar e de álcool de Alagoas, o mesmo critério que foi oferecido pelo Governo Federal, porque o meu Estado, está sendo penalizado pelo fato dos nossos empresários terem melhores condições de atuação dentro do mercado e do sistema produtivo brasileiro.

**O Sr. Raimundo Lira** — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. DIVALDO SURUAGY** — O Senador Raimundo Lira honra-me com a solicitação de um aparte.

**O Sr. Raimundo Lira** — Sr. Presidente, nobre amigo Divaldo Suruagy, o que acabamos de ouvir com relação ao tratamento discriminado que recebem os produtores de açúcar e álcool de Alagoas, já é uma rotina, um hábito e um costume do que acontece no sistema econômico brasileiro. Os Estados maiores discriminam os menores, as regiões mais ricas discriminam as mais pobres, porque, o que existe, no sistema da elite dirigente do Brasil, é a exigência do mais forte: se o mais forte ocupa uma posição de supremacia econômica, normalmente também ocupa uma posição de força na área política. E, desta maneira, os fortes e os poderosos normalmente têm melhor acesso e mais facilidade aos recursos existentes do País, que deveriam ser distribuídos de uma forma harmoniosa, justa e racional entre todos os Estados e regiões brasileiras. Conheço de perto o trabalho dos plantadores de cana e dos usineiros no Estado de Alagoas. Há vários anos, iniciei empresarialmente, seguindo a vocação da família, também no setor atacadista de açúcar e tive oportunidade de conhecer o trabalho dos produtores de açúcar do Estado de Alagoas. Eles são empresários, de um modo geral, dedicados e, em muitos casos, os próprios proprietários residem nas terras das usinas, nas propriedades, diferentemente de usineiros de outros Estados que moram em outras regiões, em Capitais e, muitas vezes, em capitais europeias. Solidarizo-me, portanto, com o protesto de V. Ex<sup>a</sup>, e com o Estado de Alagoas, porque é um Estado irmão da Paraíba, um Estado trabalhador, sofrido e que vem sendo, ao longo dos anos, discriminado pelo sistema econômico nacional.

**O SR. DIVALDO SURUAGY** — Quero agradecer, sensibilizado, o aparte do nobre Senador Raimundo Lira.

Numa das fases mais difíceis da história deste País, onde alguns Estados foram palco de conflitos de invasões de terra, as chamadas Ligas Camponesas, em Alagoas não se registrou um caso sequer, graças à sensibilidade desses empresários.

Quero, também, fazer outra denúncia por demais absurda: o *Jornal do Brasil*, de hoje, na sua seção econômica, traz o seguinte tópico: A Guerra do Sal.

E diz o *Jornal do Brasil* que está havendo uma luta surda entre a PETROMISA e a PETROQUISA para ver quem vai aproveitar a produção de sal da Indústria Química da SALGEMA. Não quero entrar no mérito se vai ficar com a PETROQUISA ou a PETROMISA. Quero dizer o seguinte: o Brasil, segundo o próprio jornal, está importando, hoje, quinze milhões de dólares de sal. E o Estado de Alagoas, está gastando uma fortuna para jogar este sal no mar. É o maior absurdo



que se pode conceber. Imagino que a produção da SALGEMA com a da Fábrica de Potássio de Sergipe dariam para atender tranquilamente grande parte do mercado brasileiro. Mas, também, há o aspecto social dos salineiros do Rio Grande do Norte, dos salineiros do Estado do Rio de Janeiro, e jamais nós defenderíamos que, essas fábricas, fossem prejudicadas e afetassem milhares de pessoas que trabalham nas salinas de Macau e de Cabo Frio. Agora, o que não se justifica é o Brasil, um País auto-suficiente e tradicionalmente exportador de sal, gastar quinze milhões de dólares para comprar o produto no exterior, quando temos condições de evitar a perda de divisas.

De quinze em quinze milhões de dólares de importações de Sal, arroz, carne e até de tampa de garrafa de cerveja, foi que as nossas reservas cambiais caíram de doze bilhões de dólares para quatro bilhões e oitocentos milhões, em apenas cinco meses, levando este País à moratória.

Quero, mais uma vez, fazer esta denúncia, porque é absurdo, é inconcebível, um País que tem uma capacidade de produção como o Brasil, estar importando sal, arroz, até café, sendo um dos países mais ricos do mundo.

**O Sr. João Lobo** — Era.

**O Sr. Divaldo Suruagy** — O Senador João Lobo diz era, mas temos a certeza de que pela vitalidade, pela potencialidade e pelas respostas fáceis e rápidas que este País dá aos investimentos legítimos, quando são administrados com competência, o Brasil superará esta crise mais uma vez, e teremos condições de oferecer um exemplo ao mundo da capacidade de trabalho e da potencialidade do povo brasileiro!

**O Sr. João Lobo** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O Sr. Divaldo Suruagy** — É com muita honra que concedo o aparte ao eminente Senador João Lobo.

**O Sr. João Lobo** — Senador Divaldo Suruagy, eu, infelizmente, não presenciei todo o seu discurso, nesta tarde, mas vou procurar a Taquigrafia para tomar conhecimento, porque sei que foi uma lição de inteligência e de experiência que V. Ex<sup>a</sup> deu nesta tarde. Mas, fatos como esses que V. Ex<sup>a</sup> cita, do desperdício da capacidade produtora deste País, do mau emprego dessa capacidade, fazem com que me lembre de uma frase do famoso Ministro Delfim Netto quando, falando certa vez sobre as potencialidades do Brasil, sobre os canais, sobre os processos de irrigação, comparando Israel, talvez os outros países, a Espanha, com o Brasil, o Delfim Netto, numa de suas arrancadas, dizia no momento: Não há termos de comparação; não podemos fazer paralelos. Porque, vejam vocês, os canais de irrigação do Formoso, célebre projeto de arroz que Goiás apresenta para todo o mundo, circulam nos canais, surubins de dezoito quilos. É qualquer coisa de inusitado — tenho a impressão de que o israelense, os próprios espanhóis, conhecedores disso, vão pôr em dúvida a existência de tais canais. Mas tudo isso existe no Brasil; este é um País formidável, de dimensões continentais em que as coisas apenas começam a se definir. Apenas estava preocupado com a finalização do discurso de V. Ex<sup>a</sup> dessa importação de sal que o Brasil vai fazer agora.

Porque, uma das metas do Governador recém-eleito do Estado Piauí, Alberto Silva, para tirar o Estado dessa pobreza em que este se coloca no panorama nacional, é fazer um rio Parnaíba navegável, de Luís Corrêa até quase suas nascentes, em Santa Filomena ou Vitória do Alto Parnaíba. E essa navegabilidade do rio Parnaíba será restaurada e justificada pelo transporte de sal, que se fará dos portos de Luís Corrêa para o interior dos Estados do Piauí e Goiás. Não sei onde o Piauí vai encontrar sal para fazer desse transporte um dos motivos salvadores da sua economia, possivelmente, deve ser dessa importação que V. Ex<sup>a</sup> acabou de mencionar. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> pela oportunidade de participar do discurso de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. DIVALDO SURUAGY** — Senador João Lobo, agradecendo o aparte de V. Ex<sup>a</sup> quero lhe entregar o recorte do **Jornal do Brasil** para que mostre ao Governador Alberto Silva.

Concluindo o meu discurso, gostaria apenas de lavar o meu protesto, porque um país, repito, que tem uma capacidade produtiva, como o nosso, está gastando uma fortuna importando sal, importante produtos, deve estar causando estupefação à sociedade brasileira e nos deixando numa situação altamente constrangedora diante do mercado internacional. (Muito bem! Palmas)

*DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. LEITE CHAVES NA SESSÃO DE 8-4-87 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:*

**O SR. LEITE CHAVES** (PMDB — PR. Para uma breve comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É com profunda tristeza que comunico à Casa o falecimento do Professor Haroldo Teixeira Valadão, um dos grandes juristas deste País, Professor de Direito e seguramente uma das figuras mais conhecidas nos pólos internacionais.

O Professor Haroldo Teixeira Valadão faleceu ontem aos 86 anos, tendo nascido em 1901, no Estado de São Paulo. Para mim, esse desaparecimento tem um sentido mais profundo. Ele foi meu professor de Direito Internacional Privado, na Faculdade Nacional de Direito e também no curso de Doutorado. O Professor Haroldo Valadão era, na América Latina, eu quase que diria no Ocidente, conhecido e festejado como a maior autoridade em Direito Internacional Privado. Conhecido em todas as Américas como membro da **Interamerican Bar Association**, ou seja, Associação Interamericana de Advogados e **American Society of International Law**, Associação Interamericana de Direito Internacional.

Sempre que me lembro do professor vem-me à memória, não apenas as suas aulas magistrais, mas sobretudo as lições de vida que era capaz de transmitir aos seus alunos. Aliás, no curso de Direito, o professor continua a ser uma figura imprescindível, na medida em que ele é um exemplo em que o aluno se possa subsumir. Tinha uma grande preocupação para que os alunos não tivessem dispersão, mostrava que o segredo do sucesso consistia não apenas na constância, mas sobretudo na objetividade. Ele com rara frequência, aliás com muita frequência, citava uma frase

francesa que dizia o seguinte: "Tiens toi à ton sujet" ou seja, fica na tua coisa; ele não admitia que o aluno extrapolasse dos limites, dos encargos que lhe eram dados em aula. E esse exemplo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, seria oportuno no Senado, nesta oportunidade, aliás para o Congresso, quando estamos fazendo a nova Constituição. Se todos nós nos atívéssemos às tarefas que as responsabilidades nos reservam, seguramente haveríamos de prosperar melhor nessa nova Constituição.

O exemplo do Professor Valadão estará nesta Constituinte, porque muitos, uma grande parcela dos Constituintes é seguramente composta de ex-alunos seus.

Talvez o Senado, em outra ocasião, tenha oportunidade de cultuar melhor esta figura. Seguramente haverá de realizar sessão especial, pela dimensão do homem que foi, e que haverá de ficar na história ao nível das figuras jurídicas que ele admirava como Andrés Bello, no Chile e Teixeira de Freitas, no Brasil.

Lembro-me, que um vez no Paraná o Professor Valadão me disse que iria deixar a Procuradoria Geral da República; isso foi em 1968. Eu disse: Mas por que Professor? E ele — Chaves eu não posso participar de um regime fascista. E aquilo me desvaneceu, porque me parecia ser o Prof. Valadão uma figura até conservadora. Mas, amigo que era do Direito e dos seus princípios, nem sequer, com o regime de 64, com o qual inicialmente se afinara, viera depois a se identificar.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse registro faço com profundo pesar, com as limitações do tempo que o Presidente teve a bondade de me conceder. E peço à taquigrafia que insira no meu registro um ligeiro esboço biográfico do Professor Haroldo Teixeira Valadão, contido no Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, período, período 1930 a 1983 e na grande Enciclopédia Delta Larousse, da mais recente edição.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, com a preocupação de não comprometer a continuidade dos serviços do Senado na noite de hoje. (Muito bem! Palmas.)

*DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR LEITE CHAVES:*

Valadão, Haroldo — consult.-ger.  
Rep. 1947-1950; proc.-ger.

Rep. 1967.

Haroldo Teixeira Valadão nasceu em São Paulo no dia 5 de setembro de 1901, filho de Alfredo Vilhena Valadão e de Maria Isabel dos Reis Teixeira Valadão. Seu pai foi importante jurista e ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) de 1916 a 1935.

Fez os estudos primários e secundários no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, cursando os colégios São Bento e Anchieta, dos jesuítas. Em 1917, ingressou na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da capital federal, pela qual se diplomou em 1921. Em 1929 iniciou carreira no magistério superior como livre docente, ingressando mediante concurso na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro.

Nomeado procurador criminal da República no Distrito Federal, em dezembro de 1932, por um

período de três meses, no ano seguinte voltou a ser nomeado para o cargo, dessa vez por um período de seis anos. Durante essa fase de sua carreira atuou também como Relator da Comissão Legislativa e Imigração e Naturalização e membro do Conselho Penitenciário, sendo designado, em 1934, procurador regional eleitoral.

Ainda nessa época, na primeira metade da década de 1930, já mestre em direito civil internacional, integrou a seção brasileira do Comitê Jurídico Internacional de L'Aviation, cujo objetivo era estudar a doutrina e a colaboração em leis sobre o assunto. De 1936 a 1939 lecionou respectivamente no Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura e no Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura.

Em 1940, através de concurso, tomou-se professor catedrático de direito internacional privado na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Presidiu o Instituto dos Advogados Brasileiros entre 1944 e 1946 e no exercício desse cargo esteve em Havana, Cuba, onde pronunciou quatro conferências sobre direito na Academia Interamericana de Leis Comparativas. Ainda em 1945 lecionou no curso de emergência para a formação da reserva da justiça no Ministério da Guerra.

Em fevereiro de 1947 foi nomeado consultor-geral da República, no governo do general Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). Substituiu Odilon da Costa Manso, permanecendo no cargo até abril de 1950, quando foi substituído por Luciano Pereira da Silva. Nesse interim integrou em 1948 a comissão de estudos do Conselho de Segurança Nacional. Ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de 1955 a 1959, foi designado durante o governo do marechal Artur da Costa e Silva (1967-1969) Procurador-Geral da República no lugar de Alcino Salazar. Exerceu o cargo de abril a novembro de 1967, sendo substituído por Décio Miranda.

Chefiou a delegação do Brasil às conferências de direito internacional realizadas em Genebra, na Suíça, em 1971 e 1972, atuando como delegado único à XII Conferência de Direito Internacional Privado, em Haia, na Holanda, ainda em 1972. Em 1975 chefiou a delegação brasileira à Conferência Especializada Interamericana de Direito Internacional Privado, no Paraná.

Além desses cargos e funções, foi também professor de direito internacional privado na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, representante de São Paulo junto ao conselho federal da Ordem dos Advogados do Brasil, membro e vice-presidente da Sociedade Brasileira de Direito Internacional.

Casou-se com Margarida Bandeira de Melo Valadão, com quem teve dois filhos.

Autor de numerosos artigos para revistas especializadas, publicou *O ensino e o estudo do direito, especialmente do direito internacional privado, no Velho e no Novo Mundo* (1940); *Em defesa da personalidade humana* (1941); *Do pagamento e da força maior no direito internacional privado* (1941); *Decisão contrária às leis federais* (1941);

*Direito, solidariedade, justiça* (1943); *A devolução nos conflitos sobre a lei pessoal; Conflito das leis nacionais dos cônjuges nas suas relações de ordem pessoal e econômica e no desquite; Justiça, democracia e paz, e Estudos de direito internacional privado.*

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. LEITE CHAVES, NA SESSÃO DE 8-4-87 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. LEITE CHAVES** (PMDB — PA) Para discutir. Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Embora não exerça função de liderança, não posso deixar de me ater aqui à exposição que informa o projeto. Veja V. Ex.<sup>a</sup> e vejam os Srs. Senadores, que não há veleidade nenhuma no encaminhamento da proposição a esta Casa. Esses recursos não se destinam à ampliação da Marinha Mercante, auxiliar da Marinha de Guerra.

Destina-se, Sr. Presidente, este projeto, a prover necessidades de reparações urgentes, inclusive de petroleiros, e de atividades ligadas à Marinha Mercante sem as quais haverá perecimento, prejuízos iminentes para essa atividade. Seria de se concordar com a declaração de voto do Exm.<sup>o</sup> Sr. Senador Roberto Campos, se se desejasse ampliar, se se procurasse ampliar, elastecer o volume de nossa Marinha. Mas não. O empréstimo tem uma finalidade específica: é de reparação urgente...

**O Sr. Roberto Campos** — V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte?

**O SR. LEITE CHAVES** — ... de unidades da Marinha Mercante, sem o que a própria Marinha de Guerra haveria de sofrer solução de continuidade.

Não sei, Sr. Presidente, se se pode dar aparte em sustentação. Se se puder, o Senador Roberto Campos tem o meu.

**O Sr. Roberto Campos** — Apenas para esclarecer que a finalidade do projeto é de dar recursos à Marinha do Brasil para a construção de navios auxiliares, hidrográficos, oceanográficos, em estabelecimentos nacionais. É o financiamento da construção. Não se trata de reparação de navios hidrográficos ou oceanográficos.

**O SR. LEITE CHAVES** — Mas, Senador, então V. Ex.<sup>a</sup> impugna o que está aqui na informação; nas razões expositivas:

Entre tais meios incluem-se navios auxiliares e hidrográfico-oceanográficos cujas tarefas típicas contribuem, inclusive, para a segurança e eficiência da navegação mercante. Meios que, além dos valiosos serviços que prestam à Marinha, possam complementar as necessidades da Marinha Mercante, numa eventualidade ou em situações de crise, através do transporte de combustíveis, lubrificantes, gêneros etc. São navios petroleiros, transporte de carga e de pessoal, rebocadores de alto-mar e navios que realizam serviços de hidrografia, de oceanografia e outros.

Vale ressaltar a contribuição inestimável que os navios hidrográfico-oceanográficos, tradicionalmente, prestam para a segurança da navegação mercante ao longo de nossa vasta fronteira marítima.

Da mesma maneira, os rebocadores de alto-mar cumprem importante papel na execução das ações de busca e salvamento, dentro da grande área marítima de responsabilidade do Brasil, contribuindo para elevar a segurança da navegação e para baixar o valor do prêmio dos seguros das cargas transportadas pela Marinha Mercante.

Não quero me alongar, mas vez V. Ex.<sup>a</sup> que há entre a afirmação pessoal do ilustre e respeitável Senador a justificação do projeto uma divergência fundamental. É por isso que nós não temos razões para deixar de votar pela sua aprovação.

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA NA SESSÃO DE 10-3-87 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA** (PMDB — ES. Pronúncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores.

O Exm.<sup>o</sup> Sr. Ministro da Marinha, Almirante-de-Esquadra Henrique Sabóia, na qualidade de Coordenador do Conselho Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), a que se acha vinculado o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), vem procurando estimular a participação dos setores representativos da sociedade brasileira nas ações empreendidas pelo Governo Federal, no sentido da consolidação da presença do Brasil no Continente Antártico.

Assim sendo, o Senado Federal foi honrado por um convite formulado por Sua Excelência, no final do ano passado, para que este Parlamentar e o Senador Odacir Soares compusessem a comitiva que visitaria as instalações brasileiras em solo austral.

Tão honroso convite a nós dirigido justificou-se pela curiosidade e interesse que nos tem despertado o Problema Antártico.

No dia 12 de dezembro de 1986, deslocamos para o Rio de Janeiro. Lá, no Aeroporto Militar do Galeão, fomos apresentados ao Brigadeiro do Ar Luiz Carlos Picorelli Figueiredo, Comandante da 5ª Força Aérea de Transporte Aéreo (FATA), responsável pelos meios aéreos de apoio à operação Antártica. Da mesma forma, tivemos a oportunidade de conhecer os Comandantes Nélio da Silva e José Roberto Pimenta de Mello, ilustres Oficiais da Marinha Brasileira, figuras de grande importância no Programa Antártico Brasileiro, os quais compunham a comitiva e nos forneceram inúmeras explicações, muito úteis e valiosas. O Comandante Nélio era, na ocasião, o gerente do Projeto Antártico (PROANTAR), responsável pela organização das expedições ao referido Continente. O Comandante Pimenta é Assessor de Polícia Marítima do Sr. Ministro da Marinha, especialmente designado para nos acompanhar na aludida viagem.

A bordo de um avião "Hércules C-130", iniciamos nosso deslocamento, primeiramente até Pelotas, o qual durou, aproximadamente, duas horas. Após pernoitarmos naquela cidade gaúcha, prosseguimos viagem com destino a Punta Arenas, no Extremo-Sul do Chile, atravessando todo

o território argentino, perfazendo quase sete horas de voo. Após o nosso pomele em Punta Arenas, deveríamos seguir para a Base Tenente Rodolpho Marsh, do Chile, na Ilha do Rei Jorge. Entretanto, um incidente ocorrido com uma das hélices do "Hércules", devido aos fortíssimos ventos da região, obrigou-nos à permanência de um dia em Punta Arenas, a fim de que aguardássemos os reparos necessários.

Finalmente, prosseguimos a viagem (de aproximadamente duas horas) até a cidade Base Tenente Marsh. Deixando Punta Arenas, já pudemos apreciar as paisagens da Terra do Fogo até os extremos limites da América do Sul. Cruzamos, então, o Oceano Atlântico, sobre o Passo de Drake, até atingir a ilha do Rei Jorge, Arquipélago das Shetland do Sul, Latitude 62°05'S — Longitude 58°23'W.

Na Base Tenente Marsh, após simpática e hospitaleira recepção pelos chilenos ali sediados, tomamos um helicóptero, a eles pertencente, que nos levaria às instalações brasileiras.

Chegamos, enfim, à Estação Antártica Comandante Ferraz, um pedaço do Brasil naquela vastidão solidária.

São sentimentos difíceis de descrever os que experimentamos ao constatar o trabalho louvável dos brasileiros que, distantes de suas famílias, sofrendo os rigores de um clima agressivo e enfrentando as maiores dificuldades, asseguram ao Brasil a participação no esforço mundial para o melhor conhecimento daquele Continente.

Tivemos a oportunidade de registrar, em livro a esse fim destinado, as nossas impressões, sobretudo a importância do convívio pacífico de pessoas das mais diferentes nacionalidades — uma experiência talvez inédita, nessas proporções, na História da humanidade.

Emocionou-nos, sobremaneira, o fato de apreciarmos, orgulhosamente, o nosso Pavilhão Nacional, drapejando ao sopro dos gelados ventos antárticos, marco indelével do Brasil no último Continente a ser explorado pelo homem.

Fortaleceu-se nossa convicção de que, a despeito de opiniões contraditórias, algumas considerando injustificado o emprego de recursos na Antártica, é de suma importância a presença brasileira, por motivos que terei oportunidade de abordar mais adiante.

E honrou-nos, sobretudo, o fato de termos sido os primeiros Senadores Brasileiros a pisar no solo antártico. Representantes da Câmara dos Deputados já o haviam feito. O Senado Federal viu-se, desta forma, representado pela primeira vez.

É digna dos maiores louvores, Sr. Presidente, a decisiva atuação, nessa conquista, de nossa Marinha de Guerra.

O apoio logístico a toda a comunidade científica que ali desenvolve suas pesquisas é proporcionado pelas duas Armas, immanadas e coesas, comungando um ideal cuja concretização é pontilhada de inúmeros sacrifícios. São verdadeiros Bandeirantes do Século XX que, renunciando ao conforto de seus lares, prestam ao Brasil um serviço de relevante importância, ariscado e patriótico, que a nossa História, tenho certeza, saberá registrar em páginas imorredouras.

É, portanto, com base nas minhas observações pessoais e motivado pelo grande interesse que me desperta o assunto, devido à sua importância para o Brasil, que tenho a honra de ocupar esta Tribuna para abordar o problema antártico.

Através da análise detalhada dos seus aspectos fisiográficos, econômicos, históricos, jurídicos e geopolíticos, pretendo apresentar minhas conclusões a respeito.

Gostaria de, antes de finalizar esta introdução, dizer alguma coisa sobre a controvérsia existente com relação ao emprego dos vocábulos "Antártida" e "Antártica", pois é comum verificar-se o uso de ambas as formas, inclusive pelos dicionaristas pátrios.

Razões diversas são alegadas pelas duas correntes, para justificar esta ou aquela grafia.

Não sendo meu intuito aprofundar este aspecto, desejo colocar apenas dois dados importantes: primeiro, que o termo "Antártico" resultaria da fusão de ANTI e ARTIKOS, ou seja, a região oposta ao Pólo Norte; em segundo lugar, vale lembrar que o Estatuto que regulamenta juridicamente o Sexto Continente denomina-se Tratado da Antártica.

A verdade é que as duas formas são usuais, apesar de várias tentativas de uniformização lingüística, o que, naturalmente, ocorrerá com o tempo.

### Aspectos Fislográficos

A Antártica é um Continente cuja extensão é de quatorze milhões de quilômetros quadrados, quase o dobro, portanto, do Brasil, maior que a Europa, duas vezes a Austrália, quinze vezes a Groenlândia, metade da África e pouco menor que a América do Sul, possuindo 25.000.000 Km<sup>2</sup> de gelo, acumulados durante milênios, concentrando 90% de toda a água doce existente no planeta.

Considera-se região Antártica as águas, as ilhas e o Continente ao Sul de um determinado paralelo, que tem oscilado entre 53°S E66°32'S.

Atualmente, esse Continente é isolado dos demais. Existe, porém, a chamada "Teoria das Derivas Continentais", segundo a qual a Antártica teria feito parte de um grande Continente, a "Gondwana", constituída pela própria Antártica e mais a América do Sul, a África, a Arábia Saudita, a Índia, a Austrália, a Nova Zelândia e a Nova Guiné.

Por processos naturais de transformações sofridas pelo nosso planeta, ao longo dos séculos, teria havido uma ruptura, isolando totalmente esse misterioso e ignoto Continente, cujo isolamento é feito pelo Oceano Glacial Antártico, originário que é dos três grandes Oceanos, o Pacífico, o Atlântico e o Índico.

A água é a grande soberana dessas paragens longínquas. Desde a água líquida, com sais dissolvidos, que constitui o rico mar Antártico, até as estruturas mais complexas de gelo, que podem atingir 4.000 metros de profundidade.

Com uma temperatura média anual de 25° centígrados negativos, podendo ultrapassar os 90° negativos (sendo, portanto, mais frio que o Ártico), a região é uma das mais agressivas do planeta. O vento chega a atingir a velocidade de 300 Km/hora, tornando praticamente impossível a vida a descoberto. Some-se a isso a extrema secura do ambiente, pois a umidade do ar chega a atingir 2% possuindo um ar tão puro que praticamente impede a proliferação de germes. Pode-se afirmar que é o lugar mais seco do mundo (até mais do que um dos mais áridos desertos, que é o de Gobi, na Mongólia), com uma precipitação pluvial inferior a 6mm por ano.

A altitude aproximada é de 2.400 metros, sendo, portanto, mais alto que os demais Continentes.

As manifestações de vida na Antártida são reduzidas. Os vegetais resumem-se em algas, fungos, musgos e líquens. Não há vegetais superiores, salvo a ocorrência de duas ou três espécies de gramíneas na Península Antártica, mais úmida e mais apropriada para a vida (onde, conseqüentemente, os países que empreendem pesquisas na região preferem instalar suas bases).

A vida animal limita-se, em sua grande maioria, a seres que, de uma forma ou de outra, vinculam sua existência ao mar, seja habitando-o, seja retirando dele os elementos vitais à sua sobrevivência. São raríssimos os insetos, destacando-se a "mosca-sem-asas", branca, cujas larvas são capazes de resistir à congelação, dada a sua peculiaridade orgânica.

Nos mares antárticos, destaca-se a existência do "Krill", um pequeno crustáceo, malacostráceo, produzido em milhões de toneladas, constituindo-se em alimento fundamental para todos os vertebrados que habitam a região: os pingüins, as gaivotas, focas, baleias e os peixes, além dos invertebrados.

O "Krill", para consumo *in natura*, não é agradável ao paladar. Seu aproveitamento dá-se mais através da transformação do crustáceo em uma espécie de pasta, para consumo humano, sendo que a União Soviética, o Japão e o Chile são os países que mais se dedicam à sua industrialização.

Dentro do ecossistema antártico, o "Krill" desempenha um papel fundamental, pois constitui-se em alimento básico para as baleias e demais seres vivos daquilo que pode ser chamado de o maior ecossistema marinho do globo.

Para se ter uma idéia, sabe-se que cada pingüim consome, em média, 1 Kg de "Krill" por dia. Devido à captura do crustáceo, essas aves sentem dificuldades na obtenção do seu alimento básico, tendo de caminhar quilômetros e quilômetros para encontrá-lo.

Lamentavelmente, já é constatável a ação danosa do homem sobre esse ecossistema. A baleia azul está quase extinta da região. As focas são alvo de caça indiscriminada.

O "Krill" é industrializado *in loco*, sendo retirado em quantidades alarmantes, o que nos leva a prever que, caso não haja uma atitude firme por parte dos países signatários do Tratado Antártico, haverá mais uma tragédia ecológica no último Continente a ser conquistado pelo homem.

Obviamente, todas as características físicas do Continente dizem respeito ao Brasil, devido à nossa proximidade geográfica (a América do Sul dista, aproximadamente, tomando-se por base a Terra do Fogo, 4.000 Km).

Nossas condições climáticas e atmosféricas são diuturnamente influenciadas pelo Continente gelado. A América do Sul, em sua extremidade meridional, é abarcada, de leste a oeste, pelas correntes frias dele oriundas.

Se ocorresse um hipotético derretimento do gelo dos pólos terrestres, calcula-se que a superfície dos mares sofreria uma elevação aproximada de 70 metros, o que significaria a submersão de todas as nossas cidades litorâneas ao nível do oceano, caso em que a quase totalidade das Capitais brasileiras, incluindo o Rio de Janeiro e Manaus, seriam varidas do mapa.

Pretendo, Sr. Presidente, tecer considerações mais aprofundadas a respeito da influência do Continente Antártico sobre o Brasil, com seus inevitáveis desdobramentos políticos, em outra parte deste pronunciamento.

Trata-se, inquestionavelmente, de uma das regiões mais inóspitas do mundo, pois a fixação do homem é extremamente dificultada, tanto pelo difícil acesso como pelas baixas temperaturas, os gelos, os ventos constantes e os mares tempestuosos.

Se no Ártico, num raio de 3.200 Km ao redor do Pólo Norte, vivem mais de um milhão de pessoas, em superfície idêntica do Pólo Sul encontram-se apenas bases científicas e estações meteorológicas.

Entretanto, Sr. Presidente, tais adversidades não devem esmaecer na alma de cada brasileiro a convicção de que a ocupação da Antártica é questão de vital importância para o futuro de nossa Pátria.

E se hoje os brasileiros podemos nos orgulhar de nossa efetiva presença na Antártica; se constatamos, orgulhosamente, que nossa Bandeira tremula, solitária, na solitária alvura daquele continente, necessário se faz que rendamos nossas justas homenagens a um punhado de abnegados, verdadeiros bandeirantes da modernidade, cujo exemplo ficará indelevelmente gravado nas páginas da História, e nesse aspecto avulta o trabalho da nossa Marinha.

A par da valiosa contribuição científica que estão prestando ao País e à humanidade, cresce de importância o fato de estarem provando a todos nós que, embora a região seja agressiva, nela a vida humana é possível, se levamos em conta os recursos da moderna tecnologia.

A verdade é que as geleiras antárticas recobrem antigas florestas e jazidas de minerais, pedras preciosas, ouro, prata, carvão, ferro, urânio, manganês, petróleo e outras riquezas de exploração difícil, mas não impossível. Cerca de 170 minerais diferentes já foram assinalados na região.

Geologicamente, o continente pode ser dividido em Antártica Oriental (2/3 do continente) e Antártica Ocidental, por uma linha que une os mares de Weddell ao de Ross. Cada setor tem características distintas.

A maior evidência das riquezas minerais ali existentes resulta da semelhança da estrutura geológica da Antártica e suas zonas defrontantes adjacentes da América do Sul, África e Austrália.

O que diferencia, basicamente, os dois extremos do Globo é que o Ártico constitui-se numa bacia marítima, formada por gelos eternos, tanto assim que já permitiu a navegação sob os gelos, há alguns anos, pelo Submarino Atômico "Nautilus", da Marinha dos Estados Unidos. Por seu lado, o Continente Antártico é terra firme, coberta de gelo. Isso dá bem uma medida do que pode representar em termos econômicos.

### Aspectos Históricos

As primeiras hipóteses a respeito da existência da Antártica datam de 2.200 anos, quando Hiparco e Ptolomeu concluíram que existia uma terra desconhecida do outro lado do mundo. Na Grécia antiga, Aristóteles previa a existência de uma Antártica gelada.

Somente no Século XVI é, que através das navegações portuguesas, que se aventuraram pelos mares antárticos, a humanidade começou a ter indícios concretos da existência daquele Continente.

Uma cronologia histórica sobre a Antártica pode assim ser sintetizada:

— 1501 — Américo Vespúcio, sob a Bandeira de Portugal, atinge o paralelo de 53° e descobre as Malvinas (Falklands) e as Geórgias do Sul;

— 1520 — Fernão de Magalhães, sob a Bandeira da Espanha, descobre a Terra do Fogo, o Estreito de Magalhães, atingindo o Oceano Pacífico;

— 1772/1775 — Sir James Cook, com o barco "Resolution", faz a circunavegação do Continente, atingindo a latitude de 71°10'S;

— 1819 — Fabian Thaddeus von Bellingshausen, da Rússia, atinge as primeiras terras abaixo do Círculo Polar Antártico;

— 1820 — Edward Bransfield, do Reino Unido, atinge a Ilha de Pedro I;

— 1839 — Charles Wilkes, dos Estados Unidos da América, atinge a Terra de Wilkes, na Grande Antártica;

— 1840/1842 — Dumont d'Urville, França, atinge a Terra de Adelié e o Mar de Ross (78°10'S);

— 1840/1842 — James Clark Ross, do Reino Unido, atinge a Terra de Adelié e o Mar de Ross (78°10'S);

— 1882/1883 — I Ano Polar Internacional, com a participação de doze países;

— 1882 — Participação do Brasil nas observações sobre a passagem de Vênus pelo Disco Solar, com a Corveta "Pamahyba", comandada pelo Comandante Luís Philippe Saldanha da Gama, tendo como pesquisador o Dr. Luís Cruls, diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro.

Tal fato teve um dado interessante: o Imperador D. Pedro II solicitou ao Parlamento a liberação de recursos para a expedição, mas teve sua solicitação recusada. Em vista disso, financiou com seus próprios meios financeiros o empreendimento.

— 1897 — Gerlache, da Bélgica, comanda a 1ª Expedição que passou o inverno na Antártica.

— 1911 — Roald Amundsen, da Noruega, atinge o Pólo Sul Geográfico;

— 1928 — Richard Byrd, dos Estados Unidos, realiza a primeira viagem aérea sobrevoando o Pólo Sul em 1929.

— Julho de 1957 a dezembro de 1958 — Realização do "Ano Geofísico Internacional para Antártica", com estudo das seguintes áreas: Ciências da Terra, Oceanografia, Meteorologia, Física da Alta Atmosfera e Glaciologia.

Desse empreendimento participaram os seguintes países: Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, Estados Unidos da América, França, Japão, Nova Zelândia, Noruega, África do Sul, Reino Unido da Grã-Bretanha e União Soviética.

O Brasil não teve participação, no Ano Geofísico Internacional, em solo antártico. Entretanto, através do Navio Oceanográfico "Saldanha da Gama", levou a efeito importantes pesquisas marítimas, tais como: fenômeno das marés; o problema do encontro das camadas de água fria do Sul com as de água tépida; as correntes superpostas que caminham do Pólo Sul em direção ao Norte do País, a pressão, a temperatura e a salinidade das águas, e, finalmente, equipamos a Ilha da

Trindade com as instalações necessárias a um posto oceanográfico.

Certamente influiu na participação em menor escala, em relação aos demais países, o fato de o Brasil estar voltado, na época, para a sua interiorização, e inclusive a mudança da Capital Federal para Brasília.

— 1959 — Elaboração do Tratado da Antártica, em Washington, com a participação dos países que se integraram ao Ano Geofísico Internacional, há pouco citados.

Nosso País levou a efeito as necessárias gestões diplomáticas com o objetivo de também participar da elaboração do Tratado. Foi recusada tal participação, principalmente pelos Estados Unidos. Causou estranheza, na época, e o Brasil enviou Nota ao Governo de Washington, a 30 de julho de 1958, exprimindo a sua não concordância com os critérios de seleção dos países que tomariam parte na reunião; reclamou o direito de opinar sobre a Antártica; afirmou não se sentir obrigado por nenhuma deliberação que viesse a ser tomada à sua revelia, com respeito à Antártica; salientou a importância estratégica da Antártica para a defesa continental, o que determinara a inclusão do setor americano do território antártico na zona descrita pelo Artigo 4º do Tratado de Assistência Recíproca, pelo que não se poderia excluir da conferência um país da importância do Brasil. Finalmente, declarou, peremptoriamente, que, desatendidas que fossem suas ponderações, se reservava o direito de livre acesso à Antártica, assim como o de apresentar as reivindicações que pudessem vir a julgar necessárias.

— 23 de junho de 1961 — Início da vigência do Tratado da Antártica, por 30 anos;

### O Brasil na Antártica

Particularizando a cronologia, no tocante às ações brasileiras em relação à Antártica, temos:

— 1882 — O Capitão-de-Fragata Luís Philippe Saldanha da Gama e o Dr. Luís Cruls, a bordo da Corveta "Pamahyba", fazem observações, a 6 de dezembro de 1882, da passagem de Vênus pelo Disco Solar;

— 1975 — Adesão do Brasil ao Tratado da Antártica, tendo a sua promulgação pelo Decreto nº 75.963;

— 1982 — O Presidente da República cria a Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR), com a finalidade de assessorar o Presidente da República na formulação e na consecução de uma Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR), através do Decreto nº 86.829, de 12-1-82;

A CONANTAR é presidida pelo Ministro das Relações Exteriores e composta pelos seguintes ministérios e órgãos: Marinha, Exército, Relações Exteriores, Agricultura, Aeronáutica, Minas e Energia, Planejamento, Conselho de Segurança Nacional, Estado-Maior das Forças Armadas e Ciência e Tecnologia;

— 1982 — Pelo Decreto nº 86.830, de 12-1-82, o Presidente da República atribui à Comissão Interministerial para os recursos do mar (CIRM), a elaboração do Projeto do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), o qual foi aprovado na 51ª Sessão Ordinária da CIRM, em 21-10-82;

— 1982/1983 — Primeira Expedição Antártica Brasileira;

— 1983 — A 12 de setembro, o Brasil foi admitido como Membro Consultivo ao Tratado da Antártica, durante a V Assembléia Consultiva Especial do Tratado, realizada em Camberra (Austrália);

— 1984 — Segunda Expedição Antártica Brasileira;

— 1984 — A 6 de fevereiro, foi inaugurada oficialmente a Estação Antártica Comandante Ferraz, localizada na Península Keller, Baía do Almirantado, Ilha do Rei Jorge, Arquipélago das Shetland do Sul, na posição 62°5' de latitude sul e 058°23' de longitude oeste, com 8 módulos e capacidade para 12 pessoas.

A denominação da Estação é uma homenagem ao Comandante Luiz Antonio de Carvalho Ferraz, já falecido, que teve relevante participação no PROANTAR.

— 1984 — instituição, a 14 de março, do Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas (CNP/A), pelo Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);

— 1984 — a 1º de outubro, o Brasil aderiu, como membro efetivo, ao Scientific Committee On Antarctic Research (SCAR), durante a XVIII Assembléia, em Bremerhaven (RFA);

— 1984/1985 — Terceira Expedição Antártica Brasileira;

— 1985/1986 — Quarta Expedição Antártica Brasileira;

Ao todo, o Brasil já realizou duas expedições de inverno e quatro de verão. A quinta está prevista para março deste ano.

Em termos de meios flutuantes, o PROANTAR conta com as seguintes embarcações:

a) Navio de Apoio Oceanográfico "Barão de Teffé";

b) Navio Oceanográfico "Prof. W. Besnard", da USP;

c) Navio Oceanográfico "Almirante Câmara".

O "Almirante Câmara", recentemente adaptado pela Marinha, participará da Operação Antártica V, prevista para 1987. Através de recente convênio com a PETROBRÁS, a Empresa fará instalar a bordo um moderno sistema sísmico multinacional, habilitando, também, o navio a efetuar medidas gravimétricas e magnetométricas, pois normalmente, já vinha o mesmo, sendo empregado no apoio ao Programa de Geologia e Geofísica Marinha (PGGM).

Além disso, está projetada a construção, em estaleiro nacional, do Navio Polar Brasileiro, a ser dotado de sistema de prospecção sísmica, com equipamentos apropriados à coleta e análise de dados nos seguintes campos de pesquisa: sísmica, gravimetria, magnetometria, oceanografia, meteorologia e hidrografia.

Como já ressaltai anteriormente, a História da conquista da Antártica pelo Brasil confunde-se com a História da Marinha Brasileira. Trata-se de um trabalho gigantesco, pontilhado de riscos e sacrifícios.

Em 1882, a Marinha fazia-se presente, através da Corveta "Pamahyba", sob o comando de Saldanha da Gama, empreendendo observações científicas em solo subantártico;

Em 1958, através da Marinha, o Brasil realizou importantes pesquisas oceanográficas de interesse para o Continente Antártico;

E, nos dias atuais, é responsável pelo apoio logístico a toda a comunidade científica brasileira

que desenvolve suas pesquisas no sexto Continente.

Para que se tenha uma idéia da magnitude do trabalho executado pela Marinha, vejamos as atribuições do PROANTAR, que deve contribuir para a consecução dos seguintes objetivos principais da Política Nacional para os Assuntos Antárticos (POLANTAR):

— marcar a presença brasileira na região antártica, demonstrando à comunidade internacional o firme interesse do Brasil naquela região;

— possibilitar a participação do Brasil em todos os benefícios resultantes das atividades realizadas na região antártica, especialmente aqueles que poderão ser proporcionados pelo aproveitamento dos recursos naturais da área;

— criar condições para a plena participação do Brasil no mecanismo decisório do Tratado da Antártica, bem como outros organismos e reuniões internacionais em temas antárticos;

— incentivar a formação e o aperfeiçoamento, no País, de pessoal especializado em assuntos antárticos;

— adquirir tecnologia a respeito das condições fisiográficas e ambientais do continente antártico e de sua área marítima adjacente; e

— obter dados técnicos e científicos, em particular, sobre os fenômenos cuja influência se faça sentir na costa ou no Território brasileiro.

### Aspectos Econômicos

A História tem nos mostrado que a força motriz que impulsiona o homem em suas mais diversas atividades é a realização econômica.

O interesse despertado pelo Continente Antártico não foge a essa premissa, embora, obviamente, a curiosidade científica esteja presente.

Exemplificando, cumpre relembrar que as primeiras reivindicações de terras pela Noruega originaram-se das viagens promovidas por grandes sociedades comerciais, no Século XIX, objetivando proteger a sua indústria baleeira contra imposições inglesas e proibições francesas.

Nos dias atuais, também, o espaço cósmico é visto apenas como campo de experimentação científica, através de viagens interplanetárias. Nada impede, porém, que no futuro o resultado de tais pesquisas venha a ser utilizado com objetivos econômicos. Esta tem sido a tendência dos feitos humanos, através da História.

Os dados disponíveis a respeito das potencialidades econômicas da antártida, naturalmente, são fruto de pesquisas levadas a efeito na área, mas sabe-se que nem todos os países divulgam seus resultados com a transparência preconizada pelo Tratado de Washington.

Entretanto, é possível delinear-se um painel sobre o que representa a Antártica em termos de recursos renováveis e não-renováveis. Tais dados são importantes porque enfatizam a necessidade de o Brasil empenhar-se firmemente no sentido de impor-se como legítimo aspirante a uma parte daquele Continente, caso venha a prevalecer a tese da nacionalização, de que falaremos mais adiante. E justificam, também, a relação custo/resultado, para aqueles que não concordam com o emprego de verbas no Programa Antártico.

Como recursos renováveis, podemos citar:

— a baleia, importante fonte de alimento e de óleo empregado na iluminação. Desastrosamente, o homem já deixou sua marca destruidora

no Continente. A baleia tem sua sobrevivência ameaçada, seja pela exploração indiscriminada e predatória da caça desse mamífero, seja pela industrialização em larga escala do Krill, sua fonte natural de alimento, comprometendo, desta forma, o ecossistema da região;

— o cachalote, que, embora não sendo aproveitado integralmente como a baleia, possui importância econômica na fabricação de perfumes, velas e lubrificantes;

— as focas, fornecedoras de peles para vestuário;

— as algas, exploráveis no campo das indústrias alimentícias, químicas e farmacêuticas;

— O "Krill", existente em grande abundância, que pode ser fonte de proteínas para consumo humano e animal. O crustáceo vem sendo apanhado, em massa, por países como a Polônia, Chile, Formosa, Coreia do Sul e União Soviética;

— os peixes, também abundantes, como fonte de alimentação humana.

A denominação de recursos "renováveis" só será cabível se houver uma política séria de exploração criteriosa, que consiga, ao mesmo tempo, garantir à natureza a manutenção do seu ciclo vital e fornecer ao homem o necessário à sua sobrevivência.

O Brasil, na qualidade de aderente ao Tratado da Antártica e parte do seu Conselho Consultivo, precisa ficar atento a este problema, demonstrando suas preocupações com a preservação ecológica da região.

Em matéria de recursos não-renováveis, a Antártida muito promete.

Lamentavelmente, talvez seja tal potencialidade a maior ameaça à paz do Continente gelado.

Além disso, é importante observar-se que, sendo a exploração desses recursos muito difícil, e que exige avançada tecnologia, os países mais ricos têm tido maiores oportunidades nesse aspecto.

Esperamos que a humanidade consiga, após 1991, quando deixará de vigorar o Tratado Antártico, resolver de modo pacífico o problema da ocupação territorial, ou quem sabe até, decidir pela não exploração, preservando o Continente como "espaço internacional".

Já foi constatada a existência de mais de duzentos tipos de minerais, alguns de elevado valor econômico e estratégico, como, por exemplo:

— urânio — já foram comprovadas jazidas próximas à base japonesa de Shwa;

— manganês, já detectado no setor que se defronta com o litoral brasileiro;

— petróleo — pesquisas científicas já confirmaram a grande possibilidade de sua existência, tanto na Península Antártica como na Antártica Ocidental;

— carvão — já foram localizados extensos depósitos desse mineral, presumíveis como dos maiores do Globo;

— metano e etano — através de perfuração de poços, a uma profundidade de 150 a 200 metros, foram encontrados tais hidrocarburetos;

— minério de ferro e mica — também já foram constatados em grande quantidade.

Como disse há pouco, são quase duzentos tipos de minerais. A cada dia, as pesquisas vão revelando as peculiaridades desse fantástico tesouro escondido pelo gelo.

Até mesmo o próprio gelo afigura-se como passível de exploração. Estudos já indicaram a viabilidade



dade econômica de serem rebocados "icebergs" da Antártica para regiões carentes de água, como é o caso do Nordeste brasileiro.

Não se pode descartar também, a potencialidade turística da região, atividade modernamente chamada de "indústria sem chaminés", por se tratar de importante fonte de divisas para o País.

Aliás, a Antártida já conta com alguma atividade turística. Para chegar lá, basta comprar um pacote turístico em Punta Arenas, no Sul do Chile, que propicia, ao preço de US\$60, três noites num dos 80 leitos do Hotel Estrela Polar, na base chilena de Rodolfo Marsh, durante o verão.

Uma das estações norte-americanas conta até com "shopping center" para os seus mais de mil habitantes permanentes.

É importante salientar, Sr. Presidente, que a difusão das pesquisas científicas não vem ocorrendo com a transparência que todos desejaríamos, por parte de todos os países, e como o Tratado estabelece. Mas volto a insistir na tese de que a mola mestra que motiva as mais diferentes nações a estudar as peculiaridades da região não é unicamente a curiosidade científica.

Como já afirmei, a motivação econômica sempre norteou a maioria das ações humanas, e neste aspecto, as nações mais desenvolvidas tecnologicamente gozam de indiscutível vantagem sobre as demais. Por outro lado, o Brasil, só tardiamente, tornou consciência efetiva da necessidade de fazer-se presente em solo antártico.

Urge, pois, que recuperemos o tempo perdido.

Espelhados no exemplo de nossos antepassados, que, heroicamente, expandiram nosso território para o oeste, é preciso que olhemos agora para o sul, muito além do que nossas vistas alcançam, e plantemos a semente do que poderá vir a ser, num futuro não muito distante, um território a mais que legaremos às gerações vindouras.

Porque em 1991, certamente, pesarão nas discussões para resolver os destinos da Antártica os 100 mil quilômetros cúbicos de carvão, as reservas na ordem de 45 bilhões de barris de petróleo e os 115 trilhões de pés cúbicos de gás natural que jazem no sexto continente.

E tudo isso interessa muito ao Brasil.

### Aspectos Jurídicos e Geopolíticos

Sr. Presidente, Srs. Senadores. A matéria que estou enfocando ante V. Exs. reveste-se de enorme importância para o Brasil.

A vigência do Tratado da Antártica cessará em 1991, e o tempo, inexorável, não perdoa aqueles que não sabem fazer a sua hora.

A história nos oferece copiosos exemplos disso.

Por ora, o Tratado tem permitido a existência de um razoável consenso entre os países postuladores de direitos naquele continente, limitando suas ações meramente ao campo científico e colocando o extremo-sul do globo a salvo de procedimentos que causem riscos não só à sua integridade física, mas a de todos os países que a ele se avizinham. É o caso, por exemplo, de experiências atômicas.

Mas a grande interrogação que coloco é se, findo o prazo de trinta anos preconizados para a vigência do Tratado, continuarão prevalecendo soluções consensuais para a ocupação efetiva daquele continente.

Propositadamente, inseri neste pronunciamento, com grande ênfase, os aspectos fisiográficos e econômicos do continente antártico. Tais aspectos evidenciam claramente que nem só de gelo se constitui a Antártica. Quis a natureza que lá se acumulassem riquezas incalculáveis, durante milênios. A cobiça humana, que ao longo da história tem-nos dado mostras de seu enorme potencial de lesividade, esmaecerá desta vez e cederá lugar à concórdia ou ao consenso, união dos povos com vistas à preservação daquele santuário ecológico?

Prevalecerá a corrente dos que creem que a Antártica será internacionalizada e continuará sendo apenas um vastíssimo laboratório natural e que, portanto, devem ser inibidas quaisquer pretensões de exploração, protegendo-a, para sempre, da sanha extrativista do homem com vistas à acumulação de território e riquezas?

Ou se concretizarão os temores de estudiosos do assunto, a partir da observação dos acontecimentos, de que o último decênio deste século será palco de acirrada disputa pela soberania sobre segmentos territoriais desse último pedaço do planeta a ser conquistado pelo homem?

A propósito, disse o Professor Vicente Marotta Rangel, eminente mestre de Direito Internacional Público e Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em recente simpósio realizado pela Câmara dos Deputados:

"Não há dúvida que o Tratado em si, apesar de ter congelado teses, não implicou a inexistência de conflitos armados..."

Não temos poderes para antever o futuro. Todavia, é possível presumir, com certeza e segurança, determinados acontecimentos vindouros, através do bom senso e das lições ditas pela história. A saga humana sobre a face da Terra, já ensejou muitos capítulos escritos às vezes com sangue e lágrimas.

Tudo o que diz respeito à Antártida interessa ao Brasil, seja no campo estratégico, seja no ecológico, seja no de exploração de riquezas naturais, dada a nossa proximidade geográfica.

Temos que manter viva a consciência da importância dos mares em todos os conflitos bélicos modernos. E que a vulnerabilidade do nosso País em termos marítimos é grande, levando-se em conta a extensão da costa. Além disso, as rotas marítimas internacionais passam, na grande maioria, pelo extremo-sul.

Gostaria, Sr. Presidente, de esposar a tese da internacionalização, ou seja, de alimentar a convicção de que a Antártida continuará sendo apenas campo de pesquisas científicas, aberto a todas as nações, irmanadas, fraternizadas, sem a preocupação de domínio, como hoje ocorre.

Entretanto, não nos tranquiliza por completo a maneira como vêm se desenrolando os acontecimentos em relação à Antártida.

Já em 1959, por ocasião da elaboração do Tratado, pelos doze países que tomaram tal iniciativa (Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, Estados Unidos da América, França, Japão, Nova Zelândia, Noruega, África do Sul, Reino Unido da Grã-Bretanha e União Soviética), o Brasil foi estranhamente repellido em suas pretensões de também sentar-se à mesa de negociações, particularmente pelos Estados Unidos, sob a alegação de que não havíamos participado do Ano Geofísico Internacional para a Antártida (1957). Ao lado do Bra-

sil, mais trinta e oito nações participaram do certame, mais viram-se impedidas, todas, de participar do seletto consórcio formado pelos doze países.

Com efeito, não nos fizemos presentes no Continente antártico por ocasião do Ano Geofísico. Estávamos, na época, preocupados com nossa interiorização e, inclusive, a mudança de nossa Capital. Ainda assim, tivemos participação indireta, pois o Navio Oceanográfico "Saldanha da Gama" levou a efeito importantes pesquisas marítimas, tais como: fenômenos das marés; o problema do encontro das camadas de água fria do Sul com as de água tépida; as correntes superpostas que caminham do Pólo Sul em direção ao Norte do País; a pressão, a temperatura e a salinidade das águas. Finalmente, equipamos a Ilha da Trindade com as instalações necessárias a um posto oceanográfico.

Causou estranheza, na época, a exclusão do Brasil. Doze nações, muitas delas situadas a enormes distâncias do Pólo Sul, reúnem-se, sentam-se à mesa de negociações, em Washington, e firmam um Tratado de importância vital para a Antártida, enquanto um País-Continente, que tem, nada mais, nada menos, que 9.000Km de costa marítima a sofrer as influências do mar glacial, possuidor do maior território da América do Sul, localizado próximo à Antártida, viu-se impedido de participar da Conferência.

O Tratado, que tem muitos méritos (e o maior, a meu ver, foi o "congelamento", por trinta anos, das pretensões territoriais), não inibe, entretanto, tais pretensões. Se não, vejamos:

"Artigo IV: Nada que se contenha no presente Tratado será interpretado como:

A) Renúncia, por qualquer das Partes Contratantes, de direitos previamente invocados ou pretensões de soberania territorial na Antártica; (Grifamos)

B) Renúncia ou diminuição, por qualquer das Partes Contratantes, a qualquer base de reivindicação da soberania territorial na Antártida, que nossa ter como resultado de suas atividades ou de seus nacionais, na Antártida, quer como por qualquer outra forma." (grifamos)

C) Prejuízo para a proposição de qualquer das Partes Contratantes, quanto ao reconhecimento ou não do direito de qualquer outro Estado, ou da reivindicação, ou base para reivindicação, quanto à soberania territorial na Antártida" (...) (grifamos).

Além disso, o Tratado estipula um mecanismo que faculta aos países interessados o direito de aderir ao mesmo, mas não de compor o seu Conselho Consultivo, de imediato, o que só se efetiva com a concordância dos países que o compõem, mediante a satisfação de certos requisitos. Ora, somente os países do Conselho Consultivo têm direito a voto e veto relativos às decisões que envolvam o Tratado.

O Brasil, a 30 de julho de 1958, enviou Nota ao Governo de Washington, exprimindo sua não concordância com os critérios de seleção dos países que tomariam parte na reunião; reclamou o direito de opinar sobre a Antártida; afirmou não se sentir obrigado por nenhuma deliberação que viesse a ser tomada à sua revelia, com respeito à Antártida; salientou a importância estratégica da Antártida para a defesa continental, o que determinara a inclusão do setor americano do território antártico na zona descrita pelo Artigo 4º do Tratado de Assistência Recíproca, pelo que não



se poderia excluir da conferência um país da importância do Brasil. Finalmente, declarou, peremptoriamente, que, desatendidas que fossem as suas ponderações, se reservava o direito de livre acesso à Antártida, assim como o de apresentar as reivindicações que pudesse vir a julgar necessárias.

A posição firme do Brasil foi uma semente plantada em solo fértil: em 1975, aderiu formalmente ao Tratado, e em 1983 foi integrado como membro do seu Conselho Consultivo.

Para que chegássemos a esta posição, entretanto, foram necessários vários passos importantes, entre eles:

— em 1982, a criação da CONANTAR (Comissão Nacional de Assuntos Antárticos);

— no mesmo ano, a criação do PROANTAR (Programa Antártico Brasileiro), integrado à CIRM (Comissão Interministerial para os Recursos do Mar);

— 1982/1983: a primeira Expedição Antártica Brasileira, a bordo do Navio "Barão de Teffé", ao mesmo tempo em que zarpava de Santos, São Paulo, o navio "Professor W. Besnard", do Instituto Oceanográfico da USP.

Como se observa pela cronologia, a expedição enviada pelo Brasil foi um passo decisivo para a nossa admissão como Membro do Conselho Consultivo do Tratado.

Após a primeira expedição, mais três já se realizaram (1984, 1984/1985 e 1985/1986), estando prevista para março deste ano o envio da 5ª expedição.

Atualmente, conta o Brasil com a Estação Antártica Comandante Ferraz (ESANCF), cujo nome é uma justa homenagem ao Comandante Luiz Antonio de Carvalho Ferraz, já falecido, que desempenhou um papel excepcional no desenvolvimento do PROANTAR, tendo permanecido na Antártida por longo período, bem antes do lançamento desse Programa.

A Estação conta hoje com geradores de eletricidade, estação de tratamento d'água, serviço de captação da água do mar para os laboratórios, estação meteorológica, dependência de vivências, uma estação de rádio para comunicações, oficinas mecânicas, carpintaria, laboratório de pesquisas, câmaras de congelamento para alimentos, veículos diversos e equipamentos médicos etc., instalados em 64 módulos.

Importante se faz ressaltar que o funcionamento da Estação deve-se ao pessoal da Marinha Brasileira, que lá opera, prestando um serviço inestimável valor ao País.

Assim sendo, Sr. Presidente, podemos estar certos de que, embora tardiamente, o Brasil está assegurando os seus direitos em solo antártico, e mister se faz que nossa presença cada vez mais se intensifique, a fim de que estejamos preparados para os desdobramentos que venham a ocorrer, após 1991, quando expira a vigência do Tratado.

Um dado que pode pronunciar conflitos de interesses na área: a cada dia que passa, mais países voltam sua atenção para a Antártida. O Tratado, que foi assinado por 12 países, conta hoje com 37, sendo 18 do Conselho Consultivo e 17 aderentes.

Procurei demonstrar, claramente, que a Antártica, embora inóspita e pouco conhecida, é um depósito de incalculáveis riquezas e possui expressivo valor estratégico, seja porque a região

envolve rotas marítimas e aéreas mundiais, seja pelo perigo que representa a moderna "guerra meteorológica", pois, na hipótese de um conflito bélico, caso o inimigo consiga alterar a temperatura polar, sofreremos de imediato os efeitos em nossas condições climáticas e atmosféricas.

A Antártica, está fadada a se constituir em pedra angular de nossos destinos, graças à sua importância como base de alerta, interceptação e partida em qualquer emergência que venha a afetar a defesa do Atlântico-Sul.

Caso a tese da nacionalização prevaleça, diversos princípios poderão ser invocados pelos países interessados em garantir soberania na Antártica:

a) **O Princípio da Pesquisa Científica**, que, por sinal, dominou a África. Deverá ser invocado pelos países que, através de expedições ou de instalação de bases permanentes, marcam sua presença na área;

b) **O Princípio da Descoberta**, que dará margem a grande polêmica, pois é invocado por ingleses, franceses, australianos, neozelandeses, noruegueses e russos.

Estranhamente, pouco se fala das viagens marítimas portuguesas, cuja documentação faz numerosa referência às navegações lusas pelo extremo-sul. Levando-se em conta que a nossa Independência tomou-nos herdeiros dos direitos de Portugal na América, nada impede que o Brasil invoque, também, este Princípio;

c) **O Princípio da Proximidade Geográfica**, que, fatalmente, motivará os países sul-americanos;

d) **O Princípio da Segurança**. Os interesses do Brasil em relação à Antártica, no tocante à segurança, são vitais, devido à proximidade geográfica. Diz respeito ao nosso território praticamente tudo o que venha a ser feito na Antártica.

Baseando-se na Teoria do Heartland, de MacKindir, o Almirante Dufek, Comandante estadunidense da "Operação Deep-freeze", na Antártica, afirmou:

"Quem dominar os pólos, dominará o mundo."

Suponha-se que, cessado o Tratado, venha aquela região a ser utilizada para experiências atômicas ou como depósito de lixo atômico. Quais seriam as consequências para o Brasil?

Nossa presença na calota polar, com bases fixas e permanentes, é uma imposição fundamental de segurança, previsto até pelo TIAR (Tratado Inter-Americano de Assistência Recíproca), que reconheceu a existência legal de uma Antártica Americana;

e) **O Princípio de Exploração Econômica**. As atividades de exploração é exploração do solo antártico são inexpressivas, mas o mesmo não se pode dizer do aproveitamento dos recursos do mar. Países como a União Soviética, que industrializam o "krill", certamente invocarão este princípio. Seria, por isso, aconselhável que o Brasil iniciasse, desde já, prospecções de petróleo e gás natural, por exemplo, nos mares antárticos;

f) **O Princípio da Defrontação**. Este, provavelmente, é o argumento mais substancial de que dispõe o Brasil para exigir numa fatia do território antártico, o mesmo ocorrendo com o Equador, o Peru, o Chile, a Argentina e o Uruguai. Vindo a ser este Princípio adotado, o Brasil faria jus a um setor compreendido entre os meridianos das Ilhas de Martins Vaz e o do Barra do Arroio Chuí, ou seja, entre os meridianos de 28°=50°32' W

e 53°=22°27' W de Greenwich, o que corresponderia a, aproximadamente, 500.000 km de superfície.

Trata-se de uma adaptação do "Princípio dos Setores Polares", idealizado pelo Senador canadense Pascal Poirier, em 1907, para resolver o problema da ocupação dos territórios ao Norte do Círculo Polar Ártico. A aplicação de tal tese beneficiou a União Soviética, o Canadá e a Noruega.

Há que ressaltar, entretanto, uma diferença fundamental na divisão dos dois pólos. A divisão do Ártico concretizou-se com menos dificuldade, pois o Círculo Polar Ártico passa pelo Canadá, pelo Alasca, pela União Soviética, pela Noruega, pela Finlândia e pela Groenlândia, ao passo que o Círculo Polar Antártico passa pela Península Antártica, não atravessando nenhum país, estando totalmente isolado pelas águas oceânicas.

Pelo Princípio da Defrontação, mais da metade do Continente Antártico caberia aos países não localizados na América do Sul. Mesmo assim, a aceitação desse Princípio por todos os países é improvável, porque se presume que determinadas áreas do Continente despertem maior interesse do que outras, motivado por diversos fatores: potencial econômico, condições mais adequadas à sobrevivência humana, características climáticas e atmosféricas menos hostis e maior acessibilidade marítima.

Um fato ilustrativo desse raciocínio: em apenas 5.000 km da Ilha do Rei Jorge, dada a sua privilegiada situação geográfica, alojam-se, entre outras, bases do Chile, da União Soviética, Argentina, Uruguai, Polônia e do Brasil.

Se levarmos em consideração que a vida permanente do ser humano na Antártica é muito difícil, a descoberta, é natural a suposição de que os países interessados em ocupar o território reivindiquem setores cujas características ambientais apresentem-se menos agressivas.

A grande indagação que suscita o problema é se, após o término da vigência do Tratado, que congelou as pretensões territoriais, prevalecer a corrente dos que pretendem dividir a Antártica por setores nacionais, qual será o denominador comum a ser aceito por todos os signatários para resolver pacificamente o problema?

É interessante observar que o Brasil poderá invocar todos os Princípios citados, bastando para isso que desenvolva algum tipo de exploração econômica, para adequar-se a este Princípio, já que, quanto aos demais, poderão ser invocados com forte argumentação.

Não será, como se vê, um problema de solução fácil. Talvez tão difícil que surja outra alternativa: a exploração econômica do Continente pelos países signatários do Tratado, sob a forma de "consórcio", mediante regras bem definidas. Nesta hipótese, há dois fatores a considerar:

1ª — Poderia haver uma reação por parte dos países não signatários, alegando não reconhecer o Tratado como o instrumento legítimo para resolver a questão.

2ª — A exploração econômica do Continente traria que tipos de consequências para o Brasil, em termos de ecologia, condições climáticas, etc.? Esta indagação poderia ser respondida pela comunidade científica que se dedica a pesquisar a região.

Juridicamente, em termos de Direito Internacional, o Continente Antártico encontra-se, hoje,

em situação paralela aos outros quatro "espaços internacionais" existentes:

a) os fundos oceânicos;  
b) o alto-mar;  
c) o espaço aéreo superjacente ao alto-mar;  
d) o espaço cósmico, ou extra-atmosférico, sobre os quais não pode ser exercida soberania por nenhum país. A situação da Antártica, porém, é peculiar, porque se encontra sob um Tratado que envolve os países signatários, não podendo, portanto, ser denominado **res communis** de toda a humanidade. Ainda assim, entretanto, o Tratado põe-na a salvo de pretensões territoriais, ao menos por enquanto.

Observa-se, assim, que a maior parte da superfície do planeta é considerada "espaço internacional".

O Continente Antártico, preservado nessa condição pelo Tratado de Washington, poderá, ao término de sua vigência, perder tal condição, caso prevaleça a tese de sua divisão territorial. Creio que, para a humanidade como um todo, não seria, evidentemente, uma conquista.

Como vêem, Sr. Presidente e Srs. Senadores, este pronunciamento contém muitas indagações. E as respostas definitivas só com o tempo virão.

A natureza humana é mutável — esse é um fato inerente à nossa condição.

Mudam também os governos e as gerações, se sucedem; mudam as circunstâncias de cada momento histórico, e são tais circunstâncias que impelem o homem às suas ações, pacíficas ou bélicas, fraternas ou genocidas. Podemos comprovar tal assertiva ao constatarmos a fragilidade jurídica que tem caracterizado os Acordos e Tratados internacionais. O homem, em sua evolução, já conseguiu construir ordenamentos jurídicos relativamente sólidos, dentro das fronteiras de cada nação. Quando se trata, todavia, de estabelecer direitos e deveres a nível internacional a eficácia dos Estudos Jurídicos é discutível, ficando muitas vezes ao sabor das tendências do momento.

E nesta quadra da História da humanidade, com que circunstâncias nos deparamos? Bem sabemos: o homem procura aferrar-se a cada palmo de território, porque o mundo hodierno, dadas as suas peculiaridades, é carente e sedento de todas as matérias-primas que o planeta possa oferecer, sejam minerais, vegetais ou animais.

O episódio das Malvinas, tão recente, aí está para comprovar este fato. A posse de um arquipélago, à primeira vista inexpressivo, suscitou ferrenho conflito bélico entre a Argentina e a Inglaterra.

Vale recordar também que o Deserto do Saara, visto em outros tempos como solitário depósito de areia, hoje enriquece os países africanos com o seu petróleo e outros produtos do seu subsolo.

Preocupa-nos, também, a maneira como o homem vem exaurindo o planeta de suas reservas, de tal forma assustadora, que me indago sobre o que é reservado às gerações futuras, que herdarão um mundo cada vez mais devasso e com o equilíbrio ecológico comprometido.

É imbuído dessas preocupações que venho hoje à Tribuna desta Casa, solicitando a honrosa atenção de Vossas Excelências para um problema que merece ser colocado em pé de igualdade com outros tantos que desafiam a Nação brasileira, mas que nem por isso a abatem, porque temos a certeza de que merecemos, podemos e teremos um futuro à altura de nossas mais caras aspirações.

É notório o fato de que o Brasil atravessa uma das piores e mais multifacetadas crises de sua História.

Devido a tal realidade, é possível que se levantem vozes contrárias ao dispêndio de recursos financeiros num empreendimento cujos resultados não são esperados a curto prazo. Além disso, possuímos um imenso território, ainda não totalmente ocupado.

A este respeito, cumpre relembrar o episódio da compra do Alasca pelos Estados Unidos, no século passado, transação que foi alvo de duras críticas, veiculadas na imprensa americana, alegando que o país estava adquirindo geleiras. Hoje, a realidade prova o contrário, pois o Alasca é uma fonte de riqueza para os americanos.

Vale demonstrar, a propósito, que o Programa Antártico Brasileiro, pelos resultados que poderá colher, não tem representado um custo exagerado. Em 1985 (seu terceiro ano de orçamento próprio), os custos foram de Cz\$ 12.888.974,99, assim distribuídos: (Valores em Cruzados)

— Ciências da Atmosfera .....	873.381,68
— Ciências da Terra .....	790.850,00
— Ciências da Vida .....	611.057,75
— Educação Permanente .....	142.315,78
— Logística .....	10.471.369,78

Mesmo não sendo alto, o orçamento do Programa Antártico já foi objeto de cortes, tendo necessitado, inclusive, de recorrer a doações.

Em vista destes fatos, seria importante que o Congresso Nacional ficasse atento ao problema. Cito, com satisfação, o simpósio realizado em 1983, pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, sob a presidência do ilustre Deputado Diogo Normura. Além disso, pronunciou o então Deputado Eurípedes Cardoso de Menezes um discurso, em 1970, sobre o problema Antártico, que muito contribuiu para a divulgação de tão relevante assunto. Posteriormente, o ilustre Deputado publicou um livro, que se acha citado na bibliografia deste trabalho.

É preciso que mais iniciativas como essas sejam estimuladas, a fim de que possa cristalizar-se uma consciência nítida sobre o problema.

Seria profundamente lamentável se perdéssemos nossa condição de representante nas reuniões do Trabalho da Antártica, devido a uma eventual desativação do PROANTAR, pois o Artigo IX do Tratado condiciona ao interesse permanente o direito de designar representantes às reuniões convocadas pelos demais países membros:

"(...) 2. Cada Parte Contratante que se tiver tornado membro deste Tratado por adesão, de acordo com o Artigo XIII, estará habilitada a designar representantes para comparecerem às reuniões referidas no § 1º do presente Artigo, durante todo o tempo em que a referida Parte Contratante demonstrar seu interesse pela Antártida, pela promoção ali de substancial atividade de pesquisa científica, tal como o estabelecimento de estação científica ou o envio de expedição científica." (Grifamos).

Neste aspecto, um fato auspicioso que vale registrar: houve um aumento substancial da dotação orçamentária destinada ao PROANTAR, para 1987. No corrente exercício, o Orçamento da União destinou ao programa um total de Cz\$ 260.000.000,00 assim distribuídos:

— Apoio logístico .....	Cz\$ 182.000.000,00
— Pesquisa Científica .....	Cz\$ 78.000.000,00

Mister se faz ressaltar, também, o apoio que o PROANTAR tem recebido do empresariado nacional, apoio este, inclusive, que possibilitou a realização plena da OPERAÇÃO ANTÁRTICA IV, através da doação de bens diversos e da quantia aproximada de Cz\$ 4.200.000,00.

### Conclusão

Sr. Presidente, Srs. Senadores. Após analisar detidamente os aspectos fisiográficos, históricos, econômicos, jurídicos e geopolíticos atinentes ao Continente Antártico, passo, agora, a sintetizar minhas conclusões a respeito do assunto.

1. Como foi demonstrado, o Continente Antártico apresenta grande potencialidade em termos de recursos minerais e animais, muitos ainda não desvendados. Sua configuração geográfica difere do Ártico, pois este se constitui numa imensa massa de gelo flutuante, ao passo que a Antártica é formada por terras cobertas de gelo, terras que, conforme abalizadas teorias científicas, já estiveram ligadas ao continente americano.

2. O Continente Antártico, seja qual for a natureza de sua utilização futura, interessa profundamente ao Brasil, por diversos aspectos:

- a) a proximidade geográfica;
- b) influência exercida sobre o nosso clima, nossas condições atmosféricas e nossa costa marítima;
- c) a importância estratégica em relação à nossa segurança terrestre, aérea e marítima;
- d) a potencialidade de exploração econômica de seus recursos renováveis e não-renováveis poderá representar, futuramente, uma fonte importante de matérias-primas, tão necessárias ao nosso desenvolvimento;
- e) a importância no campo das pesquisas científicas, sobretudo para as nossas universidades.

3. Creio que a política brasileira para a Antártica deve apoiar-se em três princípios básicos:

a) manutenção, ampliação e intensificação, cada vez maior, de nossa presença no continente, seja através da permanência de equipes de pesquisadores, como já ocorre atualmente, através do indispensável apoio da Marinha e da Força Aérea brasileiras, seja pelo envio continuado de expedições científicas à Antártica;

b) intensa ação diplomática, através do Ministério das Relações Exteriores, no sentido de que o Brasil se mantenha sintonizado e a par das tendências mundiais quanto à destinação do Continente Antártico, após 1991, quando cessará a vigência do Tratado de Washington;

O Artigo XII do Tratado prevê que qualquer das Partes Contratantes poderá requerer a realização de uma conferência para rever o funcionamento do mesmo, após decorridos trinta anos de sua vigência (isto é, 1991).

A meu ver, a representação brasileira que comparecerá a essa conferência já deverá possuir uma posição razoavelmente delineada sobre o problema, fruto da observação das tendências internacionais a que me referi. Até 1991, uma das duas tendências existentes (universalização ou nacionalização) certamente já apresentará contornos nítidos e indícios de predominância.

Aliás, é perfeitamente válido que ao Brasil interesse firmar uma posição em defesa da manu-

tenção da Antártica como patrimônio comum da humanidade, utilizável apenas para fins científicos, tendo em vista que, a prevalecer a tese da divisão territorial pelos países reivindicantes, haverá uma intensa exploração dos recursos naturais da área, com sérios reflexos ecológicos para o nosso País.

Nossa posição deverá ser tomada com base nas observações científicas que estão sendo levadas a efeito pelos nossos cientistas na Antártica.

O meu entendimento, hoje — e quero ressaltar que as posições políticas são mutáveis, dado o dinamismo dos fatos, sempre em evolução —, tende a indicar que o melhor para o Brasil, possuidor de imenso território, ainda não totalmente ocupado, seria que, em 1991, as nações aderentes ao Tratado convergissem para um ponto: a prorrogação do prazo de internacionalização, se possível pelo mesmo período pactuado (trinta anos).

Afirmo isso consciente de que, caso ocorra a predominância da posição oposta, ou seja, a divisão territorial, haverá uma exploração intensa dos recursos naturais da região, com conseqüências imprevisíveis para o Brasil.

Atualmente, o Continente Austral constitui o quinto espaço internacional, livre portanto da soberania de qualquer nação e de uso comum, ao lado dos fundos oceânicos, do alto-mar, do espaço aéreo a ele superjacente e do espaço cósmico (ou extra-atmosférico).

Com a eventual divisão territorial da Antártica, tais espaços internacionais reduzir-se-iam a quatro, o que, para a humanidade como um todo, não seria uma conquista, obviamente.

c) máximo estímulo, por parte do Governo federal, ao debate do assunto nos meios escolares, sobretudo nas universidades, e através da imprensa, visando a uma tomada de consciência nacional a respeito do problema.

Há necessidade de que seja estimulado também o aprofundamento do Direito Internacional, ensejando a formulação de doutrinas aplicáveis à Antártica, porque o problema de sua ocupação apresenta peculiaridades próprias, as quais suscitarão muitas polêmicas, futuramente.

Acredito que, executando as três linhas de ação abordadas, o Brasil estará no caminho certo, e, seja qual for a decisão da Conferência que decidirá os destinos do continente, poderemos ter a certeza de não nos termos omitido em relação a um problema que interessa, muito especialmente, às gerações futuras.

4. É previsível que alguns setores da sociedade (e isso já ocorreu) levarem uma discussão a respeito da exploração de um continente praticamente desconhecido, quando ainda enfrentamos problemas crônicos dentro de nosso território (não totalmente ocupado, na verdade), como saúde, educação, moradia e outros tantos.

Essa polêmica é, realmente, muito séria, mas creio que reforça ainda mais o que disse há pouco, quanto à necessidade de estímulo ao debate em todas as camadas da sociedade, visando a uma tomada de consciência. Sobretudo, faz-se mister que o Congresso Nacional amadureça uma posição consensual a respeito, e creio que este meu pronunciamento pode contribuir para isso.

Já tive oportunidade de demonstrar, há pouco, que os custos do Programa Antártico não são tão altos como alguns possam presumir, principalmente se levarmos em conta os resultados que prometem.

É preciso que não nos esqueçamos de que é condição essencial, para que o Brasil continue tendo voz ativa no Conselho Consultivo do Tratado da Antártica, a demonstração de interesse científico pela região, sob o risco de perdermos tais direitos, conforme preconiza o § 2º do seu Artigo IX.

Trata-se, evidentemente, de um custo social que é necessário assumir, embora conscientes dos graves problemas econômicos que atravessamos. A história da conquista e da consolidação do nosso imenso território demonstra que nossos antepassados tiveram uma posição muito lúcida a respeito, e creio que as gerações vindouras não nos perdoarão uma eventual omissão em relação à Antártica.

Finalizando, rendo, mais uma vez, minha homenagem à nossa Marinha de Guerra e a toda a

comunidade científica pelo trabalho histórico e patriótico que estão realizando em prol do Brasil, sem deixar de registrar igualmente o apoio expressivo que a Força Aérea Brasileira empresta ao projeto.

#### ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 18, de 1987

**Transforma cargos vagos de Agente de Portaria do Quadro Permanente em cargos de Taquígrafo Legislativo do Quadro Permanente, fixa a lotação ideal da Categoria de Taquígrafo Legislativo e dá outras providências.**

Art. 1º A Categoria Funcional de Taquígrafo Legislativo, do Grupo — Atividades de Apoio Le-

#### A N E X O I

##### QUADRO PERMANENTE

##### GRUPO — ATIVIDADES DE APOIO LEGISLATIVO —

##### CATEGORIA FUNCIONAL — TAQUÍGRAFO LEGISLATIVO

LOTAÇÃO IDEAL = 83 CLAROS

Nº DE CARGOS = 72

CLASSE	Nº DE EMPREGOS	REFERÊNCIA
ESPECIAL	51	NS-25
		NS-24
	01	NS-23
	01	NS-22
"C"		NS-21
		NS-20
		NS-19
		NS-18
		NS-17
		NS-16
"B"		NS-15
		NS-14
		NS-13
		NS-12
"A"		NS-11
		NS-10
		NS-09
		NS-08
	19 (vagas) +	
	11 (claros)	NS-07

gislativo do Quadro Permanente do Senado Federal, passa a vigorar acrescida de 20 (vinte) claros de lotação, ficando a correspondente lotação ideal fixada 83 claros, na forma do Anexo I deste ato.

Art. 2º São transformados e remanejados para a Classe "A", Ref. NS-7, da Categoria de Taquígrafo Legislativo, do Quadro Permanente, 9 (nove) cargos vagos de Agente de Portaria, Classe "A", Ref. NM-1, do Quadro Permanente.

Art. 3º Os cargos de que trata o artigo anterior serão providos por candidatos habilitados em concurso público.

Art. 4º Fica a Subsecretaria da Administração de Pessoal autorizada a republicar o Quadro Permanente do Senado Federal de acordo com as alterações decorrentes deste ato.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação deste ato correrão à conta dos recursos orçamentários próprios do Senado Federal.

Art. 6º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão Diretora, 9 de abril de 1987.  
— **Humberto Lucena** — **Lourival Baptista** —  
**Jutahy Magalhães** — **Dirceu Carneiro** —  
**João Castelo**.

#### \* ATO DO PRESIDENTE Nº 89, de 1987

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, resolve nomear Albertina Chmielewski Ferreira para exercer o cargo em comissão de Diretora da Subsecretaria de Relações Públicas, Código SF-DAS-101.3 do Quadro Permanente do Senado Federal.

Senado Federal, 11 de março de 1987. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente do Senado Federal.

(\*) Republicado por haver saído com incorreções no DCN, Seção II, de 17-3-87.

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 111, de 1987

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº 2, de 1973, e revigorada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 1983, e de acordo com o disposto na Resolução nº 130, de 1980, e tendo em vista o que consta no Processo nº 005434/87-4, resolve:

Autorizar a contratação sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, do senhor Assú Guimarães, para o emprego de Assessor Técnico, com o salário mensal equivalente ao vencimento do cargo DAS-3, a partir de 18 de março de 1987, com lotação e exercício na Liderança do PDT.

Senado Federal, 9 de abril de 1987. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 112, de 1987

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38 e 97, inciso IV, do Regimento Interno, e de conformidade com a delegação da competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº 2 de 1973 e revigorada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 1983, e de acordo com o disposto na Resolução nº 130, de 1980, e tendo em vista o que consta no processo nº 005150/87-6, resolve:

Autorizar a contratação sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço do Senhor Arthur Azevedo Henning, para o emprego de Assessor Técnico, com o salário mensal equivalente ao vencimento do cargo DAS-3 a partir de 1º de março de 1987, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Chagas Rodrigues.

Senado Federal, 9 de abril de 1987. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 113, de 1987

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº 2, de 1973 e revigorada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 1983, e de acordo com o disposto na Resolução nº 130, de 1980, e tendo em vista o que consta no processo resolve:

Autorizar a contratação sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço da Senhora Ana Maria Barbosa de Leiros para o emprego de Assessor Técnico, com o salário equivalente ao vencimento do cargo de DAS-3, a partir de 1º de fevereiro de 1987, com lotação e exercício no Gabinete do Senhor Senador Lourenberg Nunes Rocha.

Senado Federal, 9 de abril de 1987. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 114, de 1987

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38 e 97, inciso IV, do Regimento Interno, e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta no Processo nº 005678/87-0 resolve declarar aposentado, compulsoriamente, a partir de 1º de abril de 1987 Benedito de Arruda Magalhães, Técnico Legislativo, Classe "Especial", Referência NS-25, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos dos artigos 101, inciso II, e 102, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 428, inciso I, § 1º, 433, 438 e 414, § 4º, da Resolução SF nº 58, de 1972, e artigo 2º, parágrafo único, da Resolução SF nº 358, de 1983, e artigo 3º da Resolução SF nº 13, de 1985, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

Senado Federal, 9 de abril de 1987. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 115, de 1987

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, resolve: nomear Denize Zaiden Santos Simão, Thais Helena Souza Maurmo, Ana Rita Almeida França, Joyce Marques de Barros, Militina Dias Martins, Maria Rita Soares de Andrade Horta Barbosa, Shirlei Faria Pinto, Mircel de Souza Simão e Jamil Amorim Filho, para o cargo de Taquígrafo Legislativo, Classe "A", Referência NS-7, do Quadro Permanente do Senado Federal, em virtude de aprovação de Concurso Público homologado em 24-3-87 e publicado no **Diário Oficial** da União de 26-3-87.

Senado Federal, 10 de abril de 1987. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

#### PORTARIA DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO Nº 6, de 1987

O Primeiro-Secretário do Senado Federal, no uso de sua competência regimental e consoante o disposto no Ato nº 13, de 1987, da Comissão Diretora, resolve:

Art. 1º O Setor de Apoio a Autoridades, criado pelo Ato nº 13, de 1987, da Comissão Diretora, integrante da estrutura administrativa da Secretaria de Serviços Especiais, tem as suas atribuições definidas por esta Portaria.

Art. 2º São atribuições do Setor de Apoio a Autoridades:

a) prestar assistência às autoridades do Senado Federal no embarque e desembarque nos aeroportos da Capital Federal;

b) resolver as questões referentes a desembarço de bagagens e encomendas nos terminais de carga;

c) representar os Senadores junto a autoridades alfandegárias para desembarço de seus pertences quando procedentes do exterior.

Art. 3º Compete ao Chefe do Setor de Apoio a Autoridades:

a) coordenar e fiscalizar a execução das atividades compreendidas nas atribuições do setor e executar outras tarefas peculiares à função, de iniciativa própria ou de ordem superior;

b) zelar pela economia e conservação do material e equipamentos distribuídos ao setor;

c) solicitar dos órgãos administrativos da Casa as providências que julgar necessárias para o bom desempenho das atividades do setor;

d) propor à autoridade imediatamente superior a designação e dispensa de servidores do órgão;

e) observar e fazer observar as determinações do Primeiro-Secretário, do Diretor-Geral e do Diretor da Secretaria de Serviços Especiais, quanto ao funcionamento do setor;

f) atender as requisições dos Senadores para a prestação dos serviços nos limites desta Portaria;

g) observar e fazer observar as normas e regulamentos da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária — INFRAERO, quanto ao

credenciamento dos servidores do Senado para o desempenho das atividades do setor no Aeroporto de Brasília.

Art. 4º O horário de execução dos trabalhos de que trata esta Portaria será condicionado pela necessidade do serviço.

Art. 5º O Serviço de Transporte providenciará o veículo e o combustível necessários ao perfeito funcionamento do setor, sob controle da Secretaria de Serviços Especiais.

Parágrafo único. O veículo destinado ao setor poderá ser conduzido pelos servidores do órgão, desde que legalmente habilitados.

Art. 6º O Diretor-Geral poderá conceder suprimimento de fundos a ser administrado pelo chefe do setor para cobrir despesas de pronto pagamento, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 1986, do Diretor-Geral.

Art. 7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 13 abril de 1987. — Senador **Jutahy Magalhães**, Primeiro-Secretário.

#### ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO Nº 6, de 1987

O Primeiro-Secretário do Senado Federal, no uso de sua competência regimental, resolve:

Art. 1º É criada a Comissão Especial, destinada a viabilizar o projeto de preservação de todo o acervo histórico-cultural do Senado Federal, inclusive da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro, CEGRAF e PRODASEN, a ser integrada pelos Diretores da Secretaria de Documentação e Informação, das subsecretarias de Arquivos, Administração de Material e Patrimônio e Biblioteca.

Art. 2º Compete à Comissão Especial, criada por este ato, com suporte operacional da Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio, supervisionar o levantamento desse acervo, requisitar móveis, objetivos, peças de arte e tudo o mais que julgar de valor histórico-cultural, e determinar todas e quaisquer providências que visem à preservação e restauração do mesmo.

Art. 3º A Comissão Especial providenciará a assinatura do termo de cooperação técnica entre a secretaria de Documentação e Informação do Senado Federal, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da Cultura e a Secretaria da Cultura do Governo do Distrito Federal, destinado à implantação do projeto dentro dos critérios de ordem histórica, técnica e artística necessárias.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 13 de abril de 1987. — Senador **Jutahy Magalhães**, Primeiro-Secretário.

#### PORTARIA DO DIRETOR-GERAL Nº 9, de 1987

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições e,

Considerando as razões apresentadas pelo Grupo Especial de Trabalho criado para coordenar a elaboração da proposta orçamentária do Senado Federal relativa ao exercício de 1988, resolve:

Prorrogar por 45 (quarenta e cinco) dias o prazo estipulado pela Portaria nº 5, de 6 de março de 1987, para a conclusão dos Trabalhos.

Senado Federal, 3 de abril de 1987. — Senador **José Passos Pôrto**, Diretor-Geral

#### PORTARIA Nº 10, de 1987

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 215 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, e tendo em vista o disposto no artigo 482, parágrafo 1º, do mesmo Regulamento, resolve:

Designar Paulo Roberto Mendonça Silvério, Assessor Parlamentar, Roberto Veloso, Assessor Legislativo e José Benício Tavares da Cunha Mello, Assessor Legislativo para sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão de Sindicância de apurarem os fatos constantes nos Processos nºs 004913-87-6, 0113394-85-1, 015010-85-6 e 011987-83-9.

Senado Federal, 9 de abril de 1987. — Senador **José Passos Pôrto**, Diretor-Geral

#### INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS (Criado pela Lei nº 4.284/63)

#### RESOLUÇÃO Nº 5/87

**Reajusta os atuais valores das pensões concedidas pelo Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC.**

O Conselho deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC, nos termos do art. 43 da Lei nº 7.087, de 29 de dezembro de 1982, alterado pelo art. 1º da Lei nº 7.586, de 6 de janeiro de 1987, e tendo em vista os Atos nº 15 e nº 2, respectivamente, da Comissão Diretora do Senado Federal e da Mesa da Câmara dos Deputados, ambos de 1987, e, ainda, considerando as disposições do Decreto-lei nº 2.302, de 21 de novembro de 1986, bem como parecer aprovado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República em 14 de março de 1987, no Processo número 00400.000008/87-33, publicado no **Diário Oficial** da União de 16 de março de 1987, resolve:

Art. 1º Reajustar em 20% (vinte por cento) os atuais valores das pensões concedidas pelo Instituto de Previdência dos Congressistas-IPC, aos segurados obrigatórios e facultativos e aos respectivos beneficiários.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos financeiros a 1º de março de 1987.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 31 de março de 1987. — Senador **Nelson Carneiro**, Presidente — Deputado **Nilson Gibson**, Conselheiro — **Dr. Milton Figueiredo**, Conselheiro — **Dr. Luiz do Nascimento Monteiro**, Conselheiro — **Dr. Geraldo Guedes**, Conselheiro — Senador **Passos Pôrto**, Conselheiro.

#### 22ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de março de 1987

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e oitenta e sete, às onze horas, sob a presidência do Senhor Senador Nelson Carneiro e com a presença dos Senhores Conselheiros Passos Pôrto, Nilson Gibson, Milton Figueiredo, Geraldo Guedes e Luiz do Nascimento Monteiro, reúne-se, ordinariamente, o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas-IPC, a fim de tratar de assuntos diversos. Lida e aprovada a ata da reunião anterior, o Senhor Presidente inicia os trabalhos, colocando em pauta, para serem apreciados, os seguintes processos: a) de cancelamento de averbação de mandato do Deputado Ricardo Izar; b) de averbação de mandato: de Jesus Elias Tarjra, Nilso Romeu Sguarezi, Sérgio Spada, Darcy Deitos e Joaquim Vicente Ferreira Bevilacqua; c) de auxílio-doença: a Caio Cesar de Menezes Pinheiro, Paulo Rodrigues de Souza, Jacy Manhães e Yolanda Mendes; d) de concessão de pensão: a Josefa Venancio Barros e sua filha Cláudia Maria da Silva Barros, por morte do ex-pensionista Claudionor Araújo Barros; a Elza da Silva Simões, viúva do ex-pensionista Rubem Simões; a Maria Souza de Araújo Jorge e Maria José de Menezes, respectivamente viúva e companheira de José Guilherme de Araújo Jorge, ex-parlamentar; e) de concessão de pecúlio: autorizado o pagamento do pecúlio por morte do ex-parlamentar José Guilherme de Araújo Jorge, no valor de Cz\$ 292.870,00 (duzentos e noventa e dois mil, oitocentos e setenta cruzados), com a anuidade das partes à divisão seguinte: 50% (cinquenta por cento) para a viúva, D. Maria Souza de Araújo Jorge e 50% (cinquenta por cento) para os filhos do extinto, Tatiana Menezes de Araújo Jorge e Igor Menezes de Araújo Jorge. Colocados em discussão, foram todos aprovados por unanimidade. Em continuação, foram ainda apreciados e igualmente aprovados os processos de inscrição dos seguintes segurados facultativos: Alberto Antonio Ramos Lopes, Antonio André de Azevedo Santana, Antonio Carlos Ferreira Ramos, Antonio Alves de Moraes Filho, Adelio Rodrigues Soares, Doralice Batista de Castro, Guilherme Ferreira da Cota, Ildenir Maria Braga Coutinho, Irenice Leite, Ivanilda Marques da Silva, José Epifânio de Araújo Juvenal Ataíde Castro, Luiza Gomes Martins Camelo, Maria Neli de Santana Lira, Maria Alice Machado, Marlene Vieira Nery, Maria da Conceição da Silva, Maria de Nazareth Costa Martins, Marildete Carvalho da Farias, Marlene Moraes dos Santos, Maria de Lourdes Brito de Melo, Olivia de Havilland Ferreira Bezerra, Reynaldo Loureiro Stavale, Teresinha de Lisieux Franco, Waldair das Chagas, Aida Portela dos Santos, Edvaldo Silva Borges, Auta Batista Aguiar, Boris Vieira Borges, João Paulo Cristallino Pereira, Maria da Graça Rocha, Dorvelino Lemos do Prado, Manoel Soares Filho, Miriam Pereira de Oliveira, Maria Nilza Pereira da Silva Portocarrero, Maria do Rosário Vieira Abrunhosa Trindade, José Rui Carneiro, Liane Rezende Valente, Glória Nazareth Nunes, Francisca das Chagas Soares de Araújo, Yvone Lopes de Oliveira, José Marcos Cordeiro Irmão, Lourdes Maria Xavier Vieira, João Edvaldo

Rios, Maria do Socorro Brito Costa, Manoel de Oliveira, Joana Fonseca Diniz, Paulo Pereira da Silva, Maria Aparecida Oliveira de Aquino, Maria da Paz da Silva Leocádio, Dulcedia Francisca Ramos Calhã, Veraluce Barbosa Viegas, Francisco das Chagas Briso do Nascimento, José Antonio de Andrade, Maria dos Santos Souza Silva, Milton Martins dos Santos, Ronaldo Mendonça e Angela Maria do Monte. Nada mais havendo a tratar, é encerrada a reunião às onze horas e quarenta minutos. E, para constar eu, Zilda Neves de Carvalho, Secretária, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

### EDITAL

O Presidente do Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC, Senador Nelson Carneiro, convida os Senhores Segurados, Parlamentares e Funcionários para a 24ª Assembléia-Geral Ordinária, a realizar-se em 23 (vinte e três) do corrente mês, às 10:00 (dez) horas, no Auditório do Anexo IV da Câmara dos Deputados.

### ORDEM DO DIA

1) Conhecimento do Relatório do Presidente, relativo ao biênio 1985/1987.

2) Eleição dos Membros do Conselho Deliberativo (efetivos e suplentes), para o biênio 1987/1989.

Brasília, 6 de abril de 1987.

### ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DIRETORA Realizada em 8 de abril de 1987

Aos oito dias do mês de abril de um mil novecentos e oitenta e sete, às dezesseis horas, reuniu-se a Comissão Diretora do Senado Federal, sob a presidência do Senhor Senador Humberto Lucena, Presidente, e com as presenças dos Senhores Senadores Lourival Baptista, Segundo-Vice-Presidente; Jutahy Magalhães, Primeiro-Secretário; Odacyr Soares, Segundo-Secretário; Dirceu Carneiro, Terceiro-Secretário; João Castelo, Quarto-Secretário; Francisco Rollemberg e João Lobo, Suplentes.

Deixa de comparecer, por motivos justificados, o Senhor Senador José Ignácio Ferreira, Primeiro-Vice-Presidente.

Lida a Ata da 6ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de março do corrente ano, decidem os Senhores Membros retirar do 1º item da referida

Ata a referência do "Inspetor de Segurança", já que não consta tal categoria de servidor do Ato do Senhor Primeiro-Secretário ali mencionado.

Dando sequência aos trabalhos, o Colegiado passa a examinar as matérias a ele trazidas pelo Senhor Secretário da Comissão:

1) — Processo nº 000042-87-0 no qual a Seção de Contabilidade do Centro Gráfico do Senado Federal presta contas da Unidade Orçamentária e do FUNCEGRAF, relativas ao quarto trimestre de 1986. Tendo em vista que a matéria foi exaustivamente examinada pelos órgãos técnicos, dando conta de que a prestação de contas obedece aos parâmetros de boa técnica contábil, decidem os Senhores Membros aprová-la.

2) — Expediente do Diretor da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro solicitando providências no sentido de ser a Representação autorizada a assumir os encargos de pagamento das contas de água, luz e demais serviços decorrentes da utilização das dependências do Palácio Itamaraty. Discutido o assunto resolveu a Comissão autorizar o pagamento das despesas e determinar que o Diretor-Geral comunique tal decisão à Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro.

3) — Expediente da Diretora da Subsecretaria de Administração de Pessoal, a respeito dos subsídios dos Senhores Senadores e das remunerações dos servidores do Senado Federal. O documento em questão foi entregue ao Senhor Primeiro-Secretário, para estudo do assunto.

4) — Processos nºs 006243-87-8 e 004539-87-7, cujos valores foram levados a débito do FUNSEN — Fundo Especial do Senado Federal, conforme autorização do Senhor Presidente ad referendum da Comissão Diretora. Após debate da matéria, decidem os Membros ratificar a decisão Presidencial.

5) — Processos nºs 006826-87-3 e 006825-87-7 nos quais os servidores Francisco Sampaio de Carvalho e Marcia Fortuna Biato solicitam autorização para se ausentarem do País, no período de 14 a 20 de abril de 1987, para participarem do XII Congresso Latino-Americano, sem ônus para o Senado Federal, a ser realizado em Santiago do Chile. Decidem os Membros presentes autorizar os pedidos em questão.

6) — Processos nºs 006415-87-3, 012917-87-9, 005920-87-6 e 006467-87-3, que contêm propostas no sentido de serem os valores respectivos levados a débito do FUNSEN — Fundo Especial do Senado Federal. Os Senhores Senadores discutiram as matérias e, tendo em vista a urgência que as caracterizam, decidiram autorizar os pedidos.

Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Odacyr Soares, Relator do Projeto de Resolução nº 5, de 1985, que "cria a Coordenação de Recur-

sos Humanos e Patrimônio Cultural do Senado Federal, diretamente subordinada ao Diretor-Geral e dispõe sobre a sua estrutura e atribuições". Em seu parecer oral sobre o projeto, opina o Relator pelo seu arquivamento, no que é acompanhado pelos seus pares, indo o projeto de resolução à Secretaria Geral da Mesa para ser arquivado.

Em seguida o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Primeiro-Secretário que relata as seguintes matérias:

1º) Proposta da Subsecretaria de Taquigrafia visando a transformação de cargos vagos do Quadro Permanente do Senado Federal em cargos de Taquígrafo Legislativo e fixando nova lotação ideal da Categoria Funcional, solução inadiável encontrada para dar o suporte técnico necessário aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Debatida a questão, decidiram os Membros da Comissão acolher o pedido, sendo assinado ato consubstanciando a medida, que vai à publicação.

2º) Proposta da ASSEFE — Associação dos Servidores do Senado Federal — para exploração do Restaurante localizado no 14º andar do Anexo I e que se destina a prestar serviço aos servidores da Casa. Após análise do assunto decide o Colegiado acolher o pleito da Associação a título experimental, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

3º) Expediente do Superintendente da SUCAD/DASP no qual é solicitado o pagamento pelo Senado Federal da importância de Cr\$ 34.542.303,72 (trinta e quatro milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, trezentos e três cruzados e setenta e dois centavos), relativa à participação desta Casa para o Fundo Rotativo Habitacional, correspondente a 104 (cento e quatro) imóveis funcionais distribuídos a servidores do Senado. Após ampla discussão do assunto, a Comissão Diretora, contra os votos dos Senhores Senadores Jutahy Magalhães e Dirceu Carneiro, autoriza o Diretor-Geral a entrar em entendimentos com o DASP/SUCAD, visando à liquidação parcelada do débito existente, depois de ser apurado o valor exato da dívida. Quanto a manutenção do convênio, decidiu-se que a matéria será apreciada em outra ocasião.

4º) Proposta de Ato da Comissão Diretora alterando a redação do art. 2º do Ato nº 17, de 1985, que disciplina a colocação de servidores do Senado à disposição de outros órgãos. Após debate da questão é a proposta aprovada sendo assinado ato que vai à publicação.

Nada mais havendo a tratar, às dezoito horas e cinquenta minutos, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, pelo que eu, José Passos Pôrto, Diretor-Geral e Secretário da Comissão Diretora, lavrei a presente Ata que, depois de assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação.

Sala da Comissão Diretora, 8 de abril de 1987.  
— Senador Humberto Lucena, Presidente.